

Isabel Rocha de Siqueira
Ana Carolina Costa Lacerda
Organizadoras

3

METODOLOGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DEBATES CONTEMPORÂNEOS



Reitor

Prof. Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor

Prof. Pe. Anderson Antonio Pedrosa SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Ricardo Tanscheit

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Sidnei Paciornik (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos Vol. III

Isabel Rocha de Siqueira
Ana Carolina Costa Lacerda
(Orgs.)



© **Editora PUC-Rio**

Rua Marquês de S. Vicente, 225 – Casa da Editora PUC-Rio
22451-900 – Gávea – Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21)3527-1760/1838
edpucrio@puc-rio.br
www.editora.puc-rio.br

Conselho Gestor

Augusto Sampaio
Danilo Marcondes
Felipe Gomberg
Hilton Augusto Koch
José Ricardo Bergmann
Júlio Cesar Valladão Diniz
Sidnei Paciornik
Luiz Roberto Cunha
Sergio Bruni.

Revisão de texto

Cristina da Costa Pereira

Editoração do miolo

SBNigri Artes e Textos Ltda.

Editoração de capa

Flávia da Matta Design

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos: vol. III / Isabel Rocha de Siqueira e Ana Carolina Costa Lacerda (organizadores). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2020.

v.; 23 cm

Inclui bibliografia

ISBN (e-book): 978-65-88831-08-3

1. Relações Internacionais – Metodologia. I. Siqueira, Isabel Rocha de.

CDD:

Elaborado por Sabrina Dias do Couto – CRB-7/6138
Divisão de Bibliotecas e Documentação – PUC-Rio

Sumário

Prefácio 7

Introdução – Sobre metodologias, métodos e quarentena 9
Isabel Rocha de Siqueira

PARTE I METODOLOGIAS

**Capítulo 1 – Análise do discurso crítica e relações internacionais:
Apropriações e provocações interdisciplinares** 17
Douglas Roberto Knupp Sanque e Rodrigo Borba

**Capítulo 2 – Como realizar Performance (feminista decolonial) como
Pesquisa com um grupo de profissionais do sexo: *Yeki Hambe: Deixa pra lá!*....** 45
Phoebe Kisubi Mbasalaki e Sara Matchett

PARTE II MÉTODOS

**Capítulo 3 – A Cartografia enquanto Método: Baixada Cruel e o Impacto
da Militarização na Vida das Mulheres** 73
Marcelle Decothé

**Capítulo 4 – Apurando a Escuta: Uma Introdução à Técnica de
Entrevistas** 87
Maria Helena Zamora

PARTE III
ENSAIOS

**Capítulo 5 – Pluralismo epistêmico nas Relações Internacionais: A
emergência de novos saberes..... 103**
Gabriel Fernandes Caetano

Capítulo 6 – Um ensaio impossível..... 119
Nycolas Candido da Silva Lau

Sobre os autores e organizadores 133

Prefácio

Este é o terceiro livro de uma série de publicações em metodologia para as ciências sociais e as humanidades. O livro e a série surgiram como produto de algumas atividades organizadas pelo Laboratório de Metodologia (LabMet) do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio. A proposta é que cada livro reúna contribuições de diferentes áreas – relações internacionais, ciência política, política pública, sociologia, antropologia, filosofia, letras e outras – de modo a oferecer insumo para uma maior transdisciplinaridade. Sendo assim, apesar de trazer alguns exemplos práticos voltados para a política internacional, o livro dialoga com diversos campos de pesquisa.

Cada capítulo do presente livro foi escrito a partir da experiência de um dos minicursos oferecidos pelo LabMet e cada autor/a oferece uma perspectiva própria, um histórico institucional e teórico particular e uma experiência específica na metodologia abordada. Cada capítulo traz ainda dicas de como proceder para colocar cada abordagem em prática.

A realização dos cursos e a produção desse livro não seriam possíveis sem o enorme apoio oferecido pelo IRI e sem a ajuda sempre competente da equipe do LabMet. Agradecemos à professora e diretora do IRI, Marta Fernández, pelo apoio, além de às pessoas que colaboraram nesta edição – Douglas Roberto Knupp Sanque e Rodrigo Borba (UFRJ), Phoebe Kisubi Mbasalaki e Sara Matchett (Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul), Marcelle Decothé (UFF), Maria Helena Zamora (PUC-Rio), Gabriel Fernandes Caetano (PUC-Rio) e Nycolas Candido da Silva Lau (PUC-Rio). Agradecemos ainda à CAPES, na forma do projeto PRINT 2377/2018, pelo apoio no financiamento deste volume.

Esperamos continuar contribuindo para uma reflexão cada vez mais profunda, imbricada e política do papel da metodologia na produção de um conhecimento capaz de atender melhor à complexa e desafiadora realidade em que vivemos.

Equipe do Laboratório de Metodologia em 2020:

Isabel Rocha de Siqueira, coordenadora

Ana Carolina Lacerda, assistente de pesquisa

Site: www.labmetodologia.com

Introdução

Sobre metodologias, métodos e quarentena

Isabel Rocha de Siqueira

Este livro dá seguimento à série *Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos*, iniciada em 2018, a partir de discussões empreendidas no contexto das atividades do Laboratório de Metodologia (LabMet) do Instituto de Relações Internacionais (IRI), PUC-Rio. Os livros buscam fomentar um debate cada vez mais inclusivo sobre desafios compartilhados pelas Humanidades e Ciências Sociais. Nosso objetivo é encorajar a transdisciplinaridade como proposta metodológica e política. Compreender os próprios atos de pesquisar e estudar como intervenções políticas é nos afirmar responsáveis pela relação de nosso texto com o mundo.

Independentemente das teorias mobilizadas, este livro procura discutir o que significa construir conhecimento no mundo atual. Se, em 2019, nossa produção se dava no contexto de negações da verdade, desrespeito à ciência e muitas *fake news*, mal poderíamos saber que 2020 seguiria com esses desafios e somaria a eles tantos outros mais. Este foi o ano de repensar estrategicamente o papel do conhecimento. Foi quando anos de debate sobre outros saberes e cosmologias em diversas disciplinas e sobre a importância de desreificar o conhecimento dito especializado convergiram com a explosão criativa, política e determinante de movimentos como o Black Lives Matter. Este foi ainda o ano em que o embate da ciência com certa forma de fazer política causou choque, desnorтеou, mas também alavancou reflexões importantes sobre como comunicamos nossas pesquisas e com quem falamos. Precisamos mais do que nunca de “conversas teóricas” (Hooks, 2018, p. 97) que sejam capazes de fazer o que uma conversa deveria fazer: convidar a falar, deixar espaço para a fala e a escuta. Isso significa mais uma vez (e sempre) investir na transdisciplinaridade e continuar explorando diferentes modos como essas conversas podem acontecer (ver Lacerda e Ramalho, 2020).

No volume I desta série (2018), apresentamos nossa proposta como um debate acerca de inter/trans/indisciplinaridade nas Relações Internacionais (RI). No

volume II (2019), nosso desejo foi o de enfatizar a pesquisa como prática e essa prática como inescapavelmente política. Neste volume III (2020), fazemos coro à criatividade de pesquisadoras que têm buscado um olhar mais generoso, mais plural e inclusivo não somente para suas pesquisas, mas para as próprias práticas de escrever e comunicar.

Este livro é o primeiro da série a incluir discussões sobre métodos, além de metodologias, algo que esperamos manter para os demais volumes. Há muita confusão no uso desses dois termos, por isso é importante esclarecer: entendemos *metodologia* como uma preocupação epistemológica e ontologicamente fundamentada com a lógica da pesquisa, seus processos e sua estrutura. É através da metodologia que garantimos que os *métodos*, como técnicas instrumentais de coleta e análise de dados, estejam alinhados com nossas visões de mundo, isto é, nossa ontologia e nossa epistemologia. Alguns métodos se prestam a conversar e se alinhar com diversas visões de mundo – entrevistas, por exemplo, podem acompanhar quase qualquer abordagem, no sentido de que, em geral, se ajustam a distintas ontologias e epistemologias. É importante notar, também, que diversos métodos podem ser tratados como metodologia e vice-versa, a nosso ver, dependendo do conteúdo filosófico que carregam. Exemplos são a análise de discurso e a etnografia, que são ora chamadas de método, ora de metodologia. Crucial, pode-se entender, é que a pesquisadora faça o trabalho completo de esclarecer como entende seu papel no mundo (ontologia); sua forma de acessar esse mundo (epistemologia) e, portanto, de produzir conhecimento; sua maneira de organizar a estratégia para esse “acesso” de forma a não contradizer sua ontologia e epistemologia (metodologia); e o “acesso” em si (método). Por isso, quando falamos em método, de maneira geral, trata-se de ferramentas de coleta e análise, ou seja, instrumentos que, por si só, carecem da reflexão filosófica aportada pela metodologia para encontrar seu melhor uso, inclusive em termos éticos – dimensão não menos importante da pesquisa (ver Jackson, 2011; Ackerly, Stein e True, 2006). Note-se que uso aqui “acesso” com aspas, porque o termo pode ser ele mesmo contraditório a depender da abordagem filosófica de quem fala (de como ou em que grau a pesquisadora se relaciona com a elaboração de conhecimento como *construção*) (ver Hacking, 2000).

Além disso, é com muita alegria que neste volume trazemos, pela primeira vez, contribuições discentes como exemplos muito ricos de todos esses aspectos que procuramos mobilizar na forma como pensamos metodologia e pesquisa.

Quadro 1: Parada obrigatória - a proposta dos livros.

O cerne da proposta

O Laboratório de Metodologia, vinculado ao IRI/PUC-Rio, surgiu em 2015 com o intuito de contribuir com o debate metodológico na disciplina de RI dentro e fora do Instituto, alimentando e estudando a fundo a transdisciplinaridade. O objetivo maior do LabMet é contribuir para o esforço corrente nas RI em favor do desenvolvimento de uma *compreensão não disciplinante de método*. Isto passa por avançar na reflexão crítica sobre o que podemos chamar de formas instrumentais (centradas exclusivamente na operacionalização de pesquisa) e apolíticas (desatentas ao impacto sóciopolítico de escolhas metodológicas) de discutir método e metodologia nas Ciências Sociais e nas RI. Ademais, em caráter mais propositivo, a série de livros busca incentivar a abertura de um espaço para o desenvolvimento de pesquisas pautadas pela busca por inovação, experimentação e criatividade, em contraste ao desenvolvimento de pesquisas informadas por critérios rígidos e predefinidos de qualidade acadêmica.

Entende-se que a discussão crítica sobre metodologia ainda tem papel secundário na produção científica em RI no Brasil e que o pensamento produzido sobre o tema advém quase que exclusivamente da Europa e dos Estados Unidos. Nesse contexto, a produção de uma série de livros sobre metodologia, cobrindo uma agenda plural e de relevância local, escrito em português, visa contribuir não só para a discussão metateórica do tema, mas também para a consolidação da academia brasileira como um polo de produção de conhecimento crítico sobre metodologia. Assim, a proposta é que os livros ofereçam uma visão transdisciplinar de metodologias/abordagens com o propósito de oferecer portas de entrada para debates atuais e, conseqüentemente, para contribuições originais de pesquisadoras/es de diferentes instituições de pesquisa brasileiras e colaboradoras do Sul Global.

Organização do livro

Na primeira parte do livro, podemos ler sobre duas metodologias, a Análise do Discurso Crítica e a Performance como Pesquisa.

O primeiro capítulo, “Análise do discurso crítica e relações internacionais: Apropriações e provocações interdisciplinares”, por Douglas Roberto Knupp Sanque e Rodrigo Borba, traz inúmeros exemplos que podem interessar às mais variadas áreas nas ciências sociais e humanidades. Os autores apontam para a estreita relação entre linguagem e questões sociais de cunho macro na análise de discurso crítica e sugerem que estudos em política (internacional) têm muito a se beneficiar de uma metodologia que busca, afinal, compreender como o entendimento entre atores se dá. O capítulo mergulha nas definições dos três termos centrais na metodologia – análise, discurso e crítica – e, inspirado no trabalho de Fairclough, explora o modelo analítico tridimensional do discurso, cujas três camadas os au-

tores apresentam de maneira acessível através de exemplos de diferentes mídias. Ao fim, o capítulo olha para o momento atual de pandemia e analisa discursos proferidos por autoridades sobre a China e a Covid-19, concluindo com uma lista de leituras recomendadas para avançar na compreensão da ADC.

O segundo capítulo, “Como fazer uma performance (decolonial feminista) como Pesquisa com um grupo de trabalhadoras do sexo: Yeki Hambe – Deixe pra lá!”, é uma contribuição das autoras sul-africanas Phoebe Kisubi Mbasalaki e Sara Matchett, que relatam experiências concretas de engajamento com a metodologia de Performance como Pesquisa (PaR, em inglês). O projeto que descrevem faz parte de um programa colaborativo internacional de pesquisa e tem como característica levantar questionamentos contundentes sobre violência e subjetividades através de intervenções variadas, inclusive artísticas. O capítulo oferece um claro panorama da PaR que engloba sua origem, seu detalhamento conceitual, seus dilemas teóricos e práticos. As autoras dão forte ênfase, ainda, aos propósitos da pesquisa e ao fato de essa metodologia ser intrinsecamente atrelada ao entendimento do papel da pesquisadora na produção do conhecimento como um papel social ativo. O texto detalha a organização e a execução da performance realizada com trabalhadoras do sexo na Cidade do Cabo, na África do Sul, contra um panorama de enorme desigualdade, vulnerabilidade e violência. Ao fim, as autoras oferecem um roteiro para aquelas pessoas interessadas em explorar as possibilidades da metodologia PaR.

Em seguida, na segunda parte do livro, temos discussões acerca de dois métodos de pesquisa, a cartografia social e as entrevistas, tão amplamente utilizadas em qualquer área.

O terceiro capítulo, “A cartografia enquanto método: Baixada cruel e o impacto da militarização na vida das mulheres”, por Marcelle Decothé, relata a pesquisa realizada pela autora através da metodologia de cartografia social para compreender melhor a experiência de mulheres em territórios fortemente marcados pela violência na cidade do Rio de Janeiro. Decothé, como mulher que se coloca como periférica, parte das insuficiências que diagnosticou ao entrar na academia em termos dos espaços que se esperava que ela ocupasse conta como métodos outros de pesquisa foram falando mais a sua realidade. A autora explica as origens da cartografia social como método e como serviu ao propósito de compreender “militarização” a partir das vozes de mulheres na Baixada Fluminense. A cartografia social sublinha justamente a relação entre a gênese social e a gênese teórica dos conceitos. A autora termina detalhando as oficinas realizadas como parte de

sua pesquisa na Baixada e a produção de mapas a partir das narrativas que surgiram nesse contexto.

O quarto capítulo, “Apurando a escuta: Uma introdução à técnica de entrevistas”, por Maria Helena Zamora, oferece uma visão prática das diferentes possibilidades que as entrevistas podem trazer como método de pesquisa. A autora trata dos pontos técnicos, teóricos e éticos das diversas formas de entrevista e lista exemplos de suas experiências trabalhando junto a organizações da sociedade civil e com pesquisa acadêmica. O capítulo descreve dilemas éticos importantes e cuidados necessários que são pontos fundamentais para quaisquer pesquisas em ciências sociais e humanas.

Ao fim, na terceira e última parte deste volume, lemos as reflexões de discentes da pós-graduação do IRI sobre os aprendizados de pesquisa que derivaram do contato com o LabMet e com a forma de ensino de metodologia no Instituto.

Em “Pluralismo epistêmico nas relações internacionais: a emergência de novos saberes”, Gabriel Fernandes Caetano experimenta com a oposição ao que chama de “esforços de racionalização limitados e restritivos” da ciência moderna ocidental e explora os caminhos contestadores historicamente tomados por feministas e abordagens decoloniais. O autor trata principalmente dos aportes desses estudos para as reformulações dos próprios limites da pesquisa em Relações Internacionais. O capítulo olha para nomes clássicos das Ciências Sociais e Humanas, mas faz também um sobrevoos de fôlego sobre contribuições atuais contestadoras. Conclui com um forte apelo à tolerância e ao centramento das vidas e dos temas narrados. Esse esforço generoso de uma leitura panorâmica na área faz do capítulo um excelente ponto de partida para estudos em metodologia nas RI.

Em “Um ensaio impossível”, por sua vez, Nycolas Candido da Silva Lau nos oferece um texto forte e poético mais uma vez baseado em autorreflexão sobre o lugar de alguns corpos na academia. O autor trata das dificuldades de negociar os ditames de um campo científico que historicamente é programado para excluir pessoas como ele próprio. Está em jogo, portanto, a necessidade de ocupar este espaço em contraposição à árdua e frequentemente ingrata tarefa de adotar formas, regras e expectativas desenhadas para passar por cima das diferenças que justamente, hoje na linha de frente de diversas lutas, trazem vários desses corpos à centralidade. É um capítulo fundamental e valioso para uma autocrítica acadêmica que se inicia tarde e precisa ser constante.

O ano de 2020 entrará para a história como um período de desafios únicos e imensos, de dor, perda e ansiedade, mas será também o ano em que finalmente muito de nossa realidade social foi posta em xeque, contestada e disputada. Há enorme potencial nessa renovação. Esperamos com este volume contribuir para repensar bases fundamentais da nossa coexistência, do respeito e da capacidade de diálogo e aprendizado.

Referências bibliográficas

- ACKERLY, B.A.; STERN, M.; TRUE, J. (eds.). *Feminist Methodologies for International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- JACKSON, P.T. *The Conduct of Inquiry in International Relations*. New York: Routledge, 2011.
- HACKING, I. *Social Construction of What?* Massachusetts: Harvard University Press, 2000.
- HOOKS, B. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018 (2ª edição, 2ª tiragem).
- LACERDA, A.C.; RAMALHO, L. *Guia de Pesquisa na Quarentena: obstáculos e possibilidades para as ciências humanas e sociais em isolamento social*. Laboratório de Humanidades Digitais (dhLab) da PUC-Rio e Laboratório de Metodologia (LabMet) do Instituto de Relações Internacionais (IRI)/PUC-Rio (digital), 2020.

PARTE I

METODOLOGIAS

Capítulo 1

Análise do discurso crítica e relações internacionais: Apropriações e provocações interdisciplinares

Douglas Roberto Knupp Sanque
Rodrigo Borba

A Análise do Discurso Crítica (doravante ADC) é uma abordagem teórico-metodológica desenvolvida na segunda metade da década de 1980. Autoras e autores em ADC, especialmente Norman Fairclough em *Language and Power* (1989) e *Discurso e mudança social* (publicado originalmente em 1992 e traduzido para o português em 2001), almejam construir uma ponte entre a teoria social (assim como proposta pela Escola de Frankfurt), a filosofia (via Michel Foucault) e a teoria linguística (especialmente perspectivas funcionalistas que investigam a relação entre formas linguísticas e suas funções em contextos de uso). Boa parte da teorização linguística existente até então baseava-se no Estruturalismo e/ou na teoria Gerativista chomskyana¹, que tendem a compreender a linguagem como um sistema ou uma estrutura profunda, sem relação com os processos sociais, econômicos, culturais e políticos. Em contrapartida, também as ciências sociais trabalhavam com dados linguísticos sem dar a devida atenção à própria linguagem, como se esta fosse um conduíte de informação neutro e transparente².

Dessa forma, a ADC propõe que linguagem e sociedade têm uma relação dialética (Fairclough, 1989, p. 23), já que “a linguagem é parte da sociedade; fenômenos linguísticos *são* fenômenos sociais de um tipo especial, e fenômenos sociais *são* (em parte) fenômenos linguísticos” (Fairclough, 1989, p. 23, ênfase no original). Se a linguagem é parte constituinte e constitutiva da sociedade, não há relações sociais que não sejam de alguma forma ou de outra mediadas pela linguagem. Assim, uma análise linguística em ADC sempre responderá a questões sociais de cunho macro, isto é, de maior alcance, sem prescindir, portanto, de uma teorização social.

É possível então pensar em apropriações e provocações entre os campos de ADC (com seu foco na imbricação entre linguagem, sociedade, história e política)

e Relações Internacionais, que se preocupa com as diversas facetas da interação entre atores (indivíduos, instituições, Estados-nação etc.) em e através de fronteiras (geográficas, políticas, econômicas). Em grande medida, as RI investigam a produção de entendimento (ou não) entre esses atores e, portanto, tais relações têm uma dimensão linguística imprescindível. Construir essa aproximação é a tarefa deste capítulo. Para tanto, é necessário explicitar tanto a teorização linguística quanto a social em que se baseia a ADC, explicando o significado de seus elementos constitutivos, a saber: discurso, crítica e análise. Tais conceitos servem também de base para a construção de diálogos teórico-metodológicos entre ADC e RI.

O que é discurso?

Tendo em vista a relação dialética entre linguagem e sociedade, o termo discurso é utilizado de forma a conceitualizar a linguagem como prática social. Nesse sentido, discurso deve ser compreendido tanto como linguagem em uso, isto é, instâncias concretas de produção linguística; quanto em um sentido social mais amplo como *ordens de discurso*. Esse conceito foucaultiano propõe que “a ordem de discurso de determinado domínio social é a totalidade de suas práticas discursivas, e as relações (de complementaridade, inclusão/exclusão, oposição) entre elas” (Fairclough, 1995, p. 132). Isso significa que diferentes domínios sociais têm práticas discursivas próprias, que selecionam, ordenam e excluem enunciados. Por exemplo, a ordem do discurso escolar apresenta práticas discursivas relacionadas a comportamento e ordenamento de sala de aula, deveres e tarefas a serem realizados em sala de aula e em casa, além de sancionar os saberes considerados válidos, especialmente aqueles considerados científicos. Essas ordens de discurso não estão separadas umas das outras, mas integradas na sociedade de formas complexas. Recentes debates transnacionais sobre “ideologia de gênero” nas escolas, por exemplo, demonstram como saberes sancionados em sala de aula estão em desacordo com os saberes sancionados em certos ambientes familiares. Ou seja, há, nesse caso, um embate entre ordens do discurso conflitantes.

Esses usos de “discurso” permitem relacionar manifestações individuais e/ou localizadas a processos e condições sociais mais amplas demonstrando que a produção discursiva em interações micro respondem a uma ordem social, ainda que tal resposta não seja necessariamente de reprodução dessa ordem. Nesse sentido, o ataque racista que aconteceu em agosto de 2020 em um condomínio em Valinhos, interior de São Paulo, não é um acontecimento isolado³. Quando o morador do condomínio toca seu dedo indicador direito sobre sua pele do antebraço

e diz a um entregador de aplicativo “Você tem inveja disso aqui”, esse enunciado somente faz sentido se informado por uma prática social, ou seja, um discurso racista. Cabe, entretanto, frisar que práticas racistas nem sempre são tão explícitas quanto essa. Isso quer dizer que certas ordens de discurso passam por processos de naturalização e se tornam negáveis, como discutiremos mais à frente.

É nesse sentido que a ADC propõe uma relação dialética entre discurso e sociedade. Isso significa que o discurso tanto reflete as estruturas sociais quanto as constrói, ou seja, o discurso é socialmente constituído e socialmente constitutivo (Fairclough, 2001, p. 91). Ainda em relação a práticas racistas, ganhou corpo em junho de 2020 o movimento *Black Lives Matter*, após o assassinato de George Floyd por um policial branco em Minneapolis, nos EUA. As redes sociais viram intenso debate também no Brasil, pois ganhou repercussão o caso do menino João Pedro, assassinado durante uma operação policial em São Gonçalo (RJ)⁴. Durante os debates, a ex-jogadora de vôlei Ana Paula Henkel fez uma postagem criticando o movimento *Black Lives Matter* nos EUA e, diante da repercussão, fez o seguinte comentário (imagem 1):

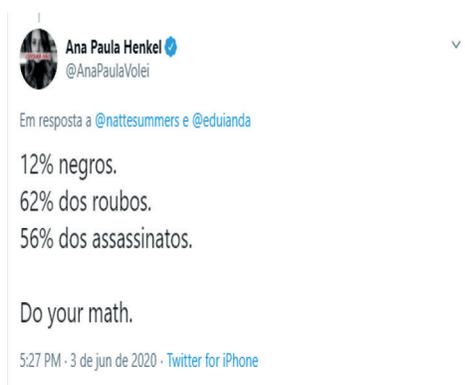


Imagem 1: Comentário feito por Ana Paula Henkel no Twitter.

Ainda que os números possam estar corretos, o comentário de Ana Paula Henkel merece atenção⁵. Em primeiro plano, ele parece apenas refletir uma realidade, isto é, a estrutura social, dado que apenas apresentaria estatísticas verdadeiras. Entretanto, o discurso também é uma forma de ação no mundo social e, nesse sentido, constrói a realidade de maneira ideologicamente seletiva (conferir a concepção de ideologia na próxima seção). Em primeiro lugar, a ex-atleta escolhe os dados que lhe convêm. Em segundo lugar, ela ignora a situação de produção dos dados, que estão baseados no número de prisões efetuadas, podendo, portanto, refletir distorções caso um grupo tenha menos prisões decretadas do que outro

(caso o Poder Judiciário seja enviesado, por exemplo). Em terceiro lugar, ela ignora a relação entre racismo e desigualdade socioeconômica e convida o/a leitor/a a “fazer suas próprias contas”, eximindo-se, assim, de responsabilidade direta pelas acusações de racismo que receberia (voltaremos a este ponto na próxima seção, sobre “crítica”).

Seguindo o modelo proposto por Fairclough (1995; 2001), o discurso é constitutivo da sociedade já que ele constrói identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença (Fairclough, 2001, p. 91). As identidades sociais convocadas por Ana Paula são basicamente “negros” e “brancos”, ainda que esta última categoria não esteja explícita no comentário. Os números apresentados associam pessoas negras à criminalidade pela via estatística, o que, por sua vez, coloca pessoas brancas em uma posição de vítimas (um processo discursivo e ideológico de inversão das relações entre opressores e oprimidos). Em outras palavras, se pessoas negras têm maior chance de cometerem crimes, segue-se que pessoas brancas têm maior chance de ser a vítima desses crimes, já que pessoas brancas seriam 88% da população (ou um pouco menos, caso outros agrupamentos raciais, como indígenas e asiáticos, sejam levados em conta). Além disso, seu comentário cria um sistema de conhecimento e crenças orientado pela divisão entre a população branca e negra, que não leva em conta aspectos de classe, gênero, sexualidade, religião ou acesso à educação e ao trabalho, por exemplo. Dividido racialmente, esse sistema seria desfavorável às pessoas brancas, ignorando os séculos de escravidão com que as Américas conviveram e toda a herança que uma forma tão trágica de dominação gera.

Esses debates sobre racismo e classe social, levantados nos exemplos citados até aqui, chamam a atenção para um caráter importante para a ADC: seu engajamento político. Ao conceber discurso como prática social, a ADC trabalha com teorias sociais e, portanto, com relações de poder, hegemonia e ideologias. Por isso, ela se propõe como uma abordagem *crítica*.

O que é crítica?

Seguindo a tradição de pensadores marxistas, como Gramsci (1995) e Althusser (1996), a ADC propõe uma análise discursiva do mundo social, argumentando que “a ciência, e especialmente o discurso acadêmico, são partes inerentes de e influenciados pela estrutura, e produzidos na interação social” (Van Dijk, 2001, p. 352). Recusando pretensões de neutralidade científica, a ADC se ocupa de investigar as relações entre linguagem e poder, tendo em vista que relações de poder são discursivas (Fairclough e Wodak, 1997, p. 272).

Para Fairclough (1989, p. 32-33), *poder* está intimamente ligado ao controle do Estado, com base no qual o bloco capitalista dominante mantém seu controle sobre a classe trabalhadora. O autor baseia-se no trabalho de Althusser (1996), que expõe a importância não só dos aparelhos repressivos do Estado, mas também de seus aparelhos ideológicos na construção do que Gramsci (1995) definiu como hegemonia. Como resumem Resende e Ramalho (2006), o conceito de hegemonia está relacionado à ideia de que “o domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais está baseado mais no consenso que no uso da força” (Resende e Ramalho, 2006, p. 43). Não à toa o conceito de *soft power* (Nye, 2004) ganhou tanta força na teorização em Relações Internacionais (Mccluskey, 2018, p. 36), dado o caráter cada vez mais discursivo das relações entre os Estados-nação devido à globalização e à hipersemiotização da vida social⁶. Como dizia o geógrafo Milton Santos (2000), vivemos em um mundo em que nada de importante se faz sem discurso.

Para Fairclough (2001, p. 122), “hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’”. Essa compreensão está em harmonia com a visão de relação dialética entre discurso e sociedade. Por um lado, a hegemonia se manifesta como discurso (ainda que possa ser contestada) e, nesse sentido, a estrutura condiciona o discurso. Por outro lado, o discurso é, ele mesmo, uma esfera da hegemonia, já que o controle da produção textual é um elemento diferencial de exercício de poder – nesse sentido, o discurso condiciona a estrutura social. A luta discursiva é, portanto, uma luta sobre a hegemonia e sobre quais significados tendem a se tornar consenso em sociedade. Nesse sentido, podemos teorizar o estudo das relações internacionais como a investigação da luta discursiva por sentidos entre Estados-nação (uma luta que, muito frequentemente, tem como objetivo a obtenção de hegemonia da visão de um Estado-nação sobre outro através do consenso). Mas não só: o campo preocupa-se também com as relações, no interior dos Estados-nação, entre diversos grupos de interesse, o que impacta como se apresentam internacionalmente e quais agendas apoiam. Nesses processos, o *soft power* tem papel central.

Esse consenso só pode ser alcançado através do constante trabalho ideológico, sendo ideologia entendida como “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem

para a produção, a reprodução e a transformação das relações de dominação” (Fairclough, 2001, p. 117). As práticas discursivas são, portanto, locais cruciais de luta, já que ideologias podem ser naturalizadas se passam a fazer parte do assim chamado “senso comum”. Dado o caráter da hegemonia discutido no parágrafo acima, Fairclough (2001, p. 121) afirma que “ideologias surgem em sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante”. *O exercício analítico da crítica na Análise do Discurso é identificar o padrão ideológico que o reveste e demonstrar como tal padrão contribui na manutenção das desigualdades sociais e do exercício diferencial do poder.*

Um aspecto importante desse revestimento ideológico é que a ADC tende a não se ocupar de discursos abertamente preconceituosos, como o primeiro caso mencionado acima (do caso de racismo em Valinhos). Se a hegemonia se constrói com base na aceitação tácita da dominação de um grupo sobre outros, é de se esperar que as práticas discursivas cotidianas estejam revestidas ideologicamente de modo a criar consensos de maneira indireta (Cameron, 2001). O caso de Valinhos mencionado acima é um ato claro de racismo. Já o caso de Ana Paula Henkel articula ideologias racistas implicitamente, uma vez que, apesar de levar o/a leitor/a a uma conclusão racista quase inevitavelmente, a autora do comentário provavelmente pode se defender de acusações de racismo alegando não ter afirmado que pessoas negras são inerentemente mais propensas a cometer crimes.

Um exemplo recente pode ser bastante ilustrativo deste ponto. Em 2019, o governo Bolsonaro aprovou uma reforma da previdência social brasileira que endurece as regras de aposentadoria. A cobertura midiática sobre a tramitação da reforma enquadrou a mudança nas regras de aposentadoria em termos de “economizar”.⁷ Segundo essas matérias, o governo estava buscando uma forma de economizar dinheiro, o que tende a ser avaliado positivamente. As mudanças de regra fazem com que grande parte da força de trabalho passe a se aposentar mais tardiamente, especialmente devido à introdução de idade mínima para aposentadoria. Isso significa que o montante “economizado” pelo governo é um dinheiro que a população mais idosa do Brasil deixa de receber. Esse ponto ilustra bem a afirmação de Fairclough (1989, p. 23) de que fenômenos sociais têm um elemento linguístico, ainda que a reforma da previdência possa ser vista como um processo político-econômico. Em sua apresentação para o público, dessa forma, a reforma foi linguisticamente revestida

por sentidos de “benefício” e “economia” para todo o país, o que disfarça seus efeitos deletérios para a população mais pobre. Processos de (re)significação semelhantes acontecem também quando trabalhadores precarizados de aplicativos de entrega são chamados de “empreendedores” ou quando empregados de uma empresa recebem o epíteto de “colaboradores”. Essas escolhas lexicais não acontecem por mero acaso. Estão, ao contrário, associadas a processos econômicos e discursivos mais amplos que vêm naturalizando uma ordem neoliberal na qual a intensa competição, a “liberdade” individual e a responsabilização dos indivíduos por seus infortúnios vêm se fortalecendo ao passo que o papel do Estado na proteção dos indivíduos vem sendo transformado no grande vilão para o desenvolvimento.

Análise

Nesse sentido, um texto, isto é, uma produção discursiva material, deve ser analisado em relação à prática social, ou seja, à luz da conjuntura sócio-histórica. Esse modelo de análise permite observar como discurso e sociedade operam em uma relação dialética de mútua imbricação, já que a prática social influencia o discurso, isto é, o uso da linguagem, mas também o discurso influencia a prática social. Fairclough (2001), então, propõe um modelo analítico tridimensional de análise de discurso, já que o texto é simultaneamente uma prática textual, uma prática discursiva e uma prática social. Cada dimensão de análise foca diferentes aspectos da relação entre discurso e sociedade

Cabem aqui duas observações relevantes. Em primeiro lugar, apesar do alto grau técnico das análises linguísticas empreendidas em trabalhos como os de Fairclough (1995, 2001), Ruth Wodak (2015) e Lilie Chouliaraki (2006), a ADC se apresenta como uma abordagem teórico-metodológica fundamentalmente interdisciplinar. Sendo assim, ainda que uma formação em linguística seja bem-vinda, tal formação não é um pré-requisito para a utilização da ADC em trabalhos em áreas tais como Direito, Antropologia e Relações Internacionais.

Em segundo lugar, ainda que falemos em prática *textual* e *discursiva*, faz-se necessário alargar o conceito de texto para que trabalhem com quaisquer elementos que contribuem para a construção de sentido. Sendo assim, gráficos, fotografias, memes, desenhos, emojis etc. são também textos (ou partes de um texto) e devem ser analisados como elementos de significação, ainda que não sejam itens estritamente linguísticos. Esse aspecto é crucial se pensarmos nas formas contemporâneas de comunicação, que são cada vez mais multimodais, ou

seja, apresentam cada vez mais interação de diversos modos de significação. O trabalho de Kress e Van Leeuwen (2000) oferece uma gramática para a leitura de imagens e permanece como uma obra fundamental para a análise do discurso crítica e multimodal.

A metodologia da ADC: O modelo analítico tridimensional

Feitas essas observações, de acordo com Fairclough (2001, p. 103), *a análise deve ser iniciada pela prática discursiva*, que deve funcionar como um elo entre a prática textual, ou seja, a produção linguística e a prática social, como mostra o diagrama abaixo. *A prática discursiva envolve, principalmente, as dinâmicas de produção, consumo e distribuição de um determinado texto*. Isso significa examinar quem é o/a autor/a (ou autores/as) do texto, como funciona o processo de sua produção, que responsabilidades sociais estão em jogo, seguindo o modelo proposto por Erving Goffman (1981), diferenciando entre autor/a, animador/a e principal⁸. Nesse sentido, um pronunciamento oficial do presidente da República provavelmente passou por uma equipe de autores/as e revisores/as, enquanto enunciados em uma interação do mesmo presidente com seus apoiadores na porta do Palácio da Alvorada podem ser pensados como uma produção individual, de autoria do próprio presidente.



Diagrama 1: A prática discursiva faz a mediação entre prática textual e prática social.

Fonte: Fairclough (2001, p. 73)

Prática discursiva

A dinâmica de consumo está relacionada à plateia projetada para determinado texto e, portanto, cabem observações interseccionais sobre classe social, gênero, raça, sexualidade, religião, nacionalidade etc. que podem ser relevantes. Também é relevante refletir sobre como o texto em questão tende a ser consumido. Por exemplo, um panfleto de dentista tende a ser lido enquanto andamos na rua, não recebendo, assim, atenção exclusiva. Já um artigo científico tende a receber atenção total enquanto efetuamos sua leitura, o que provavelmente ocorre em nosso escritório ou local de estudo (ainda que não seja incomum que alunos e alunas efetuem essas leituras no transporte público). A mecânica de distribuição funciona de maneira semelhante e nos leva a considerar como um determinado produto textual chegou até nós. O panfleto, provavelmente, saiu das mãos de uma pessoa, que muito comumente interage conosco antes de oferecer o panfleto.

Todas essas informações são potencialmente relevantes para compreendermos como determinado produto textual se insere em um contexto sociocultural que o antecede, e que efeitos essa interação provoca. Cabe mencionar que produção, circulação e consumo podem ser analisados separadamente, mas estão intimamente ligados, já que podemos considerar, por exemplo, que os/as autores/as de um determinado texto (o panfleto de dentista, por exemplo) consideram as dinâmicas de distribuição e consumo daquele texto no momento da produção. Além disso, pesquisas recentes (Fabricio, 2013; Briggs, 2007) têm demonstrado como a comunicação contemporânea, principalmente devido a telefones celulares com conexão à internet em banda larga, obriga a um repensar do conceito de circulação textual. Basta pensar que um panfleto de dentista pode ser fotografado e postado no Twitter, onde pode ser consumido por milhares de pessoas que não tiveram qualquer contato com a pessoa supostamente responsável pela distribuição daquele material.

Considerando essas dimensões, um elemento fundamental para o estudo da prática discursiva é o *gênero textual* (ou discursivo), isto é, o modo de organização do discurso de acordo com sua função. Pensemos na bula de um remédio, por exemplo, que tem a função de informar o/a leitor/a da composição de um determinado remédio, bem como o modo de utilizá-lo. Por isso, ao lermos uma bula, temos algumas expectativas sobre o vocabulário a ser utilizado, como componentes químicos, e sobre gramática, como a presença de verbos no imperativo. São também comuns contraindicações e possíveis efeitos colaterais, bem como avisos sobre a necessidade de um médico, geralmente no masculino,

ter receitado o medicamento, ainda que seja corriqueira a prática de automedicação no Brasil, e ser consultado caso o remédio pareça não estar funcionando. Sendo assim, a bula legitima um determinado sistema de conhecimento e crença, sobre ciência e cura, além de atribuir à figura do médico e do laboratório fabricante do fármaco a autoridade para determinar o uso do produto. Por fim, também é possível afirmar que a bula posiciona o/a leitor/a como um paciente ou uma pessoa doente (ou alguém próximo, como mãe ou pai, que vai administrar o remédio para a pessoa doente).

Para ilustrar como proceder a uma análise da prática discursiva, examinemos a capa da revista *Veja* de 09/09/2020 (imagem 2 abaixo). *Veja* é a revista semanal de maior circulação no Brasil, com mais de 1 milhão de exemplares vendidos por semana, de acordo com a própria editora Abril⁹. Tomando como exemplo a edição cuja capa analisaremos, seu conteúdo é diversificado, com matérias sobre celulite, séries, televisão e *home office*, além de uma entrevista com a atriz Carolina Dieckmann. Porém, grande parte da revista está relacionada diretamente a conteúdo político e econômico, com menções diretas a figuras da política institucional brasileira, como Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz e os presidentes da Câmara e do Senado. O conteúdo político e econômico, portanto, não é uma exceção na revista e, pode-se dizer, constitui um de seus traços mais comentados.

Isso significa que textos de cunho político e econômico passam provavelmente por uma equipe de autores/as, revisores/as e designers, principalmente a capa da revista, que tem por função despertar o interesse da plateia. Com a exceção de artigos de opinião, que são de responsabilidade individual, as matérias da revista seguem a linha editorial do grupo capitalista que a controla, o Grupo Abril, um grande conglomerado empresarial, principalmente de veículos midiáticos, com faturamento anual estimado em R\$ 1 bilhão¹⁰. O público-alvo de *Veja* é de classe média ou média alta (tendo em vista que o exemplar da revista custa R\$18,00) e tende a ser de direita e conservador, dadas as posições historicamente defendidas pela revista. Por ser uma revista semanal de conteúdo variado, é possível afirmar que não há um corte de gênero na imaginação de sua plateia. Por fim, seus textos devem ser consumidos com atenção dedicada, provavelmente na sala de estar ou no quarto, ou seja, não é um conteúdo a ser consumido no transporte público (como seria o caso de jornais populares como *Meia Hora* e *Expresso*).



Imagem 2: Capa da revista *Veja* de 09/09/2020.

Antes de continuarmos com a análise, cabe frisar que Fairclough (2001) aponta que a análise da prática discursiva deve ser orientada por três categorias: *a intertextualidade, a coerência e a força do enunciado*. Neste texto, vamos nos concentrar nos dois primeiros, já que o terceiro exigiria uma maior explicação sobre a Teoria dos Atos de Fala (ver Fairclough [2001], principalmente o capítulo 3 e Austin [1962]).

Intertextualidade é um conceito herdado dos estudos de Bakhtin (ver Bakhtin [1981]) e tenta dar conta de “como os textos e os enunciados são moldados por textos anteriores aos quais eles estão ‘respondendo’ e por textos subsequentes que eles ‘antecipam’” (Fairclough, 2001, p. 134). Sendo assim, qualquer texto sempre responde a condições discursivas que o moldaram, o que atribui à análise do discurso um caráter sócio-histórico fundamental. Fairclough (2001, p. 152) faz uma diferenciação entre intertextualidade manifesta, “caso em que se recorre explicitamente a outros textos específicos” e interdiscursividade, que, de forma mais implícita, envolve a inserção de outros tipos de discurso, como outros gêneros, por exemplo, em um evento discursivo. Assim, ao citarmos em discurso reportado direto ou indireto a fala de outrem na composição de um texto falado ou escrito, fazemos elos intertextuais explícitos entre o texto sendo produzido aqui e agora

e outro que o antecede. A interdiscursividade acontece, por outro lado, ao nos referirmos a trabalhadores precarizados como empreendedores, implantando um discurso neoliberal de liberdade e iniciativa em relações empregatícias desiguais e, muitas vezes, desumanas.

Esse é exatamente o caso da capa de *Veja* reproduzida acima. Uma capa de revista tende a trazer a principal matéria daquela edição e tende a apresentar tanto material linguístico quanto visual, geralmente uma fotografia ou uma montagem. Como se pode perceber, a capa de *Veja* traz uma montagem que lembra uma caixa de remédio, tendo em vista o formato retangular, a faixa preta com um possível efeito colateral, além da disposição do que parecem ser o nome do medicamento no canto superior esquerdo, o fabricante no canto inferior esquerdo e a quantidade líquida no canto inferior direito. Essa mistura entre gêneros é um elemento ressaltado por Fairclough (2001; 1995) como uma característica da comunicação midiática contemporânea. Entretanto, deve ser ressaltado que, em Fairclough (1995), a mistura do gênero informativo e publicitário no contexto das universidades britânicas gera um gênero híbrido, que indica uma mudança nos procedimentos das universidades, que passaram a aderir a normas mercadológicas para atrair alunos/as. No caso aqui em tela, dificilmente se pode afirmar que *Veja* produz um híbrido entre capa de revista e caixa de remédio.

Porém, o processo acima configura um recurso à interdiscursividade em que elementos do gênero caixa de remédio oferecem a esse evento discursivo uma chave de leitura, sobre cujas convenções discursivas devemos basear a interpretação dessa capa. Além dos elementos gráficos mencionados acima, itens lexicais como “medicamento”, “saudável”, “remédio” e “pandemia” estão diretamente ligados ao campo semântico da farmácia/saúde, além de outros mais indiretamente relacionados como “dependência”, “dose”, “uso”, “causar” e “provocar”. É especialmente interessante a construção “provoca a formação de currais eleitorais”, em vez de “forma currais eleitorais”, que seria muito mais simples sintaticamente e economizaria espaço, o que é relevante em uma capa de revista. Essa construção sintática acentua a semelhança entre o evento discursivo aqui em análise e os possíveis efeitos colaterais descritos pela bula de um medicamento.

Como o auxílio emergencial é representado como um remédio, produzido e distribuído pelo governo federal (vide o *slogan* do governo no canto inferior esquerdo), somos imediatamente convidados/as a pensar sobre quem são as pessoas doentes que precisariam utilizar o medicamento. O auxílio emergencial foi distribuído para todas as pessoas em situação de vulnerabilidade que estariam

impedidas de procurar emprego ou de trabalhar (caso de ambulantes, por exemplo) devido à pandemia de Covid-19 e às medidas de isolamento social adotadas. Não é esse o público-alvo de *Veja*, que está escrevendo para a classe média e média-alta sobre o alto preço a ser pago para socorrer os mais pobres (R\$ 260 bilhões). Ou seja, o efeito colateral do auxílio, apresentado aqui como remédio, seria o aumento do gasto público e o inchaço do Estado – fenômenos contra os quais o atual presidente prometeu lutar em sua campanha, o que levou, em grande medida, a *Veja*, grande parte da mídia brasileira e das classes médias a apoiarem sua candidatura e contribuírem para sua eleição (Carvalho, 2020).

Além disso, as pressuposições têm uma importância grande nessa prática discursiva. *Pressuposições* são proposições que já aparecem como estabelecidas ou “dadas” em um determinado enunciado. Uma pressuposição pode ser articulada através do uso de artigos definidos (o, a, os, as), como, por exemplo, em “o novo livro de Fairclough é muito importante”, que pressupõe que há um novo livro de Fairclough. Essa informação pode ser nova a determinados/as interlocutores/as, mas é articulada como se já estivesse dada, logo pressuposta. Fairclough (2001, p. 155) argumenta que a pressuposição deve ser vista de maneira intertextual, já que o conhecimento sobre o conteúdo pressuposto (a existência do novo livro de Fairclough, no exemplo) viria de outro texto anterior. Cabe frisar que a pressuposição pode exercer forte trabalho ideológico, já que articula um conteúdo de maneira implícita e abre caminho para uma aceitação tácita.

Na capa de *Veja*, há sete artigos definidos. A colocação “a pandemia” pressupõe que há (ou houve) uma pandemia, o que é de conhecimento geral em setembro de 2020. Entretanto, as colocações “a reforma administrativa” e “o melhor remédio” realizam importante trabalho ideológico, ao deixar pressuposto que há uma (proposta de) reforma administrativa e um remédio melhor. Reforma administrativa refere-se a um conjunto de mudanças de regras no serviço público propostas pelo governo Bolsonaro em 03/09/2020 (uma semana antes da publicação de *Veja*)¹¹. Essa reforma tem por objetivo eliminar a estabilidade dos/as servidores/as públicos/as e reduzir (ou até mesmo retirar) as bonificações e pagamentos extras, tais como a licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço. Essa proposta recebe avaliação positiva na mesma oração, com o sintagma “o melhor remédio”, articulado na forma superlativa, o que implica dizer que a reforma administrativa não é apenas algo bom; é a melhor solução dentre todas as soluções disponíveis. Esse conteúdo também pressupõe que exista uma solução que será melhor do que pagar o auxílio emergencial. Em outros termos, com essas

pressuposições, a matéria da *Veja* coloca o pressuposto neoliberal do Estado mínimo no centro da atenção através de diferentes graus de explicitude.

Além da intertextualidade, outra categoria também importante na análise da prática discursiva é a *coerência*, vista como uma propriedade não dos textos em si mesmos, mas sim do processo de interpretação, isto é, da interação entre texto e leitor/a (Fairclough, 2001, p. 113). No caso em tela, há grande trabalho interpretativo a ser feito para compreender a relação entre os efeitos colaterais do “remédio” auxílio emergencial e o “remédio” reforma administrativa, que deve substituir (ou talvez complementar) o primeiro. Vejamos: o auxílio emergencial é apontado como a possível causa da “quebra do país”¹². A quantidade apontada na “caixa do remédio” é 260 bi, o que significa que o governo federal gastou (ou gastará) R\$ 260 bilhões. Como a reforma administrativa reduz os pagamentos de trabalhadores/as que ingressarem no serviço público após sua aprovação, a conclusão é que o governo deve reduzir gastos para financiar o pagamento do auxílio emergencial. O equilíbrio das contas públicas, portanto, não deve vir de maiores tributos sobre a parcela mais rica da população, mas sim de cortes em áreas do orçamento. Cabe frisar que o público de *Veja* não é a parcela pobre da população que recebe o auxílio emergencial e que seu público pode ser levado à conclusão de que seus impostos estão sendo usados para financiar pessoas “dependentes” de “dinheiro fácil”, bem como servidores/as públicos/as.

Prática textual

Estando o texto a ser analisado localizado em termos de produção, distribuição e consumo, passa-se então para a *prática textual*, que tem como foco a produção linguística, isto é, as palavras e relações mais abrangentes que vão sendo formadas, tais como sintagmas, orações, períodos, parágrafos etc. As categorias de análise da prática textual são vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, e têm como objetivo examinar os elementos estruturantes do texto. Ilustraremos as duas primeiras nos próximos parágrafos¹³. A categoria “vocabulário” está ligada a escolhas lexicais feitas pelos autores/as ou produtores/as. As palavras ou locuções/expressões utilizadas devem ser analisadas de forma não redutível ao significado de uma determinada palavra no dicionário, já que diversos vocábulos estão ligados a tradições de pensamento, conhecimentos arraigados, valores morais ou instituições específicas. Um exemplo disso é a expressão “luta de classes”, que dificilmente será compreendida fora da tradição marxista de pensamento econômico. A simples verificação das palavras no dicionário não seria suficiente para explicar o conceito.

Na capa de *Veja*, acima, o auxílio emergencial é renomeado de três formas: “este medicamento”, “o socorro financeiro” e “dinheiro fácil”. A primeira referência é condizente com a interdiscursividade apontada na prática discursiva acima, que representa o auxílio emergencial como um remédio ineficiente. A terceira referência é particularmente relevante, já que a adjetivação “fácil” deixa subentendido que há dinheiro difícil. Considerando que o auxílio foi pago a pessoas que não poderiam sair para trabalhar devido à pandemia, o dinheiro que a parcela mais pobre da população recebeu de auxílio teria sido fácil porque não foi uma compensação por trabalho. Não há qualquer menção à dificuldade de obter o auxílio na Caixa Econômica Federal, nem ao fato de que R\$600,00 equivale a um pouco menos que 60% do salário mínimo. Ainda assim, as pessoas pobres ficarão dependentes dessa facilidade, ou seja, acostumar-se-ão a ganhar dinheiro sem precisar trabalhar. A *Veja* faz essa afirmação sobre o comportamento futuro de mais de 63 milhões de pessoas¹⁴.

Há outros processos que podem ser focalizados nessa capa de *Veja*, mas é relevante, neste ponto, destacar que *diferentes escolhas lexicais podem estar diretamente ligadas a visões de mundo distintas e até antagônicas*. Por isso, analisaremos uma postagem na rede social Twitter, mais ilustrativa dos pontos que pretendemos levantar aqui. Na imagem 3, abaixo, temos um tweet (apelido, foto e ID do autor foram omitidos) sobre a prática do aborto. A primeira referência a essa prática é a sequência “assassinato de bebês indefesos”, que depois o autor do comentário complementa com o aposto “vulgo aborto”.

Esquerdista, você está bosteando sobre ASSASSINATO DE BEBÊS INDEFESOS, vulgo aborto? Recolha-se a sua insignificância. 👍



5:09 PM · 11 de set de 2020 · Twitter for Android

Imagem 3: Tweet contra o aborto.

Ao utilizar esse aposto, o autor do comentário não deixa qualquer dúvida sobre a prática à qual ele se refere. Isso parece indicar que o próprio autor da postagem compreende o caráter ambíguo da escolha lexical que fez. Além disso, o advérbio “vulgo” orienta como a referência “aborto” deve ser compreendida, isto é, como linguagem vulgar e, portanto, não técnica e precisa. A utilização desse advérbio é comum para referir-se a pessoas conhecidas pelo grande público apenas pelo apelido¹⁵. Em comparação, o autor da postagem considera que aborto seria o apelido pelo qual a sociedade conhece a prática do “assassinato de bebês indefesos”, este último entendido como mais correto tecnicamente.

Analisando a expressão, percebe-se a escolha do vocábulo “bebês”, em vez de “feto”, por exemplo, para referir-se à entidade que está no corpo da mulher durante a gravidez. Nota-se que “bebê” poderia significar uma criança já nascida. Sendo assim, a referência aproxima (quicá iguala) dois seres, cuja única diferença seria ter ou não nascido. Essa estratégia retórica parece ser comum em grupos contrários ao aborto, já que auxilia na determinação do início da vida na concepção, não no nascimento, o que possivelmente explica a veemência com que grupos feministas defendem que se trata de um feto¹⁶. O adjetivo “indefeso” parece exercer função simplesmente retórica, já que podemos afirmar que qualquer bebê é indefeso. Esse pleonasma pode ser entendido como uma ênfase, que destaca a crueldade e a covardia de quem ataca (ou assassina) um ser que não pode se defender¹⁷. Nesse sentido, nota-se recentemente o uso de uma estratégia lexical comum a movimentos antiaborto transnacionais, que deixaram de usar o epíteto antiaborto e passaram a chamar-se pró-vida. No recente caso da garota de 10 anos que engravidou de seu padrasto após anos de abusos sexuais, grupos antiaborto protestavam em frente ao hospital em favor da vida do feto e da garota. Esse deslocamento lexical tem como efeito a deslegitimação dos argumentos médicos, sociais e psicológicos valorizados socialmente em favor de um argumento moral.

Enquanto o item vocabulário trata das escolhas lexicais, a categoria gramática diz respeito às relações estabelecidas entre essas palavras em sintagmas¹⁸ ou orações. No exemplo acima, há um importante processo de nominalização quando da utilização do substantivo “assassinato”. Nominalização é o uso de um substantivo para se referir a um processo, de modo que especificações como tempo, modalização¹⁹ e agência ficam implícitos ou até mesmo omitidos. No caso em tela, “assassinato” substitui uma oração do tipo “X assassina Y”, sendo que Y (que sofre a ação verbal) está explícito na postagem, aparecendo como complemento nominal: “bebês indefesos”. O agente, o X na simplificação acima, não aparece, o que

deixa ao/à leitor/a o trabalho de completar a lacuna. Considerando a organização cis-heteronormativa da sociedade, mulheres (cis) engravidam e só elas podem, portanto, abortar. Assim, chega-se à conclusão de que quem assassina bebês indefesos são mulheres, bem como médicos/as, quando pensamos em abortos feitos legalmente²⁰. Tendo em vista que “assassinar” está ligado ao campo semântico do crime, o agente de tal ação (no caso, implicitamente, as mulheres) é criminalizado. Mais uma vez, o trabalho ideológico do texto fica implícito e, por isso, negável, caso o autor fosse acusado de machismo, por exemplo.

Há outros elementos deste tweet que poderiam ser analisados, principalmente em relação à prática discursiva (como a citação intertextual a Ronald Reagan), que não aprofundaremos, pois foram ilustrados quando da análise da capa de *Veja*. Porém, cabe mencionar que a análise da dinâmica de produção, consumo e distribuição de postagens em redes sociais é mais complicada do que a análise da comunicação tradicional. Não é simples definir o público projetado para uma postagem de Twitter, nem tampouco imaginar as condições de produção daquela mensagem, já que muitas vezes sequer conhecemos quem fez a postagem. Além disso, a mecânica de distribuição é imprevisível, já que o mesmo Tweet pode ser repostado infinitas vezes por pessoas diferentes, cada qual com suas filiações ideológicas, e encontra variados públicos, igualmente heterogêneos. Repensar essas categorias de análise parece ser um importante desafio para que a ADC se estabeleça como uma abordagem teórico-metodológica relevante para a investigação de produções discursivas nas redes sociais.

Antes de passar à terceira parte da metodologia de análise, é importante mencionar dois itens lexicais presentes no primeiro período do tweet acima: “esquerdista” e “bostejando”. O primeiro, um adjetivo utilizado como substantivo, descreve pessoas identificadas com a esquerda política, conceito não definido na postagem. O segundo, um neologismo, é um verbo seguido pela preposição “sobre”, o que sugere que o neologismo “bostejar” é um “sinônimo” de discutir, no sentido de argumentar, com valoração bastante negativa. Essa avaliação negativa junta-se à avaliação negativa sobre a prática do aborto, o que leva à conclusão de que “esquerdistas” defendem o “assassinato de bebês indefesos”. O aborto é, portanto, um tema que divide a sociedade de maneira dicotômica: pessoas de esquerda são favoráveis, enquanto pessoas de direita são contrárias. Dada a avaliação extremamente negativa do aborto, a posição de direita é estabelecida como moralmente superior. Resta agora fazer a conexão desses eventos discursivos com os processos sociais mais amplos aos quais eles respondem.

Prática social

A análise da prática social tende a ser mais complexa do que a análise das práticas discursiva e textual, por ser mais dificilmente redutível a categorias analíticas. Conforme afirmado ao longo do texto, a ADC concebe que linguagem e sociedade têm relação dialética e de mútua influência: a sociedade (a prática social) influencia o discurso e o discurso influencia a sociedade. Cabe dizer que o discurso influencia a sociedade de diversas formas, como reafirmação, naturalização, questionamento etc. *Analisar como o discurso, por exemplo, naturaliza relações sociais desiguais é importante para entender a mecânica discursiva que molda as relações cotidianas e mantém privilégios a determinados grupos em detrimento de outros.*

Sendo assim, a análise da prática social deve questionar quais elementos sociais mais amplos estão sendo diretamente influenciados pelo discurso sob análise (no caso da capa da *Veja* acima, tem-se, por exemplo, o neoliberalismo e a medicalização, dois fenômenos característicos no momento histórico atual). É importante, portanto, lançar mão de uma *teorização social* que permita interpretar como a análise linguística se conecta a processos sociais mais amplos. Por exemplo, Ostermann e Keller-Cohen (1998) analisam quizzes presentes em revistas brasileiras e americanas para meninas e demonstram como esses questionários, vendidos como um simples e inocente divertimento, produzem um trabalho ideológico de naturalização da heterossexualidade. As autoras concluem que quizzes atuam na disciplinarização dos corpos, com base no trabalho de Foucault (1975), segundo o qual a modernidade produziu instituições que moldam o comportamento humano, no nível da individualidade, isto é, do sujeito.

O trabalho de Fairclough (1995) analisa a publicidade de vagas docentes em universidades no Reino Unido e aponta que essas peças de propaganda sofreram grandes mudanças, principalmente durante os anos 1990. O autor argumenta que a publicidade universitária tornou-se cada vez mais parecida com a propaganda corporativa regular, com elementos como verbos no imperativo (“cause um impacto”) e características pessoais (ambição, energia, empreendedorismo etc.). Esse processo de hibridização, para Fairclough, está ligado a um processo social mais amplo de mercadologização (*marketisation*) pelo qual as universidades britânicas passaram com a redução do financiamento estatal de suas atividades. As universidades, então, precisam cada vez mais adquirir financiamento privado e, portanto, funcionam cada vez mais como empresas privadas regulares. Não há como pensar tal processo sem levar em consideração as mudanças econômicas

de redução do Estado introduzidas, no Reino Unido, por Margaret Thatcher, que vieram a ser conhecida como neoliberalismo. Dessa forma, Fairclough (1995) demonstra como o neoliberalismo, ao menos no Reino Unido, produziu mudanças discursivas no contexto universitário, em estreita ligação com mudanças econômicas que afetaram o modo de funcionamento dessas instituições.

Pode-se perceber que a análise da prática social consiste em uma reflexão sobre como as estruturas e as relações hegemônicas são materializadas no discurso e como este responde àquelas. Conceitos importantes delineados acima podem ser úteis nesse momento da análise. Voltemos aos dois exemplos trabalhados acima, a capa de *Veja* sobre a reforma administrativa e o tweet sobre aborto.

A capa de *Veja* se posiciona a favor da reforma administrativa proposta pelo governo Bolsonaro e contra o auxílio emergencial. Esse apoio reflete um aspecto da ordem do discurso da grande mídia brasileira, ou mídia corporativa, que se alinha sistematicamente a medidas de cunho neoliberal, de redução de gastos governamentais, especialmente aqueles que têm impacto sobre os/as mais pobres. Os conglomerados de mídia brasileiros são empresas privadas, que defendem seus interesses nas representações discursivas que produzem. Em outras palavras, os indivíduos que comandam essas empresas fazem parte da classe que dirige o arranjo hegemônico, que também conta com administradores/as de empresas nas áreas de educação e saúde. Esses/as empresários/as têm interesse direto na redução de investimentos do Estado em educação e saúde, já que tais serviços públicos geram competição para essas empresas. Essas empresas, por sua vez, anunciam seus serviços nos grandes veículos midiáticos, que, não surpreendentemente, apoiam as pautas de seus anunciantes. É importante frisar que *um evento discursivo não demonstra necessariamente o padrão seguido por uma determinada ordem do discurso*, ou seja, o fato de a *Veja* defender a reforma administrativa em uma de suas capas não significa que toda a grande mídia brasileira se alinhe a todo tipo de reforma neoliberal. As afirmações que fazemos neste parágrafo são lugar-comum na teoria sobre mídia no Brasil (Lima, 2015; Oliveira, 2019) e a capa de *Veja* é um exemplo de como essa ordem de discurso é reafirmada: é necessário reduzir os pagamentos ao serviço público e à camada mais pobre da população.

Quanto ao tweet analisado, a veemência da reprovação ao aborto, bem como a associação de sua defesa com a esquerda política estão relacionadas ao crescimento da extrema-direita no Brasil e no mundo. Essa divisão política não se dá com base em concepção econômica, mas sim na área dos costumes. Além disso, a visão de esquerda é ridicularizada (esquerdistas “bostejam” e são “insignificantes”)

e criminalizada, já que alinhada ao assassinato. Essas escolhas lexicais refletem o tom bélico e escatológico adotado por expoentes da extrema-direita brasileira, especialmente ao se referirem a seus adversários políticos, comumente identificados como esquerdistas, socialistas ou comunistas, ainda que tais termos não sejam definidos²¹. É relevante notar que tais processos discursivos viajam transnacionalmente e sofrem poucas mudanças no caminho. Veja, por exemplo, como o discurso antigênero, calcado na ideia de “ideologia de gênero”, tem ressonância na América Latina, na Europa e na África, em grande medida repetindo fórmulas e imagens que, embora adaptadas para contextos locais, circulam através de fronteiras nacionais (ver Kuhar e Paternotte, 2017; Corrêa e Kalil, 2020).

Por fim, Fairclough (2001, p. 91) argumenta que uma produção discursiva constrói simultaneamente sistemas de conhecimento e crença, relações e identidades sociais. O tweet sob análise estabelece o que se deve entender por aborto: uma prática criminosa efetuada por mulheres esquerdistas. Essa prática divide a sociedade em dois grupos políticos, a saber esquerda e direita. Haveria, portanto, uma estrutura binária entre esquerda pró-aborto e direita pró-vida. Essa é uma simplificação de uma realidade muito mais multi facetada, já que ignora uma miríade de posições e debates, como, por exemplo, número de semanas de gravidez, risco de saúde da gestante, situação em que ocorreu a gravidez (um estupro, por exemplo). É impossível que alguém seja favorável ao aborto e não se identifique como de esquerda? Ou ainda que não se identifique em qualquer posição política, pelo motivo que for? Todos esses questionamentos são apagados, o que significa que temos uma estruturação binária da sociedade, entre esquerda e direita, entre criminosos/as e cidadãos/ãs de bem. A postagem pode servir, portanto, como lição: se você é favorável ao “assassinato de bebês indefesos”, você é de esquerda.

As identidades sociais disponíveis são apenas duas: esquerda e, por oposição, direita. A relação entre essas duas identidades se dá em uma escala moral, já que uma posição é favorável a uma prática supostamente atroz e a outra defende aqueles que são indefesos. Tendo em vista que a construção da realidade não deixa espaço para nuances ou posições intermediárias, o/a leitor/a é levado/a a escolher uma posição. Ele/a deve ser ou de esquerda – e defender o assassinato de bebês indefesos – ou de direita – e defender os bebês indefesos. Essa visão reduzida sobre esquerda e direita parece ser um elemento importante do discurso da extrema-direita, que se baseia em uma política de “nós contra eles” (Stanley, 2018), em que o adversário político é visto como inimigo, muito comumente a “ameaça comunista”, que precisa ser derrotado. Tendo em vista o crescimento de

partidos e figuras neofascistas nos últimos anos em diferentes países, bem como a consolidação da China, comandada pelo Partido Comunista Chinês, como superpotência econômica e geopolítica, não surpreende o aumento de tensões nas relações, envolvendo principalmente EUA e China.

Análise do discurso crítica e a pesquisa em relações internacionais

Como demonstrado acima, a ADC é uma abordagem teórico-metodológica intrinsecamente interdisciplinar, que estabelece um modelo para pesquisas que trabalhem com discurso, em diferentes áreas do conhecimento. Sendo assim, e considerando as crescentes tensões entre EUA e China, além da crise migratória na Europa, a questão venezuelana e a mudança do alinhamento diplomático do Brasil (para nos limitarmos a temas próximos), o discurso tem papel central na maneira como diferentes lideranças representam suas ideias e projetos na luta discursiva por hegemonia. Exemplos não faltam: em campanha pela reeleição, o presidente Donald Trump diz a uma plateia (branca) em Minnesota: “Vocês têm bons genes”²². A visita, em setembro de 2020, do secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, ao Norte do Brasil, fronteira com a Venezuela, foi interpretada pelo presidente da Câmara Rodrigo Maia como uma afronta às tradições diplomáticas do Brasil²³. Já o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a mesma visita demonstra alinhamento entre Brasil e EUA na restauração da democracia na Venezuela²⁴. Não deixa de ser curioso que o governo americano, liderado por Donald Trump, forte e abertamente anti-imigração, incentive e financie a imigração de venezuelanos para o Brasil.

Consideremos, de maneira mais atenta, as crises provocadas na esteira da pandemia de Covid-19 em 2020. Sabe-se que os primeiros casos da nova doença se iniciaram em Wuhan, China, em dezembro de 2019, e que o vírus, então, passou a circular na Europa e depois no restante do mundo. Em março de 2020, o presidente dos EUA, Donald Trump, passou a sistematicamente se referir ao novo coronavírus como “vírus chinês”²⁵. Trump foi acusado de racismo e se defendeu argumentando que queria ser preciso, já que o vírus viera da China²⁶. Uma análise crítica desses usos linguísticos deve levar em conta as relações hegemônicas na disputa geopolítica global, bem como os interesses políticos em questão. Quais diferenças ideológicas podem ser inferidas entre os itens lexicais “coronavírus” e “vírus chinês”? Como cada escolha lexical constrói a dinâmica de responsabilização pelos efeitos do vírus? Há relação entre essa resposta de Trump e o processo eleitoral estadunidense, tendo em vista, principalmente, o efeito que a circulação

do vírus teve sobre a economia dos países? Como esse evento discursivo responde à prática social em que se insere?

Essa crise diplomática também envolveu o Brasil, especialmente na pessoa do deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente da República, que chegou a ser apontado para a embaixada brasileira nos EUA, em 2019. Em um tweet, Eduardo Bolsonaro culpou a China diretamente pela pandemia (“a culpa é da China”), localizando a gênese do problema no sistema político chinês (uma “ditadura”), cuja solução seria “liberdade”²⁷. Passados seis meses desde essas declarações, tendo o Brasil quase 137 mil mortos, quem é responsável por tantas mortes no sistema de conhecimento e crença construído na declaração de Eduardo Bolsonaro? A que sistemas políticos e econômicos estão associadas as ideias de ditadura e de liberdade? Que identidades e relações sociais são construídas com base nessas representações de ditadura e liberdade?

A Embaixada da China no Brasil respondeu a Eduardo Bolsonaro no Twitter afirmando que suas palavras lhes soavam familiares, pois seriam “uma imitação dos seus queridos amigos. Ao voltar de Miami, contraiu infelizmente, vírus mental, que está infectando a amizades (*sic*) entre os nossos povos”²⁸. Qual é o papel da intertextualidade para compreender esse evento discursivo? Quem seriam os “queridos amigos”? Qual é o campo semântico convocado pelas palavras “contraiu”, “vírus” e “infectando” e como esse campo semântico caracteriza a postagem de Eduardo Bolsonaro? Como essa interação entre Eduardo e a Embaixada da China exemplifica o alinhamento geopolítico do Brasil em relação às tensões entre EUA e China? Não à toa, há pesquisa contemporânea relevante em ADC investigando o discurso da extrema-direita (ver, por exemplo, Wodak, 2015).

Leituras recomendadas

Lidando especificamente com o crescimento da extrema-direita pelo mundo, os trabalhos de Rheindorf e Wodak (2018) e, principalmente, o livro de Wodak (2015) são relevantes para demonstrar como a ADC pode ser adequada para lidar com os desafios colocados pela ordem geopolítica contemporânea. Também ligados diretamente ao discurso político, Chouliaraki (2006) analisa as representações da mídia ocidental sobre a guerra no Iraque, e Van Dijk (2001) examina a cobertura da mídia brasileira sobre o governo Dilma no contexto do (contestado) impeachment que a apeou do poder.

O livro de Norman Fairclough *Language and Power* (1989) reflete sobre a obra de autores como Foucault, Gramsci e Althusser, e oferece, principalmente,

a base epistemológica da ADC, ao articular conceitos como linguagem, discurso, poder, ideologia e hegemonia. Dessa forma, o autor inaugura uma perspectiva que compreende linguagem e sociedade em relação dialética, o que torna o discurso uma forma central de agir na vida social. Já *Discurso e Mudança Social* (2001) avança na construção do modelo metodológico da ADC, baseada, principalmente na Linguística Sistêmico-Funcional de Michael Halliday (1994), na Teoria dos Atos de Fala (Austin, 1962) e nos escritos de Mikhail Bakhtin (1981). Desenvolvendo os argumentos apresentados em *Language and Power, Discurso e Mudança Social* propõe o modelo tridimensional de análise que seguimos acima, além de discutir detalhadamente como trabalhar cada categoria de análise. Outros trabalhos, como *Critical Discourse Analysis* (Fairclough, 1995) e *Language and Globalisation* (Fairclough, 2006), em que pesem críticas como a de Jan Blommaert (2008), lidam mais diretamente com temas como globalização e neoliberalismo, que podem interessar à pesquisa em RI.

-
- 1 Referem-se a duas correntes hegemônicas no pensamento linguístico. O estruturalismo, cujo principal representante foi Ferdinand de Saussure (2012 [1916]), estuda a língua como sistema de signos abstratos. Por sua vez, o gerativismo proposto por Chomsky (1965) entende a língua como fenômeno biológico e se lança a investigar seus princípios universais. Em comum, ambas as correntes se preocupam com o que Saussure chama de *langue* e Chomsky entende por competência, ou seja, o conhecimento inato e intuitivo da língua em detrimento da *parole* ou desempenho que se referem ao uso. A ADC preocupa-se justamente com o uso em seu contexto social, histórico e político.
 - 2 Exemplo disso são metodologias de pesquisa utilizadas em diversas áreas (sociologia, antropologia, psicologia social) que trabalham com entrevistas, analisando somente seu conteúdo (o que é dito) e ignorando a forma (como é dito). A ADC focaliza tanto conteúdo quanto forma, pois ambos têm papel importante no processo de significação.
 - 3 Ver <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/08/07/entregador-registra-boletim-de-ocorrencia-apos-sofrer-ofensas-racistas-em-condominio-de-valinhos-video.ghtml>.

- 4 Ver <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/menino-de-14-anos-e-baleado-durante-operacao-no-complexo-do-salgueiro-rj.ghtml>.
- 5 Como a ex-jogadora não explicita o ano a que os números se referem, é difícil verificar a veracidade desses dados. Segundo o FBI, em 2016, afro-americanos foram responsáveis por 52,6% dos assassinatos e 54,5% dos roubos. Ver <https://ucr.fbi.gov/crime-in-the-u.s/2016/crime-in-the-u.s.-2016/topic-pages/tables/table-21>.
- 6 Exemplos de crises diplomáticas não faltam desde que Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil.
- 7 Por exemplo, ver <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/09/reforma-da-previdencia-governo-revisa-previsao-de-economia-de-r-800-bi-para-r-855-bi-em-dez-anos.ghtml> e <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/economia-com-a-reforma-da-previdencia-e-de-r-630-bilhoes-estima-ifi-orgao-do-senado.shtml>.
- 8 Ver o capítulo 3 de Fairclough (2001) para uma explicação mais detalhada dos conceitos. Grosso modo, Goffman afirma que, para entender o formato de produção de qualquer enunciado, deve-se levar em conta quem escolhe as palavras a serem ditas ou escritas (o autor), quem as pronuncia ou escreve (o animador) e quem tem a responsabilidade pelo conteúdo do enunciado (o principal). Na grande maioria das vezes, autor, animador e principal são a mesma pessoa. Contudo, em contextos mais institucionalizados (por exemplo, a ONU) esses papéis são mais difusos.
- 9 Ver <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-revista-de-maior-circulacao-no-brasil-e-no-mundo/>.
- 10 Ver <https://www.infomoney.com.br/negocios/grandes-empresas/noticia/7573929/grupo-abril-pede-recuperacao-judicial->.
- 11 Ver <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/03/entenda-a-reforma-administrativa-enviada-pelo-governo.ghtml>.
- 12 Cabe aqui uma importante ressalva ao modelo tridimensional que Fairclough propõe para a Análise do Discurso Crítica. Para analisar a criação de coerência, categoria da prática discursiva, seria necessário analisar a sentença “a distribuição de dinheiro fácil (...) pode quebrar o país”, com base em categorias como nominalização, transitividade e metáfora, todas relacionadas à prática textual. É importante que o/a pesquisador/a utilizando a ADC

- conceba o modelo tridimensional como uma proposta, que pode ou não ser a mais adequada, dependendo do evento discursivo a ser analisado.
- 13 Ver Fairclough (2001), principalmente o capítulo 6, para as demais categorias.
 - 14 Segundo a Casa Civil, 63,5 milhões de brasileiros/as receberam o auxílio emergencial durante a pandemia. Disponível em <https://www.gov.br/casa-civil/pt-br/assuntos/noticias/2020/junho/auxilio-emergencial-mais-de-63-5-milhoes-de-brasileiros-ja-receberam-o-beneficio-do-governo-federal>.
 - 15 Ver, por exemplo, a página na Wikipédia do ex-trafficante Escadinha, em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Escadinha>.
 - 16 Ver, por exemplo, <https://blogueirasfeministas.com/2011/12/13/feto-nao-e-bebe/>.
 - 17 Percebe-se que outros grupos nomeiam a prática do aborto como “interrupção da gravidez”, que enquadra a prática como um procedimento médico, não criminal. Uma rápida pesquisa no Google mostra como diversos veículos tradicionais de mídia utilizaram essa referência para o caso de uma menina de 10 anos que passou pelo procedimento em agosto de 2020. Ver https://www.google.com/search?q=menina+de+10+anos+interrup%C3%A7%C3%A3o+da+gravidez&rlz=1C1SQJL_pt-BRBR801BR801&oq=menina&aqs=chrome.3.69i57j69i59l3j69i60l3.2959j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8.
 - 18 Conjunto de palavras que formam núcleos em uma oração. Por exemplo, em “A presidenta da República discursou no palanque” temos 3 sintagmas: um nominal (a presidenta da República), um verbal (discursou) e um preposicional (no palanque).
 - 19 Recursos linguísticos pelos quais marcamos nossa relação (de distância, proximidade, certeza etc.) com o que é dito. Os enunciados “parece que vai chover”, “vai chover” e “certamente vai chover” referem-se ao mesmo fato, mas diferem quanto ao grau de comprometimento de seu autor sobre o caso relatado.
 - 20 Há diversos relatos de mulheres que realizam abortos de maneira precária, sem assistência de um profissional de saúde.
 - 21 Ver Cesarino (2020) e Sanque (2020) sobre esses conceitos vagos.
 - 22 Ver https://www.youtube.com/watch?v=1-0GOZD0lWQ&ab_channel=TonyDortie-24%2F7Eyes. O censo americano de 2010 aponta que 85% da população de Minnesota é branca. Ver <https://www.census.gov/2010census/data/>.

- 23 Ver <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/18/maia-diz-que-visita-de-secretario-americano-a-roraima-nao-condiz-com-a-boa-pratica-diplomatica.ghtml>.
- 24 Ver <https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-eua-estao-trabalhando-para-restaurar-democracia-na-venezuela-diz-bolsonaro-1-24650291>.
- 25 Trump chegou a corrigir manualmente um texto escrito por sua equipe, que lia “corona virus”. Ele riscou “corona” e escreveu “Chinese” à caneta.
- 26 Ver <https://www.nytimes.com/2020/03/18/us/politics/china-virus.html>.
- 27 Ver <https://noticias.r7.com/brasil/eduardo-bolsonaro-provoca-crise-com-a-china-18032020>.
- 28 Ver <https://apublica.org/2020/03/robos-levantaram-hashtag-que-acusa-china-pelo-coronavirus/>.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. In: ZIZEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 102-152.
- AUSTIN, J. *How to Do Things with Words*. Cambridge: Harvard University Press, [1962] 1975.
- BAKHTIN, M. *The Dialogic Imagination*. Texas: University of Texas Press, 1981.
- BLOMMAERT, J. Book review: Norman Fairclough, *Language and Globalization*. London: Routledge, 2006, viii, 186 p. *Discourse and society*, 19(2), 2008, p. 257-269.
- BRIGGS, C. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary social life. *Current Anthropology*, 48, 2007.
- CAMERON, D. *Working with spoken discourse*. Londres: Sage publications, 2001.
- CARVALHO, L. *Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado*. São Paulo: Todavia, 2020.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- CHOULIARAKI, L. The aestheticization of suffering on television. *Visual communication*, 5(3), 2006, p. 261-285.
- CORRÊA, S.; KALIL, I. *Políticas Antigênero em America Latina: Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 2020.
- FABRICIO, B. A. “Outridade lusófona” em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. Londres: Longman, 1989.
- _____. *Critical Discourse Analysis*. Londres: Longman, 1995.
- _____. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

- FAIRCLOUGH, N., WODAK, R. Critical Discourse Analysis. In: VAN DIJK (Ed.) *Discourse as Social Interaction: Discourse Studies 2*. Londres: Sage, 1997, p. 258-284.
- GRAMSCI, A. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GOFFMAN, E. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold, 1994.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design* (2nd edition). Londres: Routledge, 2000.
- KUHAR, R.; PATERNOTTE, D. *Anti-gender mobilizations in Europe: mobilizing against equality*. Londres: Rowman and Littlefield, 2017.
- LIMA, V. A direita e os meios de comunicação. In: CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Eds.) *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- MCCLUSKEY, E. *From righteousness to far right: an anthropological rethinking of critical security studies*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2019.
- NYE, J. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: PublicAffairs, 2004.
- OLIVEIRA, D. É golpe, sim! Com Supremo, com tudo. Uma análise da comunicabilidade do *Jornal Nacional* no processo de destituição de Dilma Rousseff em 2016. Rio de Janeiro: UFRJ – Dissertação de Mestrado, 2019.
- OSTERMANN, A. C.; KELLER-COHEN, D. Good girls go to Heaven, bad girls...learn to be good: Quizzes in American and Brazilian Teenage Girls' Magazines. *Discourse and Society*, 9(4), 1998, p. 531-558.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RHEINDORF, M.; WODAK, R. Borders, fences, and limits – protecting Austria from refugees: metadiscursive negotiation of meaning in the current refugee crisis. *Journal of immigrant & refugee studies*, 16, nº 1-2, 2018, p. 15-38.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].
- VAN DIJK, T. Critical discourse analysis. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN & HAMILTON, H. (eds). *The Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 352-71.
- WODAK, R. *The politics of fear: what right-wing populist discourses mean*. Sage Publications, 2015.

Capítulo 2

Como realizar Performance (feminista decolonial) como Pesquisa com um grupo de profissionais do sexo: *Yeki Hambe*¹: *Deixa pra lá!*²

Phoebe Kisubi Mbasalaki
Sara Matchett

A Performance como Pesquisa (*Performance as Research*, PaR, em inglês) foi possivelmente desenvolvida na Finlândia em meados da década de 1980 e possui forte presença na Austrália, nos países nórdicos, na África do Sul, na França e no Canadá francófono (Nelson, 2013). Na África do Sul, ela evoluiu principalmente por meio do trabalho em teatro universitário e departamentos de performance. Em particular, o Professor Mark Fleishman desempenhou um papel crucial no reconhecimento da PaR na Universidade da Cidade do Cabo e em outras instituições como uma metodologia de pesquisa válida dentro da disciplina de Teatro e Performance. Fleishman esteve envolvido no desenvolvimento da metodologia PaR tanto no contexto da África do Sul, quanto no contexto da Federação Internacional de Pesquisa Teatral (IFTR, em inglês), onde foi co-organizador e membro do grupo de trabalho *Performance as Research* por diversos anos.

Destaca-se que a Universidade da Cidade do Cabo tinha um Departamento de Teatro havia quase 100 anos e uma Escola de Dança que já existia havia 84 anos. Mais recentemente, em 2018, o Departamento de Teatro se fundiu com a Escola de Dança para se tornar o que hoje é chamado de Centro para Estudos em Teatro, Dança e Performance (CTDPS, em inglês)³. Por meio do trabalho de base do Professor Mark Fleishman, o CTDPS dá muita ênfase à PaR, que está em constante interação com a chamada Prática como Pesquisa (também PaR, na sigla em inglês), portanto, utilizada de forma intercambiável aqui.

A PaR vê a prática e a pesquisa acadêmica como inerentemente inter-relacionadas. Segundo Nelson (2013, p. 3), “a prática como pesquisa provavelmente não teria sido cunhada se artistas não tivessem se envolvido com instituições de ensino superior no que diz respeito a programas de aprendizagem, particularmente em nível de doutorado”. No entanto, isso não deixa de ser contestado, uma vez que a efemeridade das artes representa um desafio particular em torno da produção de conhecimento em um sentido positivista⁴, que geralmente é mensurável e fixo. De uma posição puramente positivista, a PaR está presa na ambiguidade entre método e metodologia⁵, mas em vez de se fixar nesses binários improdutivos, prefere-se residir “no espaço ambíguo entre os binários [que] convida à inventividade” (Kershaw e Nicholson, 2011, p. 2). Em outras palavras, a PaR perturba as fronteiras entre método e metodologia, bem como aquelas da produção de conhecimento. Nossa definição de trabalho da PaR baseia-se em Lewis e Tulk (2016), que postulam que “a pesquisa e a prática estão em um posicionamento radical: onde o conhecimento formado por meio do processo material da performance pode ser avaliado como equivalente ao conhecimento produzido através de modos especulativos e analíticos” (2016, p. 1).

Por ser percebida como ambígua, a PaR tanto atravessa como complica o binário método/metodologia. Kershaw e Nicholson (2011) apontam a “bagunça intuitiva e a ambiguidade estética [como] partes integrantes à pesquisa de teatro e performance nas quais a relação entre o pesquisador e o pesquisado são fluidas, improvisadas e responsivas” (Kershaw e Nicholson, 2011, p. 2). Isso a faz se revelar em camadas, na medida em que a pesquisa não corresponde a um mapa predeterminado, mas sim a um *wayfarer* (algo construído ao longo da viagem)⁶. E este é um aspecto importante na PaR de diversas maneiras. Em primeiro lugar, ele abre possibilidades para a interdisciplinaridade em artes criativas, como dança, teatro, música, artes visuais e escrita, e, para além disto, também entre saúde pública, estudos de gênero, psicologia, sociologia, de forma não exaustiva. Em segundo lugar, a natureza fluida, improvisada e responsiva deste método evidencia a PaR como uma práxis – teoria imbricada dentro de uma prática ou, como outros a chamam, “prática de inteligência ou pensamento material” (Nelson, 2013, p. 5). E, em terceiro lugar, o fato de ser responsiva por natureza significa que incorpora um aspecto colaborativo em que pesquisadora e pesquisada são, na verdade, ambas copesquisadoras⁷. Desse modo, Kershaw e Nicholson (2011, p. 2) afirmam que a PaR não está preocupada com a legitimação da autoridade cultural do pesquisador ou da pesquisa [mas], na verdade... engajada [com] a produção

socioambiental de sistemas e a produção cultural de ecologias de pesquisa flexíveis em que entendimentos tácitos, práticas inferidas e pressupostos teóricos podem ser explicitados e podem, por sua vez, serem questionados e contestados.

Além de complicar os binários e atravessar as fronteiras método/metodologia e pesquisadora/pesquisada, a PaR se torna atraente para acadêmicas feministas e decoloniais, uma vez que elas discutem sobre as histórias de hierarquias entre pesquisadora/pesquisada, sabidamente opressivas. Assim como a PaR, a práxis decolonial clama pela ruptura de hierarquias, recentrando o não moderno, como coloca Maria Lugones (2010). Para Lugones, o não moderno corresponde a “conhecimentos, relações e valores e práticas ecológicas, econômicas e espirituais (que) são logicamente constituídos para estar em conflito com uma lógica dicotômica, hierárquica, ‘categórica” (Lugones, 2010, p. 743). Como a PaR atravessa binários, ela interrompe automaticamente as hierarquias, o que certamente a situa na estipulação de Lugones do não moderno. Desse modo, trabalhamos com a PaR entrelaçada com epistemologias e práxis feministas decoloniais, salientando que não há uma metodologia ou epistemologia feminista única, mas sim múltiplas lentes que atravessam camadas do sexismo, racismo, homofobia e colonialismo (Hesse-Biber, 2011).

Como supracitado, pesquisadoras feministas estão “atentas às hierarquias de poder e autoridade no processo de pesquisa”. Conforme articulado por Linda Tuhiwai Smith (2005), as feministas decoloniais se atentam às diferenças de poder embutidas na pesquisa que têm o potencial de reforçar o *status quo* e corroborar as divisões entre colonizador e colonizado. Esse reconhecimento torna a participante da pesquisa uma figuração. Para Braidotti (2002), uma figuração não é uma metáfora, mas sim um mapa vivo, uma narrativa transformadora do *self* (eu) que traça um mapa cartográfico das relações de poder a fim de auxiliar na identificação de possíveis visões e estratégias de resistência. Isso torna a participante da pesquisa agente ativa no processo de pesquisa, enfatizando sua natureza colaborativa.

Para nós, foi importante trabalhar com esse embasamento epistemológico alicerçado no feminismo decolonial, já que o projeto de pesquisa foi um trabalho com trabalhadoras do sexo na África do Sul. A África do Sul é uma das sociedades mais desiguais do mundo; sua geografia física é um lembrete persistente do legado contínuo do *apartheid*. Tais lembretes e sintomas tangíveis do *apartheid* perduram nos municípios empobrecidos, nas más condições das escolas e nos altos níveis de violência, ao ponto de 80% da economia e dois terços da faixa de terra na África do Sul ainda estarem nas mãos da minoria branca (*The Economist*, 2010). Um dos

muitos paradoxos da África do Sul é que, economicamente, o país se mantém membro do G20 e com o segundo maior PIB do continente africano. No entanto, as taxas de desemprego estão disparando, especialmente entre os jovens – 30,0%⁸ (Stats SA, 2020). Isso tem graves implicações para trabalhadoras do sexo que estão à margem da economia. Para além disso, a África do Sul atualmente está no epicentro de uma epidemia de HIV, que afeta desproporcionalmente mulheres jovens com idades entre 15 a 24 anos. O UNAIDS⁹, que monitora a epidemia global de HIV, salienta que, em países de baixa e média renda, profissionais do sexo são 13,5 vezes mais prováveis de estarem vivendo com HIV comparadas com a população geral em grupos na idade reprodutiva.

As trabalhadoras do sexo estão, portanto, no centro da desigualdade na África do Sul, ainda que constituam uma comunidade periférica, especialmente quando se trata de economia legal e moral. A desatualizada Lei de Ofensas Sexuais da África do Sul (Lei 23, 1957) torna ilegal a troca de sexo por ganhos financeiros. Segundo Goud e Fick (2008), esta lei torna criminosas quaisquer atividades relacionadas à venda de sexo, incluindo viver dos ganhos da venda de sexo, persuadir alguém a se tornar trabalhadora do sexo ou manter um bordel. Trabalhadoras do sexo sofrem tanto com o estigma, a violência física e estrutural, quanto com a brutalidade policial na África do Sul. Diante desse pano de fundo, a PaR, que se alicerça sobre epistemologias feministas decoloniais, foi a metodologia e o método ideais para nosso engajamento. Essa combinação de *métodos colaborativos* abre espaço para novas possibilidades na produção de conhecimento que são corporificadas¹⁰ e que “desconstroem epistemologias culturais herdadas em busca de fontes ocultas de [novo] conhecimento” (Job, 2019, p. 28) sobre e com trabalhadoras do sexo. Corporificação aqui refere-se às maneiras nas quais o corpo está envolvido em processos de construção de performance – como as percepções sentidas pelo corpo servem para informar o conhecimento que é produzido através da prática performática. Isso resulta na produção de conhecimento que centra as vidas e vozes de trabalhadoras do sexo, que, de outra forma, não são vistas e escutadas pelas estruturas e hierarquias de poder predominantes. Contudo, o mais significativo no cerne deste trabalho corporificado é a noção de bem-estar para as trabalhadoras do sexo, uma vez que esse trabalho é designado pela “desestruturação de epistemologias culturais herdadas” enraizadas em trauma, desigualdade estrutural e violência, para produzir “novas epistemologias” baseadas na cura de si mesma e desse corpo desumanizado.

Ademais, em razão da natureza colaborativa da PaR e das metodologias feministas decoloniais que centram a participante da pesquisa como sujeito agente, tanto a PaR quanto a pesquisa feminista também estão inseridas nos princípios da *pesquisa-ação*. Avison et al. (1999, p. 94) definem a pesquisa-ação como uma combinação de teoria e prática (e pesquisadores e profissionais) através de mudança e reflexão em uma situação problemática imediata dentro de uma estrutura ética mutuamente aceitável. A pesquisa-ação é um processo iterativo envolvendo pesquisadores e profissionais agindo juntos em um determinado ciclo de atividades, incluindo diagnóstico de problemas, intervenção ativa e aprendizagem reflexiva (Avison et al., 1999, p. 94).

A pesquisa-ação envolve a colaboração da pesquisadora com a comunidade ou organização objetivando justiça social. Portanto, a pesquisa-ação se preocupa com uma agenda para a mudança social que incorpora a crença em reunir conhecimentos para definir um problema a fim de que ele seja resolvido (Greenwood e Levin, 1998). Em nosso caso, a pesquisa-ação está firmemente inserida no *ativismo criativo* de e com trabalhadoras do sexo. Por ativismo criativo, recorreremos a Harrebye, que definiu o termo como uma espécie de meta-ativismo que facilita o engajamento de cidadãos ativos em intervenções temporárias, estrategicamente fabricadas e transformadoras, a fim de mudar a sociedade para melhor, comunicando conflitos e/ou soluções onde ninguém mais pode ou deseja, provocando reflexão (e consequentes mudanças comportamentais) (Harrebye, 2016, p. 25).

Esses princípios enraizados na mudança social são observáveis tanto nos métodos feministas decoloniais, quanto na PaR, como será articulado em nosso estudo de caso, coletivamente, trabalhando tanto para humanizar, como descriminalizar e desestigmatizar o trabalho sexual.

O restante deste capítulo está organizado da seguinte maneira: começamos esmiuçando o enquadramento teórico que fundamenta nossa abordagem e pesquisa. Tal enquadramento encontra-se enraizado nas epistemologias da pesquisa-ação, em que tanto a PaR quanto os métodos e a práxis feministas decoloniais africanos estão imbricados. Essas epistemologias distanciam-se das abordagens positivistas tradicionais; elas são de natureza colaborativa com as participantes da pesquisa e se engajam integralmente com as mudanças sociopolíticas. Iniciamos estabelecendo os princípios básicos da PaR que nos guiaram e, em seguida, os conectamos aos métodos e práxis feministas decoloniais. Em seguida, aplicamos a PaR e métodos e práxis feministas decoloniais utilizando um estudo de caso de nosso projeto de pesquisa atual com um grupo de trabalhadoras do sexo na

Cidade do Cabo. O estudo de caso é baseado na formulação e produção de uma peça intitulada *Yeki Hambe: Deixa pra lá*. Investigamos e detalhamos como aplicamos cada um dos princípios da PaR com *Yeki Hambe: Deixa para lá*. Posteriormente, apresentamos alguns corolários analíticos da peça, relacionando-a com a pesquisa-ação. Concluimos e oferecemos algumas questões reflexivas, bem como referências-chave.

Base epistemológica

A base epistemológica com a qual trabalhamos é estruturada por meio da pesquisa-ação como a abordagem abrangente que se baseia em aspectos colaborativos tanto da PaR, quanto de métodos e práxis feministas decoloniais. Notamos que a filosofia da pesquisa-ação incorpora o conceito de que as pessoas têm o direito de determinar seu próprio desenvolvimento e reconhece a necessidade de pessoas locais participarem de forma significativa no processo de análise de suas próprias soluções, sobre as quais elas têm (ou compartilham, como alguns argumentariam) poder e controle, a fim de conduzir ao desenvolvimento sustentável (Attwood, 1997, p. 2).

Portanto, as ciências sociais tradicionais, no sentido positivista, são desafiadas pela pesquisa-ação, que busca a colaboração total de todos os participantes, percebidos como frequentemente engajados em mudanças sociopolíticas. Além disso, a pesquisa-ação envolve um processo cíclico de pesquisa, reflexão e ação (Marshall e Rossman, 2006; Selenger, 1997) que “oferece uma crítica e um desafio à pesquisa na ciência social positivista dominante como a única fonte legítima e válida de conhecimento” (Maguire, 1987, p. 10). A produção de conhecimento, em nosso caso, não segue os métodos tradicionais positivistas, mas vem à tona por meios criativos. Desse modo, *é efêmera; é visual, corporificada e provoca emoções*. Com este pano de fundo, a seguir enquadraremos a PaR e os métodos feministas decoloniais.

PaR

Para tanto, valemo-nos de cinco constituintes mínimos que formam uma base epistemológica, articulados por Kershaw et al. (2011): pontos de partida, estética, localizações, transmissões e questões-chave. Aqui fornecemos *princípios*, cada um dos quais será elaborado/expandido ou explicado com o estudo de caso abaixo.

Pontos de partida

De acordo com Kershaw et al. (2011), existem inúmeros pontos de partida na PaR, mas estes podem ser reduzidos a geralmente dois, a saber: “afirmação de questões a serem respondidas dos problemas resolvidos pelo projeto proposto e, em segundo lugar, alguns profissionais seguem ‘palpites’ ou intuições que os estimulam a procurar um ponto de partida” (p. 65).

Localizações

“Todas as performances e teatro são limitados por localização no espaço e no tempo, amarrados a limites dos quais não podem escapar completamente... Portanto, a especificidade incorrigível do teatro e da performance é crucial para o que eles são ou se tornarão, mesmo que a natureza exata de seu ser nunca possa ser fixada” (Kershaw et al., 2011, p. 66).

Estética

Kershaw et al. (2011) observam que a PaR, em cada exemplo particular, “está imbuída de outras práticas e, portanto, é parte integrante das genealogias estéticas em evolução, sempre vinculada às tradições estéticas” (p. 66).

Transmissões

“Como a PaR é perseguida através de eventos de espaço-tempo, sua transmissão – o meio pelo qual qualquer conhecimento/compreensão/percepção que ela produz são comunicados – é sempre multimodal e tem as qualidades de um banquete móvel: normalmente é o ‘mesmo’ projeto, mas sempre exibido de forma diferente por meio de diversos canais” (p. 66).

Questões-chave

De acordo com Kershaw et al. (2011), essa é supostamente a parte complicada da PaR. Principalmente porque “a diversidade inescapável é sua principal qualidade geral; sempre estará gerando inúmeros problemas-chave. Normalmente, isso interrompe um desfile poderoso de formulações binárias: teoria/prática, processo/produto, ontologia/epistemologia, artista/acadêmico, recursos/infraestrutura, formatos múltiplos/resultados singulares e assim por diante” (p. 66).

Pesquisa Feminista Decolonial

Salientando sexo, gênero e sexualidade como narrativas centrais para o trabalho sexual em uma pós-colônia como a África do Sul, é importante interrogar as histórias que desempenharam papéis na produção dessas narrativas contemporâneas. Um feminismo decolonial é, portanto, aquele que interroga histórias de colonialismo e escravidão que alteraram significativamente a existência da colonizada e escravizada através das amarras de raça, gênero e sexualidade. Sabemos, conforme articulado por Oyèrónke Oyewumi (1997) e Ifi Amadiume (1987), que durante os cenários pré-coloniais na África, o gênero não era um princípio organizador, mas sim uma matriz complexa de gênero(s) em que as mulheres não estavam necessariamente em posições subjugadas e faziam parte das estruturas econômicas e de governo. Tanto a escravidão quanto o colonialismo informaram muitos pressupostos subjacentes na produção de conhecimento, especialmente no que se refere a gênero e sexualidade, bem como ao sexo na África. Como enfatizado por Lugones (2007), “a colonização de gênero ainda está conosco; ela está presente na interseção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema mundial capitalista de poder” (Lugones 2007, p. 746). O feminismo decolonial, portanto, oferece-nos de forma útil “uma lente para compreender as interconexões ocultas entre raça e gênero e a relação de cada um com a heterossexualidade normativa” (Tamale, 2020, p. 7). Reconhecemos que a produção de conhecimento é uma área em que esses sistemas de poder operam de maneira pesada. Conectamos isso diretamente ao que Edward Said (1978) chamou de Orientalismo. O autor argumenta que o efeito mais duradouro e prejudicial do colonialismo não foi um resultado da violência perpetuada nas colônias pela dominação militar ocidental, mas sim foi constituído na construção do pensamento acadêmico ocidental sobre o Oriente. Esse pensamento se estabeleceu em um “modelo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Outro”¹¹ (Said, 1978, p. 3). Um feminismo decolonial, desse modo, visa desembaraçar aquelas suposições e falácias sobre gênero e sexualidade que se infiltram na construção contemporânea e na compreensão de gênero e sexualidade na África. Isso torna o feminismo decolonial extremamente relevante na África do Sul como uma pós-colônia e, portanto, torna-se a lente através da qual lemos e trabalhamos com o trabalho sexual.

Quando uma lente feminista decolonial é aplicada ao trabalho sexual, uma análise histórica se torna necessária. Começamos essa investigação destacando os principais argumentos de Anibal Quijano (2000) sobre trabalho e capitalismo quando afirma que “todas as formas de controle e exploração do trabalho e da

produção, bem como do controle de apropriação e distribuição de produtos, giravam em torno da relação capital-salário e do mercado mundial” (p. 535). Este modelo de mercados e capitais criou ou produziu certos modelos, como bolsas de valores ou atividades financeiras, como centrais ou privilegiados enquanto outros, como o trabalho sexual, são periféricos, altamente explorados e, ainda assim, capitais invisíveis. De fato, esses sistemas se conectam diretamente à história do trabalho sexual na África do Sul, que pode ser rastreado à época da industrialização do país durante o século XIX. Segundo Van Heyningen (1984), a indústria de mineração dominada por homens em Witwatersrand, que cresceu rapidamente na década de 1880, encorajou uma comunidade florescente particular de profissionais do sexo, controlada nas fases posteriores por criminosos de Nova York e da Europa. Isso está em consonância com a visão de Van Onselen (1982), que postula que o trabalho sexual é um resultado das consequências estruturais do desenvolvimento capitalista mais explosivo da África do Sul.

Portanto, as histórias do colonialismo e do *apartheid* moldaram as realidades vividas e a produção de conhecimento sobre o trabalho sexual na África do Sul. É nestas circunstâncias que constatamos que a própria existência de profissionais do sexo, e particularmente de profissionais do sexo que atuam nas ruas, se situa nas margens, onde vemos a lei jurídica na criminalização do trabalho sexual, bem como a lei moral, na estigmatização do trabalho sexual, ambas categóricas no trabalho de desumanizar profissionais do sexo. Desse modo, tivemos que trabalhar dentro de epistemologias, metodologias e métodos que buscam humanizar aquelas que são constantemente desumanizadas. E, por essa razão, uma abordagem feminista decolonial que se engaja na reflexividade crítica¹², entrelaçada com a PaR, coube melhor nesta pesquisa. Por extensão, isso funciona no contexto da mudança social – no nosso caso, em direção à descriminalização e à desestigmatização do trabalho sexual na África do Sul.

O Estudo de Caso PaR – Yeki Hambe – Deixa para lá!

O Projeto

O grupo de teatro do trabalho sexual foi formado em março de 2019 como parte de um projeto de pesquisa em colaboração com o Instituto Africano de Gênero, o Centro para Teatro, Dança e Estudos de Performance da Universidade da Cidade do Cabo, bem como a ONG *Sex Workers Advocacy and Education Task Force* (SWEAT: Força de Trabalho de Trabalhadoras do Sexo para Defesa e

Educação) na Cidade do Cabo. Este projeto de pesquisa é parte do *Global Gender and Cultures of In/equality Project* – o projeto GlobalGRACE¹³ (Projeto sobre Gênero e Culturas Globais de (Des)igualdade). O GlobalGRACE emprega práticas baseadas nas artes e pesquisa curatorial para investigar a produção de culturas de igualdade e possibilitar abordagens positivas de gênero para o bem-estar internacional (GlobalGRACE, 2018). Na África do Sul, nossa metodologia escolhida é o *teatro participativo e a performance como meio de explorar as desigualdades de gênero, sexo, racialização e classe entre trabalhadoras sexuais na Cidade do Cabo, a fim de contribuir para as discussões existentes na arena pública e política sobre como tornar a igualdade de gênero uma questão central no debate democrático*.

O Grupo de teatro das trabalhadoras sexuais (SWTG, em inglês) foi formulado por meio de um processo de seleção realizado por artistas profissionais no Centro de Estudos em Teatro, Dança e Performance (*Centre for Theatre, Dance and Performance Studies*) depois que uma chamada para testes foi anunciada em fevereiro de 2019. A chamada para testes foi divulgada através de espaços seguros do SWEAT e programas de extensão que reuniam várias profissionais do sexo. Os testes foram realizados ao longo de dois dias e foram organizados com base em três elementos, a saber: cenários improvisados, voz e movimento. O comitê de seleção baseou seus critérios de seleção em conjunto, comprometimento, presença e trabalho em equipe. Inicialmente, treze membros foram recrutados e tiveram que passar por um período de estágio que durou três meses durante o primeiro módulo. As estruturas e o programa de financiamento só permitiam dez membros e, então, um processo de avaliação foi empreendido ao fim do primeiro módulo, tendo como resultado final um grupo de oito membros. Assim, o SWTG, durante o segundo módulo de treinamento, era composto por um grupo diversificado de oito membros, a saber: uma mulher trans, duas mulheres que se identificam como *queer*, um homem gay e três mulheres heterossexuais. O grupo é majoritariamente formado por participantes da África do Sul e dois zimbabuanos.

O treinamento do SWTG está previsto para um período de dois anos entre abril de 2019 e junho de 2021. As oficinas são estruturadas em diferentes módulos centrados em quatro técnicas teatrais: Teatro Fórum, Teatro Físico, voz e palavra falada, bem como arte ao vivo. Cada módulo dura cerca de três meses e culmina em uma apresentação pública. O Teatro Fórum foi o primeiro módulo ensinado aos profissionais do sexo e culminou em uma apresentação em agosto de 2019. O Teatro Fórum engajou principalmente as técnicas de Augusto Boal (1985) com base nas realidades vividas do SWTG. Este primeiro módulo consistiu em:

Improvisação, Teatro da Imagem, Teatro Fórum/habilidades de facilitação e Teatro Invisível. O segundo módulo de Teatro Físico começou com *butoh*¹⁴, seguido de improvisação de contato, uma forma de improvisação de dança que explora os princípios de compartilhamento de peso, toque e consciência física ou de movimento. A terceira parte do segundo módulo explorou a narrativa mímica, uma forma de teatro físico inspirado na obra de Jacques Lecoq. Este módulo culminou com uma performance no final de novembro, *Yeki Hambe-Deixa pra lá*, que analisamos aqui em nosso estudo de caso. Membros do SWTG deram consentimento formal para o uso deste material para fins de pesquisa. Nós, autoras, fazemos parte da equipe de coordenação e também somos pesquisadoras neste projeto.

Yeki Hambe – Deixa pra lá (2019), criado pelo SWTG, foi um trabalho que visava à exploração e à tradução do eu e da memória em performance. Utilizando a escrita livre como meio de documentar suas histórias, as artistas¹⁵ puderam refletir sobre experiências e memórias que moldaram quem são hoje. O processo aqui foi incrivelmente sensível e vulnerável por fornecer às artistas o espaço para navegar e confrontar essas memórias (a maioria das quais foram momentos de trauma) e reimaginá-las criativamente para o palco lançando mão do estilo do contador de histórias mímico. Trabalhando com um grupo de *womxn*¹⁶ que tiveram muito pouco ou nenhum treinamento teatral, que nunca escreveram, planejaram ou performaram em uma produção teatral, era importante criar um ambiente de trabalho seguro e um programa de treinamento que as empoderassem com as ferramentas para que se sentissem confiantes ao criar e compartilhar suas histórias.

Pontos de partida

Este projeto trabalha em direção à descriminalização e à desestigmatização do trabalho sexual. No atual ambiente criminalizado e estigmatizado, a saúde de profissionais do sexo, física e emocional, é de particular preocupação. O projeto, portanto, trabalha com as desigualdades de gênero por meio de uma abordagem holística do bem-estar que reconhece as demandas específicas dos ambientes estruturais nos quais as trabalhadoras sexuais atuam. O foco desta pesquisa é envolver-se e aprender com as iniciativas existentes entre profissionais do sexo, algumas das mais marginalizadas e estigmatizadas na África do Sul. Nossos objetivos e metas são:

- Construir capacidades de pesquisa e capacitação de pesquisadores interdisciplinares, feministas, *queer* e críticos raciais que possam ser extrapoladas a muitos outros contextos de pesquisa em outras disciplinas;

- Criar novas parcerias colaborativas em relação ao trabalho sexual, desigualdades de gênero e bem-estar entre acadêmicas, SWEAT, profissionais do sexo, organizações não governamentais e o público na África do Sul e inspirar outros a irem além;
- Criar um espaço de pesquisa onde profissionais do sexo se sintam seguras e capacitadas para narrar e transmitir suas experiências variadas de interseção de desigualdades e impactos resultantes em seu bem-estar e aprender mais com esta experiência acerca do que a pesquisa-ação pode oferecer;
- Usar o teatro participativo, métodos narrativos e audiovisuais para mostrar as relações entre a vida cotidiana de profissionais do sexo, interseccionando as desigualdades e as práticas e estratégias existentes que desafiam essas desigualdades;
- Permitir e facilitar a compreensão e o compartilhamento de competências culturais criativas e críticas por meio de representações audiovisuais, narrativas e teatro participativo.

Nosso uso de métodos de pesquisa multissensoriais com um grupo de trabalhadoras sexuais ajuda a *construir confiança e facilitar o compartilhamento de histórias e experiências* sensíveis da vida cotidiana, algo que pode ser importante também em outras áreas. Este trabalho inclui prestar atenção em como os espaços de trabalho, a desvalorização das trabalhadoras sexuais, violência, saúde e doença, os tabus em torno do trabalho sexual e os efeitos das leis discriminatórias produzem desigualdade e injustiça na vida de profissionais do sexo e afetam seu bem-estar, inclusive em termos de oportunidades sociais e econômicas.

Esta exploração multissensorial, portanto, é implementada por meio de oficinas e intervenções criativas utilizando a narrativa, o teatro participativo e métodos audiovisuais para compreender as *inter-relações de diferentes desigualdades* e seus efeitos, por exemplo, em termos de acesso a justiça, saúde e cuidado psicossocial, mas também experiências mais ocultas, como o modo como o trabalho sexual pode afetar os relacionamentos íntimos das mulheres, seu senso de identidade, seus círculos sociais e suas fontes de apoio.

Consideramos a *produção de culturas de igualdade* explorando as seguintes questões em nossas oficinas de teatro:

1. O que é e como é sentir o bem-estar?
2. Como seria e como você se sentiria se houvesse igualdade em sua vida cotidiana?

3. Quando e onde as profissionais do sexo se sentem empoderadas e des/empoderadas? E como as diferenças entre trabalhadoras sexuais em relação à etnia, à sexualidade, à deficiência/doença, à idade afetam esses sentimentos?
4. Como o dinheiro entra e sai da vida de trabalhadoras sexuais? Que controle elas têm sobre isso? Como trabalhadoras sexuais entendem a venda de sexo como trabalho e parte de uma economia monetária, com/sem direitos associados?
5. O que é violência na vida de trabalhadoras sexuais e como elas diminuem sua vulnerabilidade à violência?

Essas, então, formam as questões de pesquisa que fundamentam e orientam o processo de pesquisa.

Localizações

Em razão do forte elemento de mudança social na pesquisa-ação, o *envolvimento e a interação da comunidade são cruciais*. Isso também se aplica à PaR e é por esse motivo que escolhemos um teatro comunitário como teatro residente para o SWTG. Este é o espaço onde acontece tanto o treinamento, quanto a apresentação pública. Nosso teatro comunitário residencial escolhido é o Theatre Arts (TA)¹⁷, que fica no mesmo bairro da ONG SWEAT. Ambos estão localizados em Observatory, na Cidade do Cabo.

De acordo com seu site, o TA é construído com base na viabilidade, na inclusão e na acessibilidade para praticantes de teatro de diversas origens em todo o espectro cultural, social, econômico, de habilidades e experiência. A configuração estrutural do antigo recinto é uma igreja antiga, bastante espaçosa. O local também oferece outros programas relacionados à comunidade, como atividades após as aulas para crianças de comunidades periféricas. Sua principal forma de financiamento é o aluguel de espaços de ensaio e a receita gerada com as apresentações e performances. Programas específicos foram financiados por certos períodos de tempo, por exemplo, uma bolsa de dois anos do Conselho Nacional de Artes da África do Sul. Em meados de 2020, eles têm um recurso que apoiará programas nos próximos dois anos.

Estética

O projeto empregou uma abordagem colaborativa para a criação de performance que centrou o corpo como o principal motor estético – trabalho

corporificado (*embodied*) como mencionado na introdução. Em outras palavras, por meio do teatro físico, *o corpo foi explorado e engajado como o principal modo de expressão estética*. A escolha de empregar o corpo como tal foi amplamente inspirada pelo desejo de explorar uma abordagem não didática para a performance e o ativismo. O emprego do Teatro Físico limita o uso de palavras/linguagem falada em favor da linguagem corporal para transmitir história e significado. Esperávamos que isso abrisse espaço para que os membros da audiência participassem de um processo de construção de cossignificados, em que tivessem atuação na e sobre a experiência da performance. Almejava-se também que essa experiência suscitasse um *investimento em ativismo* por parte do público. Este ponto será explorado com mais detalhes na próxima seção.

O projeto durou seis semanas, com a produção começando na sétima semana. A companhia reunia-se duas vezes por semana e cada sessão tinha três horas de duração. As participantes receberam ajuda de custo para transporte e uma refeição foi fornecida a cada encontro. Cada sessão foi dividida em dois elementos. O primeiro focou no treinamento do corpo para a atuação no palco. Este módulo foi fundado a partir do Treinamento de Teatro Físico de Jacque Lecoq¹⁸ que envolve explorar técnicas de mímica que incorporam elementos, posicionamento, força, tensão, objetos, matéria e a habilidade de evocar e se tornar. O treinamento também incluiu os Pontos de Vista¹⁹ de Anne Bogart como meio de compreender e incorporar tempo, espaço, peso, tamanho, altura, topografia e gesto. O segundo elemento foi tratado como um ensaio. Um espaço que sempre começava com um *check-in* no qual a companhia compartilhava como estava se sentindo naquela semana. O *check-in* era composto por *um momento bom da semana, um momento ruim da semana e algo que não se sabe*. Isso deu ao conjunto a oportunidade de tirar as coisas do peito, de deixar ir tudo o que as estava incomodando naquele momento para que pudessem não apenas liberar o espaço do mundo exterior e focar sua atenção naquela tarefa, mas também para construir conexão e confiança. O exercício foi uma forma divertida de acostumarem a compartilhar suas experiências sem se sentirem isoladas ou expostas.

Transmissões

As transmissões podem ser delineadas em duas partes, a saber: 1) o estágio de geração/construção e 2) o estágio de performance. Para o estágio de geração, será útil delinear o processo de fazer/gerar em detalhes para discernir como o conhecimento/compreensão/*insights* foram produzidos e como eles informaram

o produto final, ou seja, *Yeki Hambe: Deixa pra lá*. Este plano de ensaio foi focado em incorporar as paisagens e os objetos dentro das três histórias que os participantes escreveram em ensaios anteriores. No Teatro Físico, as artistas devem criar a paisagem por meio da forma como engajam seus corpos no espaço. A forma de Teatro Físico empregada pelo projeto não faz uso de conjuntos e propriedades. Os corpos das artistas são, portanto, os principais indicadores de tempo, espaço e paisagem.

Geração/Construção

O processo de ensaio durou seis semanas após um período de treinamento em Teatro Físico. Os ensaios começaram com escrita livre e a facilitadora/diretora deu a cada artista um diário no qual poderia documentar o processo e suas experiências, pensamentos e sentimentos. A escrita livre consistia em uma série de frases abertas. A partir do momento em que a caneta tocava a página, elas foram encorajadas a continuar escrevendo até que a facilitadora/diretora pedisse que parassem. Algumas dessas perguntas eram: Quando eu era jovem, eu amava...; Meu lugar favorito é... porque...; Eu sou mais feliz quando...; Eu fico mais triste quando...; Quando estou sozinha sinto...; Para o meu futuro, eu sonho...; Minha vida mudou quando...; Querido meu eu mais jovem...

Após compartilhar o que escreveram, a facilitadora/diretora pediu que escolhessem três memórias: uma da infância, um momento significativo que mudou o curso de suas vidas e o futuro imaginado. Durante as quatro semanas seguintes, todas as sessões de sexta-feira eram focadas em conceber e gerar material onde elas usariam as técnicas aprendidas no treinamento e as aplicariam em suas histórias. Em todos os sábados de ensaio, as artistas mostravam seu trabalho e recebiam *feedback* que destacava as áreas que estavam funcionando ou que precisavam de melhorias. A facilitadora/diretora escolheu conscientemente não mostrar às participantes o que e como fazer para evitar que a imitassem. Desta forma, ela as encorajou a treinarem e se esforçarem para tentar diversas opções antes de escolher a mais eficaz. Assim, o sucesso de suas histórias dependia da quantidade de trabalho e empenho nelas investidos.

Nas últimas duas semanas, após ter gerado todo o material, a facilitadora/diretora trabalhou com cada intérprete, uma a uma, para polir suas imagens físicas, estender seus gestos, esclarecer suas palavras, sons, evocações e técnica mímica. Ela aprimorou suas transições de personagens para lugares, objetos e estados emocionais, garantiu que suas histórias fossem claras e concisas, que tivessem

sucesso em tornar o invisível, visível e que estivessem usando o espaço de forma dinâmica. Ela trabalhou para melhorar sua clareza de fala, dicção, cor e expressão, desenvolveu suas noções de tempo e mudanças de ritmo e encorajou sua conexão emocional e capacidade de transmitir a jornada emocional de suas histórias.

Performance

Um dos principais objetivos do trabalho é *engajar a estética na performance como uma provocação para o ativismo*. A ideia é se distanciar dos modos didáticos de teatro como ativismo que costumam empregar o texto falado para convencer o público da importância das questões/desafios que são explorados na peça teatral. *Aqui, a ideia é limitar o uso do texto falado e confiar mais no corpo como veículo de transmissão*. O efeito no público é, portanto, visceral, em que a audiência experimenta e dá sentido à performance por meio de seus próprios corpos. Desta forma, as artistas criam um *contágio de consciência*: o público sente, no nível da sensação sentida (*felt sensation*), o que as artistas estão experimentando e expressando através de seus próprios corpos; eles são visceralmente afetados pelo que as artistas estão fazendo, em vez de dizendo. Isso serve como um convite ao público para cocriar significados. *Cocriar, cossignificar e cossentir* são centrais para o processo de transmissão. Espera-se que a performance inspire conversas/discussões/diálogos/ debates que movam o público a refletir sobre seu papel na situação e como são capazes de mudá-la de um ponto de reflexão pessoal que potencialmente leva à ação pessoal.

Assuntos-chave

Devido às dificuldades, por inúmeras razões, em torno de comparecimento e presença, a facilitadora/diretora decidiu que seria benéfico para cada artista criar histórias individuais que ela, então, teceria e combinaria ao final do processo.

Uma das principais questões que surgiram do processo de fazer e interpretar *Yeki Hambi: Deixa pra lá* foi em torno de lidar com material autobiográfico, particularmente memórias de infância. Como mencionado anteriormente, *a construção do trabalho explorou e traduziu o self e a memória em performance*. Isso se mostrou desafiador para as participantes, não apenas no estágio de geração/construção, mas também no estágio de performance. Para muitas, essa tarefa não foi fácil. Memórias e sentimentos reprimidos começaram a ressurgir; memórias que enterraram e escolheram esquecer. Durante o processo de escrita livre, muitas participantes colocaram seus diários de lado, recusando-se imediatamente a se

engajar enquanto outras não conseguiam parar de escrever. A facilitadora/diretora ajudou aquelas que estavam tendo dificuldades e, em meio às suas lágrimas, ela deslizou seus diários em direção a elas e pediu para que continuassem escrevendo. Assim elas fizeram. A partir daquele momento, elas se referiram a seus diários como suas *bíblias*, sua *verdade*.

No estágio de performance, o ato de atuar diante de uma plateia deu a oportunidade de as histórias das participantes serem testemunhadas por outros. *O ato de testemunhar é um ato enormemente curativo, por validar a história e as experiências de uma pessoa.* No entanto, a experiência pode ser *traumática*. Para uma participante, em particular, esse foi o caso. Após a primeira apresentação, elas²⁰ se sentiram empoderadas pela experiência de serem testemunhadas por uma plateia. No entanto, após a segunda apresentação, isso pareceu sobrecarregá-las resultando no uso excessivo de substâncias antes da terceira apresentação, o que significou que elas performaram enquanto estavam “chapadas” ou sob a influência de uma substância pesada²¹. Isso foi um desafio para o resto dos membros do elenco. Elas não tinham certeza do que aconteceria na apresentação e estavam preocupadas com a segurança física de todas, visto que a performance era de Teatro Físico. No final, tudo funcionou e a apresentação aconteceu conforme ensaiada. Isso exigia uma resposta imediata por parte da facilitadora/ diretora e de nós como coordenadores do SWTG geral. Conversamos com a participante antes de conversarmos com toda a companhia. Nessas conversas, enfatizamos o poder transformador da performance e como ela oferece a oportunidade de integrar traumas anteriores: ao atuar/encenar a história/memória repetidamente, existe a possibilidade de mudar nossa relação com a história/memória/evento para que ela possa viver em nós e nós com ela, de maneira diferente. Em retrospecto, esta é uma conversa que deveria ter ocorrido no início do processo e deveria ter sido uma conversa contínua.

Algumas reflexões sobre a metodologia

O método PaR que é empregado no trabalho que fazemos baseia-se em abordagens etnográficas e autobiográficas de pesquisa. Fazemos uso da teoria fundamentada em dados (*grounded theory*) na medida em que utilizamos métodos e práticas para investigar as experiências vividas e corporificadas das pessoas com as quais nos engajamos, lançando mão da interação e da comunicação entre as pessoas como base para o material de pesquisa. Somos orientadas pelas ideias de Ingold em torno de “*meshworking*” e “*wayfaring*”²² para informar as escolhas metodológicas para o trabalho que realizamos. Ingold afirma que o que é comumente

conhecido como a “teia da vida” é precisamente isso: não uma rede de pontos conectados, mas uma “malha de linhas entrelaçadas” (2011, p. 63). Ele argumenta que “os seres não se movem em um mundo pré-fabricado, mas se deslocam em um mundo em formação, ao longo das linhas de seus relacionamentos” (2011, p. 63). Isso ecoa o sentimento do filósofo Paul Ricoeur de que “[...] a história da minha vida é um segmento da história da sua vida; da história de meus pais, de meus amigos, de meus inimigos e de incontáveis estranhos. Estamos literalmente ‘enredados em histórias’” (Ricoeur, 1996, p. 6).

As ideias de Ingold sobre *meshing* estão associadas a como experiências, eventos, memórias e relacionamentos se mesclam e se laçam/entrelaçam/emaranham na estrutura do corpo. O emaranhado (*meshing*) traz consigo uma qualidade de imprevisibilidade e fluidez. A tecelagem fluida e imprevisível e o entrelaçamento de linhas se associam às ideias de Ingold sobre percursos (*wayfaring*) em que “o conhecimento... adquirido [pelas pessoas]... é integrado não aos níveis de uma classificação, mas *ao longo de* caminhos de movimento, e as pessoas crescem nele seguindo trilhas através de um emaranhamento/*meshwork*” (2011, p. 143). Ele vê isso como um processo de “*seguir trilhas*” que chama de “*wayfaring*” (2011, p. 143, itálico no original). Em nossa experiência, *PaR como metodologia trata justamente de “emaranhados/meshing” e “percursos/wayfaring”, em que a pesquisa se revela por “caminhos de movimento” e, ao fazê-lo, se enreda em performance. Quando decidimos fazer Yeki Hambe, sabíamos que queríamos explorar o Teatro Físico como um meio para compreender as experiências vividas por membros da companhia. Não havia nenhum roteiro e nenhum produto final à vista. A forma da performance, entretanto, se revelou a nós por meio da prática. O processo e a performance levantaram questões-chave que alimentaram direta e indiretamente o projeto de pesquisa do GlobalGRACE de forma mais ampla. Algumas dessas questões serão analisadas nos processos de criação de prática/desempenho no futuro e outras serão escritas em periódicos de pesquisa e capítulos. A prática é tanto o método quanto o resultado da pesquisa; também se presta a reflexões escritas críticas no sentido mais tradicional da pesquisa em Humanidades e Ciências Sociais. A PaR é cíclica em sua abordagem de pesquisa. O ponto de partida é invariavelmente um palpite que, por meio da prática, levanta questões que são refletidas, faladas, escritas e alimentadas no próximo projeto de performance. A pesquisa nunca termina. Sempre se trata de uma questão que pode ser explorada em outros projetos corporificados e baseados na prática/performance. Desta forma, “o conhecimento... é integrado... ao longo de caminhos de movimento” (Ingold. 2011, p. 143, itálico no original).*

Quando uma abordagem decolonial feminista é combinada com as ideias de Ingold de “emaranhado”/*meshing* e “percurso”/*wayfaring*, o indivíduo ou participante é centrado, e não a pesquisadora. É importante notar que a *emergência de conhecimentos subjugados* está no cerne da pesquisa feminista, priorizando o trabalho individual ou participante nesta direção. Reforçando nosso argumento sobre o feminismo decolonial trabalhar em oposição a histórias de marginalização e desigualdade estrutural, trabalhamos no sentido de colocar o indivíduo ou o participante em primeiro plano. Dessa forma, as trabalhadoras sexuais puderam contar suas próprias histórias, usando suas próprias palavras por meio de performances corporais em torno de como é, por exemplo, ser um menino crescendo em um município da África do Sul e desejando brincar com meninas e se vestir com roupas para meninas. Esta é a história de Anita²³, nossa trabalhadora sexual trans no grupo de teatro. Anita conta a história de suas experiências vividas com suas próprias palavras e seu corpo, que fala e revela a complexidade do gênero. Sua história é centrada em seu nascimento em um corpo masculino, mas desejando ser mulher e em como Anita o navegou em um contexto com entendimento e vigilância de gênero austeros dentro de um binário rígido, as sanções que acompanham o cruzamento de certas fronteiras sociais como aquelas de gênero e sexualidade. Algumas dessas sanções levaram Anita a morar na rua – ela é uma trabalhadora sexual de rua, sem-teto. Zoe também conta sua própria história, com suas próprias palavras e corpo, de crescimento no Zimbábue, onde a empolgação da libertação do presidente Mugabe do domínio colonial logo se transformou em uma turbulência econômica devido às suas escolhas/suas movimentações políticas. Por ser uma jovem mãe solteira de quatro filhos, sem emprego, ela migrou para a África do Sul em busca de uma vida melhor e acabou sem documentos, tendo o trabalho sexual como sua principal forma de renda. A narrativa de Zoe revela as complexidades em torno do gênero em sua imbricação com o acesso socioeconômico, como, por exemplo, os fardos econômicos de ser uma mãe solteira em interseção com noções de pertencimento ou lar que acompanham a migração.

Por sua vez, Norman conta suas próprias histórias com seu próprio corpo sobre como fugiu²⁴ de casa aos quatorze anos em razão de abuso sexual. Norman acabou na rua e aprendeu os modos de vida de quem se encontrava na rua, incluindo como trilhar seu caminho com o trabalho sexual. Norman é uma pessoa *queer* que aos 34 anos ainda está em situação de rua e vive do trabalho sexual. Suas histórias revelam as complexidades de gênero no envolvimento com a violência de base sexual e de gênero, bem como a violência (física, estrutural, psicológica) que acompanha a população

sem-teto. Estas são apenas três das sete histórias (que podem ser vistas aqui), todas as quais trouxeram à tona as complexas interseccionalidades de raça, classe, gênero e sexualidade na África do Sul como uma pós-colônia²⁵. Elas mostram como as histórias de expropriação, ao longo das linhas de raça, atuam através de classe e gênero, bem como orientação sexual. O que é de grande significado quando se trata de contar a própria história, por mais difícil que seja, é o elemento de humanização. Isso está presente por meio da centralização do indivíduo, por meio da qual o público não tem escolha a não ser ouvir – uma escuta visceral, pois significa que a audiência vivencia e dá sentido à performance através de seus próprios corpos. Conforme mencionado na seção anterior, isso permite às artistas criarem um contágio de consciência; o público sente, no nível da sensação sentida (*felt sensation*), o que as artistas estão vivenciando e expressando através de seus próprios corpos; eles são visceralmente afetados pelo que as artistas estão *fazendo*, em vez de *dizendo*. Tal fato, mais uma vez, torna isso um processo cíclico, a marca registrada da PaR – com o resultado geral da mudança social, no nosso caso, voltado para a descriminalização e desestigmatização do trabalho sexual na África do Sul. Em essência, isso culmina com as trabalhadoras sexuais sendo vistas como seres humanos merecedores de direitos.

Conclusão e perguntas de ensino

A PaR, em colaboração com a pesquisa feminista decolonial, pode ser percebida como um processo “confuso” no sentido de que não há um mapa predeterminado além das questões de pesquisa que orientam o processo de pesquisa. De fato, existem alguns comandos que orientam o processo, no entanto, pode-se dizer que o caminho principal de geração do material deixa muito espaço para manobras. E isso cria momentos complicados e às vezes muito difíceis dentro do processo de pesquisa, especialmente quando se trabalha com um grupo nas periferias, como as trabalhadoras sexuais. Tivemos que nos engajar em muita negociação para fazer esta colaboração ter significado, no sentido de que humaniza em vez de reforçar sistemas de poder que marginalizam as participantes. Isso, portanto, exigia reflexividade crítica constante como pesquisadoras. Essas negociações foram tanto a nível institucional – Universidade/ONG, como a nível interpessoal. Este último foi constante e contínuo e por vezes explosivo, ao trabalhar com profissionais do sexo que conhecem seus direitos e que nos desafiam.

No entanto, dentro desta “confusão” estava o trabalho real – trabalho colaborativo que estava a serviço e comprometido com o desmantelamento da desigualdade estrutural. Isso aconteceu por meio de uma série de possibilidades:

- 1) Trabalhando dentro da estrutura do *ativismo criativo*, em que as trabalhadoras sexuais contavam suas próprias histórias através de teatro e performance, em que a mensagem se conectava com as emoções do público. Desta forma, trabalhamos para a descriminalização e a desestigmatização do trabalho sexual na África do Sul.
- 2) Trabalhando para *humanizar* trabalhadoras sexuais que são constantemente desumanizadas pela sociedade por meio da ordem legal e moral vigente na África do Sul.
- 3) A realização do trabalho – que é o processo de geração do material para produção, que, embora tenha sido difícil para algumas, teve grandes contribuições para uma *releitura* do passado traumático com o ato de *recontar* a história repetidamente, em um espaço seguro, resultando em alguma forma de cura. As sessões de reflexão com trabalhadoras sexuais atestam isso de muitas maneiras diferentes.
- 4) Construindo um *senso de comunidade* com o grupo, que por meio de um difícil trabalho corporal e psicológico, durante um período de tempo, construiu relacionamentos fortes, que se assemelham a uma família.

Perguntas de ensino

Imagine que você está trabalhando em um projeto de pesquisa com uma comunidade da periferia, pode ser um grupo de trabalhadoras sexuais ou qualquer outro grupo:

- 1) Você pode elaborar um conjunto de questões de pesquisa que orientariam seu projeto de pesquisa?
- 2) Como você garantiria que o projeto de pesquisa fosse totalmente colaborativo e se envolveria com a pesquisa-ação?
- 3) Como você garantiria que as participantes da pesquisa fossem coelaboradoras em todo o processo de pesquisa?
- 4) Como você garantiria que sua pesquisa engajasse métodos e práticas feministas decoloniais?
- 5) Com base nos princípios da PaR de Kershaw et al. (2011), você é capaz de projetar seu próprio módulo com a comunidade de sua escolha?
- 6) Como garantiria sua contribuição para a produção de conhecimento que problematiza os modos positivistas tradicionais de produção de conhecimento?

Agradecimentos

Este artigo emergiu através de pesquisas conduzidas para o Projeto Global-GRACE liderado por Suzanne Clisby e Mark Johnson na Goldsmiths University of London. O projeto GlobalGRACE recebeu financiamento do programa Global Challenges Research Fund (GCRF) do programa de Pesquisa e Inovação do Reino Unido (UKRI) sob a referência de concessão AH / P014232 / 1.

As autoras também gostariam de agradecer muito o trabalho da diretora do estudo de caso – *Yeki Hambe: Deixa pra lá* – Imaan Isaacs, cujas notas também contribuíram para o estudo de caso.

-
- 1 *Yeki Hambre* em isiXhosa, uma das onze línguas oficiais sul-africanas, significa “deixa pra lá”.
 - 2 Texto traduzido por Júlia Nogueira, mestranda no Instituto de Relações Internacionais (IRI), PUC-Rio.
 - 3 No original, *Centre for Theatre, Dance & Performance Studies* (CTDPS).
 - 4 O positivismo é um paradigma tradicional de pesquisa baseado no “método científico”, uma forma de construção de conhecimento em que “há apenas uma lógica de ciência à qual a atividade intelectual que aspira ao título de ciência deve seguir” (Hesse-Biber, 2012, p. 8).
 - 5 Segundo um enquadramento puramente positivista, há uma distinção clara entre métodos (vistos como uma ferramenta de pesquisa) e metodologia (vista como justificativa para o uso de um método de pesquisa específico). Ambos estão presos em um sistema dual que os transforma em um binário.
 - 6 Na tradução, optamos pelo uso da expressão original, que, por sua vez, interpretamos como “ao longo da viagem”, na metáfora empregada para enfatizar que a PaR prima pelo processo, aqui representado pela viagem, em contraposição a um “mapa predeterminado”.
 - 7 Optamos por usar o feminino na tradução quando se trata de palavras sem gênero na língua inglesa e próprias das autoras, isto é, não são partes de citações.
 - 8 Este número é anterior à Covid-19, que tornou a situação muito pior.
 - 9 O *United Nations Program on HIV/AIDS* (UNAIDS) é o programa das Nações Unidas criado em 1996 com a função de criar soluções e ajudar nações no combate à Aids.

- 10 No original, “*embodied*”.
- 11 “Orientalismo”, conforme definido por Edward Said, é a atitude ocidental que vê as sociedades orientais como exóticas, primitivas e inferiores. Basicamente, uma mentalidade orientalista centra o mundo ocidental (europeu/americano) e vê o mundo oriental como “o Outro”. Essa mentalidade permitiu, e continua permitindo, que os ocidentais racionalizem grande parte da conquista imperial do mundo oriental ao longo da história.
- 12 De forma resumida, a reflexividade envolve “autorreflexão disciplinada” e análise do conhecedor (Wilkinson, 1988 , p. 493). Envolve uma consideração contínua das maneiras pelas quais nossos próprios valores, pressupostos, biografias, características sociais (por exemplo, classe, gênero, etnia, orientação sexual, (d)eficiência), emoções, e assim por diante, influenciam o processo de pesquisa e os resultados (Crossley, 2007).
- 13 Um dos seis parceiros colaboradores do projeto GlobalGRACE é o Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio, Brasil. Este artigo surgiu por meio de um dos intercâmbios do GlobalGRACE com o IRI da PUC-Rio.
- 14 Aqui optamos por manter o termo no original. *Butoh* é um estilo de Dança originado no Japão
- 15 No original, “*the performer*”. Considerando o alinhamento às perspectivas interseccionais e a ausência de uma palavra de gênero neutro na língua portuguesa para se referir a “*the performer*”, a tradução optou pela utilização do termo flexionado no feminino “as artistas”. No entanto, insta lembrar que o termo se refere a mulheres e homens cis e trans e travestis, especificamente aos oito participantes do segundo módulo do projeto: uma mulher trans, duas mulheres que se identificam como *queer*, um homem gay e três mulheres heterossexuais.
- 16 Aqui optamos por manter o termo original para ter a oportunidade de explicar a preocupação em seu cerne: o termo “*womxn*” é uma grafia alternativa da palavra inglesa “*woman*”. Ele é utilizado, particularmente por feministas interseccionais, para evitar a percepção de sexismo na grafia padrão – que contém e deriva da palavra homem (*man*) – e para incluir explicitamente ou deixar em primeiro plano mulheres transgênero e não binárias.
- 17 Mais informações em <<https://theatrearts.co.za/>>
- 18 Lecoq era mais conhecido por seus métodos de ensino em Teatro Físico, movimento e mímica, que ensinou de 1956 até sua morte em 1999, na escola

- que fundou em Paris conhecida como Escola Internacional de Teatro Jacques Lecoq.
- 19 Uma técnica que serve como forma de pensar e agir sobre o movimento, o gesto e o espaço. Foi desenvolvida nos anos 1970 pela professora e praticante de teatro Mary Overlie.
 - 20 No original, “*they*” por tratar-se de um pronome neutro utilizado na língua inglesa para referir-se a pessoas *queer*.
 - 21 O uso de substâncias e, por vezes, seu abuso são abertamente sabidos entre o grupo, a maioria dos quais são profissionais do sexo de rua. Naquela época, dois dos membros do grupo eram moradores de rua. Há um código estrito em relação ao uso/abuso de substâncias nas instalações do teatro residente, ou seja, não é permitido.
 - 22 Como mencionado anteriormente, entendemos “*wayfarer*” como algo descoberto ao longo do caminho, da viagem, do trajeto. Por isso, no texto, optamos pela utilização da palavra “percurso”. Entendemos “*meshworking*” como emaranhamento, entrelaçamento, enredamento.
 - 23 Não é seu nome verdadeiro. É um pseudônimo usado para fins de confidencialidade. Isso se aplica a todos os profissionais do sexo mencionados neste capítulo.
 - 24 No original, o pronome utilizado é “*they*” em referência a uma pessoa *queer*.
 - 25 Ver Díaz-Benitez, E. e Mattos, A. “Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas” In Rocha de Siqueira, I., Magalhães, B., Matos, F. e Caldas, M. (orgs.) Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos, ebook. Editora PUC-Rio. Vol. 2, cap. 4.

Referências-chave sobre PaR e bibliografia

- AMADIUME, I. *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society*. Zed Books, 1987.
- ATTWOOD, H. An overview of issues around the use of participatory approaches by post-graduate students. In: *IDS Participatory Research*. Brighton IDS, University of Sussex, 1997.
- AVISON, D.E.; LAU, F.; MYERS, M.D.; NIELSEN, P.A. Action Research. *Communications of the ACM*, 42(1), p. 94-97, 1999. Disponível em: <https://cacm.acm.org/magazines/1999/1/7996-action-research/fulltext>.
- BRAIDOTTI, R. *Nomadic Subjects: Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory*. Columbia University Press, 1994.

- CROSSLEY, M. Critical health psychology: Developing and refining the approach. *Social and Personality Psychology Compass*, 2(1), 2007.
- THE ECONOMIST. The Price of Freedom: A Special Report on South Africa, 2010.
- GOULD, C.; FICK, N. *Selling Sex in Cape Town: Sex work and human trafficking in a South African city*. Institute for Security Studies, 2008.
- GREENWOOD, D.J.; LEVIN, M. *Introduction to Action Research: Social Research for Social Change*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1998.
- HARREBYE, S.F. *Social Change and Creative Activism in the 21st Century*. Pelgrave Macmillan, 2016.
- HESSE-BIBER, S.N. Feminist Research: Exploring, Interrogating, and Transforming the Interconnections of Epistemology, Methodology, and Method. In: *Handbook of Feminist Research: Theory and Praxis*, pp. 2-26. Thousand Oaks: Sage Publications, 2011.
- INGOLD, T. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. Routledge, 2011.
- ISAACS, I. Diretora Yeki Hambe: Let it go, 2019.
- JOB, J. Translate(ral) bodies through Daai za Lady and Butoh. *South African Theatre Journal (SATJ)*, 32(1), p. 21-34, 2019. Disponível em: <https://doi.org/doi.org/10.1080/10137548.2019.1616608>
- KERSHAW, B.; MILLER, L.; WHALLEY “BOB”, J.; LEE, R.; POLLARD, N. Practice as Research: Transdisciplinary Innovation in Action. *Research Methods in Theatre and Performance*, pp. 63-85. Edinburgh University Press, 2011.
- KERSHAW, B.; NICHOLSON, H. Introduction: Doing Methods Creatively. *Research Methods in Theatre and Performance*, pp. 1-16. Edinburgh University Press, 2011.
- LEWIS, W.W.; TULK, N. Editorial: Why Performance as Research? *PARTake: The Journal of Performance as Research*, 1(1), p. 1-7, 2016.
- LUGONES, M. Towards a Decolonial Feminism. *Hypatia*, 25(4), p. 742-59, s.d.
- MAGUIRE, P. *Doing Participatory Research: a feminist approach*. University of Massachusetts, 1987.
- MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. *Designing qualitative research*. Thousand Oaks: Sage, 2006.
- NELSON, R. Robin Nelson on Practice as Research. In: *Practice as Research in the Arts: Principals, Protocols, Pedagogies, Resistances*, pp. 3-116. Palgrave Macmillan, 2013.
- OYEWUMI, O. *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- QUIJANO, A. Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. *Nepantla: Views from the South*, pp. 533-580, 2000.
- RICOEUR, P. Reflections on a New Ethos for Europe. In: *Paul Ricoeur: The Hermeneutics of Action*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1996.
- SAID, E.W. *Orientalism*. Pantheon, 1978.
- SELENGER, D. *Participatory action research and social change*. Cornell University, 1997.

- SMITH, L.T. On tricky ground: Researching the native in the age of uncertainty. In: *The SAGE handbook of qualitative research*, pp. 85-107. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.
- TAMALE, S. *Decolonization and Afro-feminism*. Daraja Press, 2020.
- UNAIDS. *UNAIDS Global AIDS Update*. Global AIDS Update, 2016. Disponível em: www.unaids.org.
- VAN HEYNINGEN, E.B. The Social Evil in the Cape Colony 1868-1902: Prostitution and the Contagious Diseases Acts. *Journal of Southern African Studies*, pp. 170-197, 1984.
- VAN ONSELEN, C. *Studies in the Social and Economic History of the Witwatersrand 1886-1914*. Raven Press, 1982.
- WILKINSON, S. The role of reflexivity in feminist psychology. *Women's Studies International Forum*, 11(5), pp. 493-502, s.d.

PARTE II

MÉTODOS

Capítulo 3

A Cartografia enquanto Método: Baixada Cruel e o Impacto da Militarização na Vida das Mulheres

Marcelle Decothé

“Eu, pesquisadora”

Início este capítulo resgatando as motivações que mobilizaram esta pesquisadora a avançar no estudo sobre o método da “Cartografia”. Como mulher, negra, de trajetória favelada e periférica, repousa nos métodos clássicos das ciências sociais uma dificuldade que me impulsionou a ressignificar o lugar de objeto em minha pesquisa. A academia não é fácil para aqueles corpos que historicamente são convidados a se retirar. De “objeto” ao “sujeito”, a pesquisadora que aqui vos fala percorreu um caminho coletivo de autoafirmação e luta para construir possibilidades de utilização de “outros” métodos de pesquisa.

Por essas razões, a metodologia de cartografia social norteia meus interesses em pesquisar o impacto do que podemos chamar de “militarização” na vida de mulheres que residem na Baixada Fluminense, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A cartografia social, através do mapeamento de narrativas e ações de atores militarizados, muitas vezes jogou esta pesquisadora em uma “*rua sem saída*”, deste modo, nomes e endereços locais, dinâmicas criminais e relatos sobre ações ilícitas no território foram paulatinamente omitidos e/ou reformulados para que minha pesquisa não fosse comprometida e, muito menos, a vida e a segurança das sujeitas de pesquisa que construíram a cartografia até aqui.

Foi através do método da cartografia que escolhi desenvolver uma pesquisa que atravessava também minha realidade. Alberto Pucheu (2007) ajuda-nos a entender o conceito de *cartografia como método das ciências sociais enquanto uma prática ou pragmática de pesquisa*. A ideia de pragmática, segundo o autor, está ligada a um exercício ativo de operação sobre o mundo, não somente de verificação,

levantamento ou interpretação de dados. O cartógrafo, aqui assumido enquanto pesquisador, atua diretamente sobre a matéria a ser “cartografada”. No entanto, ele nunca sabe de antemão os efeitos e itinerários a serem percorridos. É na força dos encontros gerados, nas dobras produzidas e na medida em que habita e percorre os territórios, que sua pesquisa ganha corpo.

A fim de contextualizar, ainda mais, o uso desta metodologia em pesquisas desenvolvidas no cenário brasileiro, compreende-se que

[n]o Brasil, esta metodologia vem sendo praticada em/para as áreas das ciências da saúde coletiva, sociais e humanas, sobretudo quando os objetos de estudo apontam para análise e acompanhamento de processos e de produção de subjetividade. Contudo, nestes contextos, a cartografia como método de pesquisa é uma prática recente e, por isso, ainda pouco conhecida em alguns dos meios acadêmicos, pelo menos no Brasil, mas que vem ganhando expressividade e o interesse de pesquisadores que desenvolvem estudos de características mais interventivas. Importante registrar que o interesse sistemático pela cartografia no âmbito das pesquisas qualitativas no Brasil pode ser datado a partir de 2005, quando alguns professores e pesquisadores brasileiros começaram a se reunir para elaborarem as pistas do método da cartografia, resultando na primeira publicação, no ano de 2009 (Souza e Francisco, 2016, p. 811).

Severino Souza e Ana Lúcia Francisco (2016), ainda, explicitam que como método de pesquisa, a cartografia foi, originalmente, pensada por Gilles Deleuze e Félix Guatarri¹ na década de 1960, no contexto da esquizoanálise². Segundo os autores, os modelos de pesquisas disponíveis à época, de cunho eminentemente demonstrativo-representacional, não se adequaram nem conseguiram dar conta do teor processual do objeto dos seus estudos, qual seja, processos e produção de subjetividade.

Desta forma, a análise cartográfica surgiu como método de pesquisa relevante ligado à problematização de uma história do presente, na medida em que possibilita uma crítica do nosso tempo, permitindo também enfrentar enunciações, modos de sujeição e resistir a jogos de objetivação *versus* subjetivação que nos constituem (Filho e Teti, 2013, p. 48).

E na cartografia aqui narrada, coube a esta pesquisa mapear, através dos olhos e das construções de mulheres residentes na Baixada Fluminense, a complexidade

e a pluralidade dos impactos do que conceituamos como “militarização”. A partir de suas vivências e subjetividades, a pesquisa explorou brevemente o impacto da violência letal tão presente em seus territórios através de seus próprios corpos, além dos de seus filhos, maridos e enteados. A partir da produção dos mapas sobre as narrativas das mulheres foi evidenciado o conceito de “luta” para explicar os episódios de resistência destas mulheres, mesmo que invisibilizadas pelo processo cotidiano de produção de dor, a resistência materializada no ato de resistir a um território hostil que vem à tona através de outras ferramentas, como esta produção acadêmica.

Giro teórico: o método da cartografia social

O mapa como representação de um território e das características de uma população é um instrumento fundamental da geografia física e da geografia humana, a demografia. O termo “cartografia” utiliza especificidades da geografia para criar relações de diferença entre “territórios” e dar conta de um “espaço”. Assim, “cartografia” é um termo que faz referência à ideia de “mapa”, contrapondo à topologia quantitativa, que caracteriza o terreno de forma estática e extensa. Entendemos a cartografia com um cunho dinâmico, que procura capturar intenções, ou seja, disponível ao registro do acompanhamento das transformações decorridas no terreno percorrido e à implicação do sujeito percebido no mundo cartografado (Filho e Teti *apud* Fonseca e Kirst, 2003, p. 92).

Contudo, a cartografia que realizei não se refere somente a mapeamento geográfico de territórios, mas a campos de forças e relações; diz mais respeito a movimentos do que propriamente a posições fixas; desdobra-se sobre a análise da produção de vivências e subjetividades, além de incorporar os métodos de pesquisa tradicionais ao campo das ciências humanas e sociais.

Assim, a cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade (Filho e Teti, 2013). Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, este olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações e composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência.

Eu, pesquisa-intervenção. Eu, Baixada Fluminense

A cartografia que desenvolvi buscou se aproximar do método da “pesquisa-ação” para analisar a realidade das mulheres da Baixada Fluminense. Kurt Lewin (1969) criou a pesquisa-ação e a dinâmica de grupo, fundamentando uma psicossociologia ativa frente às questões sociais, em que a gênese social precedia a gênese teórico-metodológica. Segundo Barros (1994), Lewin também desestabilizava o mito da objetividade na produção do conhecimento, ressaltando que a implicação do pesquisador está presente no processo da investigação e que, por estar incluído no campo, sua ação (entrevistas, questionários, dinâmicas, análises de dados e devolução das informações obtidas) modifica o objeto estudado.

Marisa Rocha (2003, p. 65) destaca que, na América Latina, considerando a existência de países submetidos durante longos períodos a governos autoritários, a pesquisa-ação crítica está ligada a projetos emancipatórios e autogestionários, principalmente nos movimentos comunitários e nas iniciativas em educação popular junto a populações excluídas (Thiollent, 1987). Entendida como uma ação que visa a mudanças na realidade concreta por meio de uma participação social efetiva, a pesquisa-ação crítica está centrada no agir e tem seus objetivos definidos pelo pesquisador e pelos participantes através de uma metodologia exploratória no campo de atuação. Seus resultados estão vinculados à tomada de consciência dos fatores envolvidos nas situações de vida imediata e na participação coletiva para a mudança da ordem social (Rocha, 2003, p. 71).

A identificação de problemas e possíveis soluções e o estabelecimento de programas de ação constituem procedimentos que podem ser utilizados com a ajuda de técnicas tradicionais como as da pesquisa documental, dinâmicas de grupo, informações vivas e opinativas dos participantes (Brandão, 1987). Tais experiências como a pesquisa-intervenção caminham no sentido da articulação entre teoria/prática e sujeito/objeto, na medida em que o conhecimento e a ação sobre a realidade se farão na investigação das necessidades e interesses locais, na produção de formas organizativas e de uma atuação efetiva sobre essa realidade, podendo levar a transformações sociais e políticas, dando às populações excluídas presença participante nos processos de construção metodológicos de pesquisa.

Nesta metodologia, acentua-se todo o tempo o vínculo entre a gênese teórica e a gênese social dos conceitos, o que é negado implícita ou explicitamente nas versões positivistas “tecnológicas” de pesquisa (Rodrigues e Souza, 1987, p. 31). Em relação à gênese da pesquisa-intervenção e à construção da sua singular abordagem no Brasil (Saidon e Kankahagi, 1987), podemos identificar o movimento institucionalista

francês, na década de 1960, e o latino-americano nas décadas seguintes, como experiências em meio às quais ela se afirmará como uma prática ético-estético-política. O processo de formulação da pesquisa-intervenção aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sociopolítica, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social.

Boaventura de Souza Santos (1997), sociólogo português e professor emérito da Universidade de Coimbra, produtor de análises sobre temas ligados à epistemologia e à produção de conhecimento no Sul global, coloca em questão a construção de uma “atitude de pesquisa” que irá radicalizar a ideia de interferência na relação sujeito/objeto pesquisado, considerando que essa interferência não se constitui em uma dificuldade própria às pesquisas sociais, em uma subjetividade a ser superada ou justificada no tratamento dos dados, configurando-se, antes, como condição ao próprio conhecimento.

A pesquisa afirma, assim, seu caráter desarticulador das práticas e dos discursos instituídos, inclusive os produzidos como científicos, substituindo-se a fórmula “conhecer para transformar” por “transformar para conhecer” (Coimbra, 1995).

Intervindo sob a Cartografia Social

Barros e Kastrup (2012), em seu livro intitulado *Pistas do método cartográfico*, narram o que se denomina como “método cartográfico”. Para os autores, são os processos e a dimensão interventiva que devem orientar a sua prática de pesquisa, e não metas e objetivos previamente definidos. Não se trata, contudo, de negligenciá-los ou eliminá-los porque nenhuma pesquisa que almeja certo rigor acontece sem o mínimo de parâmetros e de propósitos. Porém, *as metas e os objetivos são móveis e flexíveis por encontrarem-se subordinados aos caminhos que vão sendo desdobrados no próprio processo do pesquisar*, que acontece como intervenção (Barros e Kastrup, 2012, p. 45). Por esta razão, a proposta cartográfica sugere uma reversão da concepção tradicional de método, já que a primazia recai sobre a experiência do caminhar da pesquisa.

“*Pesquisar é intervir na realidade e não apenas representá-la*” (Kastrup e Castro, 2012, p. 34). Contudo, a intervenção que a pesquisa opera não é unilateral, ou seja, ela não se dá em um sentido único. Todos os que estão envolvidos na pesquisa estão implicados em todo o processo. Portanto, *pesquisadores-pesquisados-campo* sofrem os efeitos do ato de pesquisar. Por ser interventiva, a perspectiva da cartografia supõe, inevitavelmente, o mergulho do pesquisador no campo onde acontecerá sua investigação.

Nessa medida, a pesquisa cartográfica é realizada mediante o envolvimento implicado e reflexivo *do pesquisador* com tudo e com todos que participam da composição do campo. Presume-se, portanto, para Kastrup e Barros (2012) que não há qualquer pretensão à neutralidade. Pesquisador, objeto e pesquisados encontram-se em um mesmo plano comum no qual estão implicados, inseparavelmente.

Outra característica sobre o método interventivo da pesquisa cartográfica é a dimensão processual da realidade na qual estão todos implicados. Essa dimensão refere-se à experiência de pertencimento por habitar um mesmo território de práticas compartilhadas em meio a um coletivo de forças evidenciado pelas tramas que as sustentam. Trazer para a pesquisa, a experiência *do pesquisador* no ato de pesquisar como “material” significativo aponta para uma “nova ordem” na produção de conhecimento cientificamente válido.

O que é vivido *pelelo pesquisador* durante a pesquisa mobiliza e viabiliza o acesso à transversalidade e ao plano comum como práticas essenciais para a maior compreensão e o maior aprofundamento de seu mergulho metodológico e documental sobre seu tema de pesquisa. Busca-se resgatar a *dimensão do sensível* como abertura e orientação no processo de pesquisa mediante o cultivo do olhar e da atenção aos movimentos em curso e seus efeitos sobre o pesquisador, pesquisado e o campo (Kastrup, 2012, p. 20). Portanto, considera-se fundamental que a atitude cartográfica em pesquisa passe, fundamentalmente, pelo cultivo do olhar e da atenção aos processos em curso.

Barros e Kastrup também dirigem a análise para a relação de “sujeito” e “objeto” no desenvolvimento de uma pesquisa processual:

Se, por um lado, a perspectiva processual dos fenômenos investigados indica a constituição de um coletivo e de um “plano comum” entre sujeito e objeto, entre “nós” e “eles”, por outro lado, se coloca o desafio de resistir à captura das diferentes lógicas homogeneizantes e totalizantes da diversidade dos sujeitos singulares, mantendo abertos os fluxos comunicacionais entre eles. Trata-se de se constituir uma grupalidade para além das dicotomias e hierarquias que hegemonicamente regem as relações institucionais e intersubjetivas no âmbito da saúde, sobrepujando as fronteiras preestabelecidas das disciplinas e dos saberes dos participantes da pesquisa para que, coletivamente, seja possível compreender a complexidade da realidade investigada (Barros e Kastrup, 2012, p. 27).

Para Mariele Correa (2009, p. 36), pesquisas que procuram impor suas verdades universalizantes, arrogando para si o estatuto de ciência, têm por princípio a chamada “neutralidade científica”. Ou seja, supõem o pesquisador como um elemento neutro no processo de conhecimento da verdade e do saber sem estar incitado pelo momento histórico, pelas conjunturas econômicas, políticas e sociais. Como um procedimento tipicamente positivista, a investigação com base no pressuposto de neutralidade realiza uma cisão entre sujeito do conhecimento e objeto a conhecer. E, por contrário, a cartografia social reafirma a importância de se repensar o “sujeito” e o “objeto” como elementos que se retroalimentam, que adquirem funções primordiais para uma análise fidedigna da realidade a partir do método cartográfico interventivo.

Deste modo, ao sujeito do conhecimento cabe conhecer a natureza do homem para conhecer a natureza do objeto, uma vez que seu objeto é o próprio ser humano. Nesse caso, a metodologia é o que irá possibilitar a construção da natureza em si do objeto, isto é, conceber sua verdade originária e sua essência (Dreyfus e Rabinow, 1995). Para Patrícia Kirst, “esse é o indivíduo neutro da modernidade que, esterilizado pelo método, adquire a assepsia e a pureza necessárias para investigar o real sem infectá-lo” (2003, p. 93). Na pesquisa cartográfica, o *cartógrafo*, parte integrante da investigação, não se pretende neutro e com um lugar prefixado.

E foi através deste encontro entre “objeto” e “cartógrafa” que os traçados de minha pesquisa ganharam seus contornos. Em meu estudo, o que se pretendeu não era a configuração de um mapa, ou a construção de uma análise etnográfica somente, porém a combinação de métodos que me promovessem o acesso irrestrito à vida e à narrativa do impacto que a lógica da militarização tem sob os corpos de mulheres residentes da Baixada Fluminense. Nossa ferramenta de pesquisa incita a busca de percursos possíveis que possibilitem, até, o escape da captura de caminhos anteriormente dados.

Mergulhando nas oficinas de cartografia

Como método de pesquisa, a cartografia não se define por um conjunto de procedimentos previamente definidos a serem aplicados a um determinado campo. Ela é, antes de tudo, uma atitude a ser praticada e experienciada no processo de pesquisar (Francisco e Souza, 2016, p. 813). Nas ciências humanas, a cartografia diz respeito, basicamente, ao mapeamento de signos, rastreando suas formações, contornos de regiões de produção de sentido, tensões que divisam e instauram discursos, estratégias de enunciação e toda significação que recorta um tempo e

um lugar. Assim, ela acompanha as modulações que dão formas significativas às relações e aos afetos entre as pessoas (Rolnik, 1989).

Cabe considerar que o objeto, sujeito e o conhecimento são efeitos coemergentes do processo de pesquisar; não se pode orientar a pesquisa pelo que se suporia saber de antemão acerca da realidade: o *knowwhat* da pesquisa (Passos e Barros, 2014, p. 17). Para Giles Deleuze e Félix Guattari (1996), o “método cartográfico” pode ser pensado com aspas para evidenciar que cartografar não se fecha em um método com passo a passo definido. A cartografia é além do prescrito; cartografar é ir pelas linhas e caminhos desconhecidos, não para tomá-los como verdades cabais, mas para que sejam sempre questionáveis. “Fazer cartografia é, pois, a arte de construir um mapa sempre inacabado, aberto, composto de diferentes linhas, conectável, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (Deleuze e Guattari, 1996, p. 21).

Passos e Barros (2014) apontam que *a pesquisa cartográfica se aproxima da pesquisa etnográfica, na medida em que lança mão da observação participante. O pesquisador se mantém no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial. Conforme aponta Aaron Cicourel (1980), além de observar, o etnógrafo participa, em certa medida, da vida delas, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado pela experiência etnográfica. O tipo de atividade e o grau de envolvimento do pesquisador variam, dependendo do grupo, podendo ir da observação participante à participação observante. Segundo Janice Caiafa (2007), uma característica central da etnografia é o fato de o pesquisador se incluir, de uma forma problemática, na pesquisa. Isto envolve, além de um nível de convivência, o problema do tipo de posição assumida e da relação que estabelece com os participantes.*

É partindo deste local de “cartógrafo” que iniciamos a jornada cartográfica. O mapa a ser desenhado pelo campo desta pesquisa começa a ser cartografado a partir das vivências de mulheres que residem na região metropolitana do estado do Rio, conhecida como Baixada Fluminense. A fim de contextualizar previamente a realidade vivenciada no território da Baixada, convém ressaltar que a região é uma das maiores concentrações urbanas do Brasil e da América Latina. Nela se configura uma realidade socioespacial onde se condensam as mais dramáticas contradições vivenciadas pela sociedade brasileira (Alves, 2015, p. 14). Além da proximidade geográfica e do grau de urbanização, as cidades que compõem esta região possuem uma formação histórica, espacial e social marcada por um padrão comum de segregação e ausência de políticas públicas. A Baixada cumpria o papel de receptáculo daqueles que eram removidos compulsoriamente, devido ao processo de segregação urbana negra.

Deste modo, as experiências cartografadas pelas mulheres participantes desta pesquisa podem vir a ser um retrato fidedigno de um contexto social vivenciado por milhares de pessoas que residem e circulam todos os dias nos municípios componentes da região da Baixada. E, como ponto de partida, devo destacar o processo das “oficinas de cartografia”³ realizadas entre os meses de outubro e dezembro de 2017 em duas cidades da Baixada Fluminense (Duque de Caxias e Nova Iguaçu). Estas oficinas se configuraram como o espaço destinado ao estímulo e compartilhamento de vivências e subjetividades produzidas por 15 mulheres residentes de pelo menos 6 municípios da Baixada, sendo eles Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo e São João de Meriti.

Tabela 1: Estrutura das “oficinas de cartografia”

Horário	Metodologia do dia
09h - Chegada	Chegada das mulheres participantes à “oficina de cartografia”.
09h15 – 11h15	Início do compartilhamento de vivências e subjetividades – Tópicos para discussão fomentados pelas mesmas: “Militarização; Baixada; Gênero; Território; Violência urbana”.
11h15 – 12h	Construção de “mapas” de vivências a partir dos acúmulos de debates do dia.
12h	Encerramento & escrita no diário de campo.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor

A estrutura das “oficinas de cartografia” se constituía e se modificava a partir da intervenção semanal das mulheres participantes. Como explicitado na tabela 1, as mulheres chegavam por volta de 9h da manhã; geralmente traziam consigo já visões diversas sobre a realidade vivenciada na Baixada Fluminense. Antes mesmo de começarmos as atividades e debates acerca dos assuntos lidos como delicados e pertinentes às oficinas, foi estabelecido por acordo verbal de que a identidade das mulheres seria preservada por questões de segurança física. Deste modo, as 15 mulheres que participaram e construíram este estudo serão identificadas nas páginas a seguir com: “Nome fictício, seu município de residência”. Garantindo o anonimato, conseguimos assegurar que os temas e dados por elas produzidos e narrados não venham a ser prejudiciais para suas respectivas trajetórias na Baixada.

De acordo com Barros e Passos (2000, p. 176), o pesquisador está incluído no processo da pesquisa e na análise das implicações. O registro do trabalho de investigação ganha, neste caso, função de dispositivo, não propriamente para

concluir o trabalho ou apresentar seus resultados finais, mas como disparador de desdobramentos da pesquisa. Desta forma, é no estímulo à exploração e à análise de vivências que este estudo está calcado, produzido para ser uma ferramenta voltada à análise, à produção de conhecimento e à emancipação de corpos e mentes.

“Eu, mulher baixadense, resisto!”: a entrada no campo da cartografia

Acessar minha memória e experiência é também produzir subjetividades e resultados sobre o impacto da militarização na vida das mulheres da Baixada Fluminense. Em face ao exposto, tentarei nesta seção relatar a minha experiência de entrada no campo, considerando as análises teóricas supracitadas, a dimensão temporal, individual/social e de lugar que foram desenvolvidas nesta pesquisa.

Examinar as histórias de vida, as memórias, as narrativas dos sujeitos como possibilidade de produção do conhecimento não é exatamente novidade no campo do fazer científico, especialmente quando se trata de estudar os (as) pesquisadores e seu trabalho. Nóvoa (2000, p. 18) afirma que a utilização de “abordagens (auto) biográficas é fruto da insatisfação das ciências sociais em relação ao tipo de saber produzido e da necessidade de uma renovação dos modos de conhecimento científico”. A própria análise deste “novo” método cartográfico emerge da insatisfação e da necessidade de se trazer à tona procedimentos metodológicos que vislumbram a história vista a partir de diversos olhares e de diversas fontes. As narrativas de pesquisadores(as) – procedimento metodológico que ora exploramos e procuramos realizar – representam, portanto, uma possibilidade dessa perspectiva de produzir outro tipo de conhecimento, mais próximo das realidades do cotidiano.

Por isso, a pesquisa comporta espaços vazios de interlocução e de recriação a partir do encontro entre cartógrafo e seu campo de trabalho. Esses espaços se fazem necessários a fim de que a pesquisa tenha autonomia e possa experimentar as perdas que o conhecimento impõe, porque, de acordo com Kirst (2003), o cartógrafo “também quer perder-se, pois é o único modo de ganhar: ganhar a experiência de se rever e de manter certo grau de desprendimento perante a pesquisa e conhecimento produzido” (2003, p. 97). Fundamentalmente, o que se pretende é dar passagem às narrativas e aos afetos das mulheres que compõem este trabalho, tantas vezes e por tanto tempo confinadas e silenciadas. Por conseguinte, *o método de cartografia não se constitui enquanto um fim, e sim como um meio.*

Essas representações são úteis para tentar elucidar algumas dinâmicas presentes no território, mas elas não são suficientes para captar as especificidades

das relações sociais do local. “A Baixada é cruel mas tem potencialidades, é difícil explicar isso daqui, só vivendo” (Marta⁴, mulher participante da III oficina de cartografia); o ato de “explicar isso daqui, só vivendo” contido no relato de Marta, participante desta pesquisa-intervenção torna-se importante para evidenciar um dos objetivos da cartografia construída com mulheres residentes da Baixada Fluminense. Explicar as dinâmicas sociocriminais e seus impactos sobre a construção da identidade da “mulher baixadense”, através de suas próprias narrativas e mapas participativos contribui para o entendimento empírico da realidade local. Viver e sentir, analisar a posicionalidade do corpo feminino negro na Baixada são importantes para avançar nos estudos sobre impactos da violência e da militarização.

A partir da produção dos mapas sobre as narrativas das mulheres foi evidenciada a resistência destas mulheres, mesmo que invisibilizadas pelo processo cotidiano de produção de dor, seus enfrentamentos vieram à tona através de ferramentas como este estudo. Rocha (2017, p. 51) reafirma que, conscientes da estrutura do racismo letal que vitima principalmente corpos negros, as mulheres e mães negras lutam diariamente pela sobrevivência física de seus filhos e os filhos de suas comunidades. Neste sentido, as mulheres residentes na Baixada Fluminense, majoritariamente negras, cartografam seu cotidiano através de óticas de sobrevivência, construindo papéis e posições de proteção e luta perante a diversidade de violações presentes em seu dia a dia.

-
- 1 Autores do departamento de psicologia da Universidade Federal de Recife.
 - 2 “A esquizoanálise foi desenvolvida por Deleuze e Guattari em seus livros *O Anti-Édipo* e *Mil-Platôs*. Os dois levam o subtítulo de ‘Capitalismo e Esquizofrenia’. O primeiro, publicado em 1972, trata de uma reação à psicanálise e atua como uma crítica ao inconsciente desenvolvido por Freud e também para sua interpretação do conceito de ‘desejo’ como falta”. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/filosofos-essenciais/deleuze/esquizoanalise/>. Acesso em 18 de maio de 2018.
 - 3 As “Oficinas de Cartografia” foram os encontros realizados com mulheres da Baixada Fluminense durante os meses de outubro e dezembro de 2017. O objetivo das oficinas consistiu em subsidiar minha pesquisa sobre o impacto da militarização na vida de mulheres residentes na Baixada.
 - 4 Nome fictício dado à participante da oficina de cartografia realizada em outubro de 2017.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, L. *As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4047519/mod_resource/content/0/Deleuze%20e%20o%20me%CC%81todo%202.pdf. Acesso em 03 de junho de 2018.
- ALVES, J.C. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: *Justiça Global. Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.
- ALVES, J.C. Baixada Fluminense: Reconfiguração da violência e impactos sobre a educação. *Revista Movimento* [online], vol. 3, nº. 2, 2015.
- ANDRADE, A.N. de; MORATO, H.T.P.; SCHMIDT, M.L.S. Pesquisa interventiva em instituição: etnografia, cartografia e genealogia. In: *Lógicas metodológicas: trajetos de pesquisa em psicologia* [S.l.: s.n.], 2007.
- BARBIER, R.A. *Pesquisa-Ação na Instituição Educativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BARROS, R.D.B. Grupos: a Afirmação de um Simulacro. *Tese de doutorado*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994a.
- KASTRUP, V. BARROS, R. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- BENEVIDES DE BARROS, R.; PASSOS, E. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(1), p. 71-79, 2000.
- BARUFALDI, L.A. et al. Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, nº. 9, p. 2929-2938, Sept., 2017.
- BRANDÃO, C.R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- COIMBRA, C.M.B. Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma Empresa Possível. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, vol. 7, nº. 1, 1995, pp. 52-80.
- CARVALHO, R.T. de. O Contexto Político da Educação Pré-Escolar em Pernambuco. Recife: UFPE – *Dissertação de Mestrado em Sociologia*, 1985.
- CAIAFA, J. *Aventura das cidades: ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CASTILLO, R.A. Violencia de Estado y violencia de género. Las paradojas en torno a los derechos humanos de las mujeres en México. *Travaux et Recherches dans les Amériques du Centre*. Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, junho, pp.86-98, Cidade do México, 2010.
- CICOUREL, A. Teoria e Método em Pesquisa de Campo. In: ZALUAR, A. *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- CORREA, M.R. *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

- CORREIA, M.V.C. *Que Controle Social? Os conselhos de saúde como instrumento* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- COULON, A. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *O Abecedário de Gilles Deleuze*. Entrevista em vídeo. França, 1988.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- DUARTE, L.F. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 23-34.
- EFREM FILHO, R. *Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT*. *Cad. Pagu*, 2016.
- FILHO, K; TETI, M. *A cartografia como método para as ciências humanas e sociais*. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471/2743>. Acesso em 13 de julho de 2018.
- FILHO, R. *Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT*. *CADERNOS Pagu*, janeiro-abril, 2016.
- FIRMINO, F.H.; PORCHAT, P. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. *Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.*, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./jun., 2017.
- FRANCISCO, A.; SOUZA, S. O Método da Cartografia em Pesquisa Qualitativa: Estabelecendo Princípios, Desenhando Caminhos. *Atas – Investigação Qualitativa em Saúde*, v. 2, 2016.
- GREINER, C. *O corpo: pistas para estudos indisciplinados*. São Paulo: Annablume, 2006.
- KAMKHAGI, V.R; SAIDON, O. *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 27-46.
- KASTRUP, V. O Funcionamento da Atenção do Cartógrafo. *Revista Psicologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- KASTRUP, V.; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- KIRST, P. et al. Conhecimento e cartografia: tempestades de possíveis. In: FONSECA, T.G.; KIRST, P.G. (Orgs.). *Cartografias e deveres: a construção do presente*. Porto Alegre: Ed. da UFRS, 2003.
- LAZZARINI, A. Abuso de poder x Poder de polícia. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, v. 203, p. 25-39, jan., 1996.
- LEWIN, K. *Dinâmica de la Personalidad*. Madri: Morata, 1969.
- ROCHA, M. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. *Psicologia, ciência e profissão*, 23 (4), p. 64-73, 2003.

- RODRIGUES, H.B.C.; SOUZA, V.L.B. A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo. In: KAMKHAGI, V.R.; SAIDON, O. *Análise Institucional no Brasil: favela, hospício, escola, Funabem*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p. 27-46, 1987.
- MATTOS, C.L. *A abordagem etnográfica na investigação científica*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- MATTOS, C.L.G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C.L.G.; CASTRO, P.A. (Orgs.). *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2020.
- PEREIRA, P.P.G. Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, nº. 35, p. 357-369, abr., 2016.
- PONTEL, M. *As Contribuições da Etnografia e da Cartografia como Métodos de Pesquisa em Psicologia*. Disponível em: <https://marcianodpontel.webnode.com/news/as-contribui%C3%A7%C3%B5es-da-etnografia-e-da-cartografia-como-metodos-de-pesquisa-em-psicologia/>. Acesso em 19 de maio de 2018.
- PUCHEU, A. *A fronteira desguarnecida: poesia reunida 1993 – 2007*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2007.
- ROCHA, O.L. *Maternidade Ultrajada e a gramática do genocídio na experiência das mulheres*, 2017.
- SAIDON, O.; KAMKHAGI, V.R. (Org.). *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- SANTOS, S.B. Concepção Multicultural dos Direitos Humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 48, junho de 1997.
- SCHMIDT, M.L.S. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 17, nº. 2, p. 11-41, jun., 2006.
- SCHOLZ, R. *O valor é o homem – Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos*, 1992.
- SOUZA, L.A.F. de. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. *Soc. estado*. [online], v. 30, nº.1, 2015.
- SOUZA, S.; FRANCISCO, A.L. O Método da Cartografia em Pesquisa Qualitativa: Estabelecendo Princípios, Desenhando Caminhos. *Investigação Qualitativa em Saúde*, 2016.
- THIOLLENT, M. Notas Para o Debate Sobre Pesquisa-Ação. In: BRANDÃO, C.R. (Org.) *Repensando a Pesquisa Participante*, 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 82-103.

Capítulo 4

Apurando a Escuta: Uma Introdução à Técnica de Entrevistas

Maria Helena Zamora

Este capítulo visa a compilar alguns ensinamentos que foram feitos no contexto de duas oficinas intituladas *Estratégias Metodológicas para Entrevistas*, realizadas primeiro em 2018 e depois em 2020, a convite do Laboratório de Metodologia do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio. Alguns pontos aqui desenvolvidos são realmente elementares e constituem as bases que se pretendem estabelecer ou reforçar.

Como pesquisadora, tive experiências fazendo entrevistas em campos e circunstâncias que são pensados como difíceis, como favelas em épocas de conflito armado, lugares de privação de liberdade e os que estavam nessa situação, mães que perderam seus filhos pela violência do Estado, pessoas em situação de rua, gente perseguida por suas convicções, refugiados. Tive a ocasião de trabalhar em outros países também. Além das paisagens, das outras línguas, das diferenças culturais, foi fascinante ter conhecido um pouco sobre a realidade de defensores de direitos humanos em vários países da África; assim como foi enriquecedor ter conhecido defensores em contextos brasileiros muito diferentes das cidades: populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas; ter convivido com eles e entrevistado também. Contudo, na grande maioria dos casos, as dificuldades que em geral são mencionadas na realização de entrevistas não estão localizadas nos desafios que o campo traz. É bem mais provável que as dificuldades sejam explicáveis pelo fato de se partir de visões teóricas e técnicas ainda etnocêntricas, ou seja, por não compreender e considerar o universo do outro.

Hoje, a perspectiva decolonial faz uma crítica da ideia da racionalidade científica como referência central e única de pensamento, o que ajuda a desqualificar outras visões de mundo. Quijano (1997), por exemplo, mostra que, mesmo com o fim formal do colonialismo político, a relação entre a cultura dita “ocidental” e as demais é de dominação ou no mínimo de hierarquia. O autor cria o conceito de colonialidade, definindo-a como uma prática que não se extingue com a independência formal de cada país.

Mignolo (2003), na mesma linha de Quijano, denomina “colonialidade do saber” à imposição de formas hegemônicas de conhecimento, isto é, a criação de uma verdadeira geopolítica do conhecimento, estratégica para a dominação europeia sobre os territórios e povos colonizados. As teorias, os conhecimentos e os paradigmas forjados inicialmente na Europa são impostos como universais, enquanto tudo o que é produzido fora deste território de poder é colocado na categoria de conhecimento “outro”, “diferente” e inferior.

Apesar das posições críticas já assinaladas, é ainda comum partir de um olhar que estabelece hierarquizações entre os mundos de quem pergunta e de quem responde. Basta lembrar que os estudos decoloniais, embora crescentes na atualidade, são relativamente recentes. Quijano ficou mais conhecido no Brasil depois de seus setenta anos. Ainda estamos caminhando nessa direção, produzindo conhecimento sobre nossa realidade e nos apropriando dessa possibilidade teórica e analítica.

Então, uma das recomendações iniciais para realizar qualquer pesquisa de campo é não considerar que o seu mundo, que tende a usar uma linguagem mais intelectual, que parte da perspectiva científica, seja superior àquele universo, que outros compartilham, os chamados sujeitos da pesquisa. É importante frisar isso para que nosso trabalho de pesquisadora não reforce elementos que contribuam para a distorção e a rejeição de diferentes formas de ser e, no limite, na opressão dessas pessoas e coletivos.

Este artigo apresenta, em primeiro lugar, possíveis respostas para questões como: por que, quando ou o que faz com que se escolha o uso das entrevistas no trabalho acadêmico. Outro ponto a ser abordado é o conjunto dos principais procedimentos e cuidados para entrevistar, incluindo a apuração de um tipo de atenção e escuta, que são favoráveis a este exercício intenso, empático e delicado.

Tal como aconteceu nas oficinas presenciais, espera-se que a leitura do presente artigo estabeleça uma primeira base para começar a entrevistar e a certeza de que este é um aprendizado que só se adquire e se aprimora na prática, compreendendo os insucessos e valorizando o que foi mais interessante.

Adequação metodológica

A entrevista será mesmo a técnica utilizada no percurso do campo? Uma primeira resposta é: isso tem diretamente a ver com as perguntas, as hipóteses e os objetivos da pesquisa. Não existem melhores ou piores técnicas, mas as mais ou menos apropriadas para determinada pesquisa que pretende investigar determinado assunto. Supondo que as perguntas sejam razoáveis, podendo ser respondidas dentro

do tempo e das condições objetivas disponíveis; considerando também imprevistos de toda ordem – afinal, estamos numa pandemia! – enfim, considerando que foi feito um cronograma realista e que ele possa prever algum atraso... Então, a soma de todos esses elementos é o que vai determinar a escolha pela entrevista¹.

Existe um risco de usar entrevistas quando elas não são necessárias, pensando nelas como *a técnica qualitativa* por excelência. O uso generalizado das entrevistas acarreta problemas, erros, perda de tempo. No outro extremo, porém, é problemática a desconfiança sobre a entrevista, vista como enviesada e tendenciosa. São dois extremos a serem evitados: nem ela é uma panaceia técnica universal para pesquisa qualitativa, nem é uma técnica pouco confiável, incapaz de evitar ambiguidades. Ainda persistem entre nós certas crenças segundo as quais a entrevista – sobretudo a forma aberta ou semiestruturada – é um procedimento de coleta de informações pouco confiável, complicada, enviesada, excessivamente subjetiva, pela qual decidem apenas os pesquisadores com pouca bagagem teórica, que não têm muito rigor (Duarte, 2004).

São diversos os tipos de entrevistas e esta “classificação” varia muito conforme os mais diversos autores (Thiollent, 1987; Boni e Quaresma, 2005; Brito e Feres, 2011). Se unirmos todos os tipos mencionados, teremos a seguinte lista: *entrevista projetiva, entrevista estruturada, aberta e semiestruturada, entrevistas com grupos focais, história de vida*.

Entre as mais conhecidas e utilizadas, temos as *entrevistas estruturadas* que são elaboradas mediante um questionário “fechado”, objetivo, estruturado, ou seja, em que as perguntas são previamente formuladas.

A entrevista estruturada ou questionário geralmente é utilizada nos censos como, por exemplo, os do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nas pesquisas de opinião, nas pesquisas eleitorais, nas pesquisas mercadológicas, pesquisas de audiência etc. Algumas das principais vantagens de um questionário é que nem sempre é necessária a presença do pesquisador para que o informante responda as questões. Além disso, o questionário consegue atingir várias pessoas ao mesmo tempo obtendo um grande número de dados, podendo abranger uma área geográfica mais ampla se for este o objetivo da pesquisa. Ele garante também uma maior liberdade das respostas em razão do anonimato, evitando vieses potenciais do entrevistador. Geralmente, através do questionário, obtêm-se respostas rápidas e precisas. Os questionários podem ser enviados aos informantes através do correio ou de um portador. Quando isso acontece, deve-se enviar uma nota explicando a natureza da pesquisa. Mesmo sofrendo muitas críticas o

questionário continua sendo muito utilizado nas diversas áreas. Algumas desvantagens da sua utilização são: a percentagem de retorno dos questionários enviados pelo correio geralmente é pequena e quando a devolução é tardia prejudica o andamento da pesquisa. Muitas vezes há um número grande de perguntas sem respostas. Outra desvantagem é a dificuldade de compreensão da pergunta por parte do respondente quando o pesquisador está ausente.

Há várias divergências entre os autores ao tratar dos tipos de entrevistas. Para Minayo (1993), por exemplo, a *história de vida* é uma técnica em si e não exatamente um tipo de entrevista mais extensa, em profundidade. Considerar essas diferenças entre os autores tornaria a lista mais ou menos curta, mas certamente a discussão mais extensa. Ao longo deste capítulo, são feitas reflexões e recomendações que podem ser estendidas para todas as formas de entrevistas, sendo, porém, menos aplicáveis às entrevistas abertas/questionários e aos grupos focais.

Quadro 1: Usando outros materiais

Se sua pesquisa é sobre uma organização, um partido, um movimento social, não deixe de pesquisar, como elemento complementar, fontes escritas sobre a instituição e o discurso que a instituição emite sobre ela mesma. Não deixe de ver registros históricos e influências que a constituíram: de onde ela veio, quais eram as intenções das primeiras pessoas que formularam suas ideias, documentos anexados – *online ou não*. Seria interessante considerar esse conjunto de dados como uma entrevista de um informante privilegiado. Essa recomendação não significa acreditar em tudo que encontrar, apenas *considerar o material*. Se for possível, permitido e não for inoportuno, o pesquisador pode fazer registros como áudios, vídeos e fotografias, inclusive do momento da entrevista. É possível que você descubra expressões que não se parecem em nada com o que está sendo dito, podem aparecer detalhes inquietantes e “fora de lugar”, interessantes, reveladores.

Enfim, quando usar as entrevistas? Quando se quer saber mais profundamente sobre um tema – em uma perspectiva individual e contextual. A entrevista precisa questionar o suficiente sobre o contexto em que o entrevistado vive e viveu e sobre aquele encontro:

[A entrevista é] a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores (Ribeiro, 2008, p. 141).

É necessário não apenas uma boa contextualização histórica – do que a revisão teórica e/ou outras etapas metodológicas devem dar conta –, mas uma contextualização histórica do entrevistado. É indispensável não ir para o campo sem ter estudado bastante sobre seu tema. É a partir desse conhecimento prévio que as perguntas são elaboradas e que se tem um solo propício para começar uma entrevista. Porém, ainda que seu interesse seja no momento presente, deve se lembrar que seu entrevistado pode estar vivendo essa mesma história, esse mesmo tempo, que parece comum e compartilhado, de forma muito diferente, peculiar, por condições de sua própria vida.

Procedimentos e cuidados para entrevistar

Toda pesquisa com seres humanos deve prever o *TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*². Ele deve possibilitar, aos entrevistados, no caso, o mais amplo esclarecimento sobre a investigação, os motivos de sua realização, seus riscos e benefícios, para que possa aderir, participar (ou não), de forma efetivamente livre, informada e consciente. Esse documento é padronizado e a instituição a que a pesquisa está vinculada, em geral de ensino superior, costuma orientar o pesquisador³.

Como orientação geral, leve em conta que não basta ler ou entregar o termo para a pessoa assinar. Especialmente se o entrevistado não teve acesso à educação formal, é estrangeiro ou tem qualquer outra condição que possa dificultar o entendimento, explique o que está colocado até ter certeza de que o entrevistado realmente tem pleno conhecimento dos fatos. É preciso estar sempre disponível para tirar dúvidas e dar informações depois, deixando um contato que funcione. *Lembre-se de que ele pode desistir de contribuir com a pesquisa, por qualquer motivo ou falta de motivo, pode pedir para apagar em parte ou no todo seu áudio ou vídeo ou fazer qualquer outra exigência nesse sentido e ser prontamente esclarecido, acolhido e atendido.*

Cabe ao pesquisador avaliar a situação e traçar planos antes mesmo da sua entrada no campo para escolher de que recursos vai lançar mão. Por exemplo, saber se realmente o trabalho pode ser feito em determinada instituição que tem um histórico refratário ao fornecimento de informações e dados a quem quer que seja. Esse tipo de cultura institucional é mais comum nas chamadas instituições totais, conforme a definição de Goffman (2001): fechadas, que constituem um mundo em si. No Brasil, as instituições ligadas à segurança pública e à justiça podem ser mais difíceis. Já vi uma pesquisa solicitar autorização de entrevistas a uma

instituição para adolescentes em conflito com a lei em março e ela ser consentida em setembro, malgrado a insistência do autor e de sua instituição. Isso inviabilizou boa parte do campo previsto.

Uma questão a ser decidida são os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados em termos de procedimentos, ou seja, os passos efetuados para obter os dados: como as pessoas serão convidadas para a pesquisa. Algumas possibilidades poderiam ser: e-mail ou outro tipo de mensagem de internet, carta ou outro documento escrito, em abordagem pessoal, a convite ou indicação de terceiros. Isso precisa ser cuidadosamente avaliado, porque pode determinar o sucesso ou problemas na execução da técnica. Se as pessoas se sentirem “intimidadas” a falar, se estão amedrontadas, se participam a pedido ou sob pressão, podem dar informações mínimas, respostas mecânicas, previsíveis, irrelevantes ou falsas. É preciso ter certeza de que as conversas vão se produzir com liberdade.

Em termos de planejamento da tarefa, é preciso determinar onde serão realizadas as entrevistas e em que circunstâncias. É antes de tudo um tipo de conversa e *deve se passar sem pessoas a intimidar ou perturbar*; deve ser observado se realmente todos têm tempo e estão disponíveis; se há silêncio ou agitação ao redor, se realmente ninguém pode ouvir, garantindo o respeito ao conteúdo e à privacidade, em especial de assuntos que podem ser sensíveis. Deve-se deixar o informante tranquilo e à vontade.

Salvo outras orientações ou exceções, é preciso fazer uma ou algumas *entrevistas piloto*, que mostram a adequação das perguntas, se estão em número suficiente, se levam em conta diferenças culturais, se elas são formuladas de maneira que conduzam à resposta ou mesmo se são autoritárias, se são feitas em termos simples e claros e não portam ambiguidades, se as pessoas se interessam espontaneamente pelo tema.

Para ajudar na organização dos dados recolhidos é interessante montar um quadro descritivo contendo informações como sexo/gênero, cor/raça/etnia, idade/grupo etário, profissão/atividades, escolaridade, posição social no universo investigado e o que mais for necessário para identificar. É preciso lembrar que, via de regra, os verdadeiros nomes não são mencionados, sendo em geral atribuído outro nome, um número ou mantida a inicial do nome; é prático ter os codinomes utilizados e ir se familiarizando com eles.

As entrevistas devem ser, primeiro, ouvidas com atenção e depois transcritas pelo pesquisador ou por alguém experiente, com fidelidade e precisão. Mas para agilizar a análise, possíveis citações futuras e outros aspectos do trabalho,

“entrevistas podem e devem ser editadas. (...) frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacoetes, erros gramaticais etc. *devem ser corrigidos na transcrição editada*” (Duarte, 2004, p. 221). *Contudo, um arquivo/texto separado deve manter a versão original.*

Apurando a Escuta

Vamos abordar alguns pontos que facilitam o começo da entrevista, a colocação clara do assunto e o acolhimento relaxado daquele que vai falar. É possível começar com as perguntas de cortesia; ensaiar perguntas básicas e gerais são elementos facilitadores, que quebram o gelo entre pessoas que pouco se conhecem.

É importante, ainda, que o pesquisador acolha bem o informante e tenha uma escuta comprometida que permite obter pistas para captar a senha que é o portal de acesso ao informante. Assim, para obter bons resultados o pesquisador deve ter uma grande capacidade de interação com o outro, uma disponibilidade psicológica para ouvir e habilidades de escrever as experiências analisadas (Muylaert; Sarubbi Jr; Gallo; Rolim Neto e Reis, 2014, p. 187).

Durante a conversa, o pesquisador deve mostrar que compreende, que está acompanhando, que gostaria de ouvir mais. São sinais corporais breves e que devem ser compartilhados no repertório cultural comum – pequenos gestos, os acenos com a mão e a cabeça, os olhares de entendimento e também pequenas palavras de entendimento, agradecimento, de incentivo. Se for surpreendido por um “o que é que você acha?”, procure não responder, ou diga que concorda, se for o caso, ou diga que só a opinião dele é que importa, se a pergunta for mobilizadora, polêmica ou se você absolutamente não concordar.

Quando estive na Tunísia, um país africano muçulmano, e queria saber algumas coisas pouco acessíveis a uma estranha sobre a vida familiar e conjugal, procurava estar com mulheres casadas, em ambiente tranquilo e com algum tempo e dizia, em tom de leve queixa, que no Brasil tínhamos dificuldades com tal situação ou tal arranjo – por exemplo, a cooperação da maioria dos homens na divisão das tarefas da casa; aliás, nenhuma mentira. Isso produzia curiosidade e confiança e em breve eu estava calada e escutando o que queria, com um leve sorriso, uma expressão de interesse e muitas histórias para contar! *Sabia* que não era apropriado perguntar isso aos homens ou conversar em reservado com eles e *não sabia* que palavras no idioma francês compartilhado e que gestos funcionariam ou não ou o que poderia ser vulgar ou desrespeitoso. Mas posso dizer que *um par de olhos interessados, atenção e tranquilidade abrem portas em qualquer parte*⁴.

A entrevista pode ficar truncada se, por razões culturais ou outras, o informante não aborda certos assuntos ou o faz de forma confusa. Certa vez, falando com um homem de idade, a entrevista ficou estranha e cheia de “você sabe, né?” ou “[ele era] diferente, [era] daquele jeito”... Nesses casos, não tente adivinhar, nem se contente com respostas incompletas; apenas interrompa e diga: “desculpe, não entendi... como ele era?” e espere a resposta⁵. Se houver muita relutância ou uma negação, não insista. *Mas em nenhum caso faça comentários críticos sobre os modos modestos ou envergonhados, o estilo da fala, o sotaque, a precisão das palavras ou a veracidade da informação, em nenhuma circunstância.* Isso é especialmente verdadeiro quando há entre o que pergunta e o que responde notáveis diferenças de classe social, nível educacional e outros fatores que impõem distâncias e hierarquias.

As *entrevistas semiestruturadas* combinam perguntas objetivas com outras mais abertas, deixando que o informante fale mais livremente sobre o assunto em foco. O pesquisador não deve se perder de suas questões centrais, já definidas, mas ele pode deixar a pessoa com quem fala percorrer o assunto como lhe for melhor. Costumo dizer, brincando e ao mesmo tempo fazendo uma recomendação importante, que jamais se deve deixar chegar à geladeira. Explico. O entrevistador deve permitir o desenvolvimento livre do tema e mesmo encorajar os mais tímidos e formais; não raro, esses “voos” têm muito de aproveitável. Contudo, quando o entrevistado relata que comprou uma geladeira nova e quer dar detalhes da marca e vantagens dos seus usos, o pesquisador deve manejar a entrevista de volta ao porto seguro da questão. Não se trata de cortar a conversa, mas suavemente de reconduzir a entrevista a seu foco.

A atenção do entrevistador deve ser a um tempo “flutuante”, lembrando a dos psicanalistas, e focada, como o mais atento professor em seu laboratório. Ele está ali, presente, empático, acolhedor. Sem distrações, de certa maneira próximo da postura que as pessoas que meditam, que praticam *mindfulness*. O termo significa prestar atenção de forma consciente para experimentar o momento presente, com certa curiosidade e sem julgamento – os praticantes de meditação também chamam de “atenção plena” (Kabat-Zinn, 2003).

A própria presença de alguém que geralmente é de fora e quer conversar introduz uma alteridade que não é e não pode ser neutra. Afinal, o corpo do pesquisador torna-se um “objeto de preocupação e educação, já que sua presença mesma, em campo, é transformadora e construtiva – criadora de uma situação e de um produto, a narração e a narrativa, que não existem sem sua intervenção” (Santiago e Magalhães, 2020, p. 4).

Ao falarmos de certa retirada na presença, não pensamos em cultivar a neutralidade; talvez apenas em reduzi-la ao suportável, *dar passagem para o outro*: “Já não se busca a neutralidade do pesquisador, antes, transforma-se a subjetividade em um recurso a mais. O rigor passa a ser explicitação da posição do pesquisador” (Miguel, 2010, p. 1).

É preciso estar ali na presença do entrevistado, mas não se impor, não ser o mais importante dali, não julgar, não interferir censurando conteúdos, não falar demais e, por outro lado, não ser ou parecer distante, remoto ou indiferente, não reforçar as falas nem rejeitá-las, nem mesmo com gestos. Esse equilíbrio de coisas opostas, este deixar as pessoas à vontade enquanto se controlam tempo e conteúdo, são habilidades que o tempo e a prática ajudam a aprimorar e desenvolver.

Se o informante fala demais e apressadamente, é possível estabelecer um ritmo mais calmo na proposição de perguntas ou é possível propor um pequeno intervalo ou oferecer uma água, café ou chá – se eles estiverem ao alcance. Esse pode ser um sinal de ansiedade ou temor, em especial se essa forma de falar não aparecia antes das perguntas. Também é possível interromper um intenso fluxo de palavras para fazer uma ou outra pergunta adicional, uma dúvida que ficou ou para confirmar alguma impressão que teve o entrevistador sobre parte do discurso.

Thiollent (1987) e Bourdieu (1999) lembram, de maneiras diferentes, que as *expressões não verbais* também são dados da pesquisa. Devem-se levar em conta silêncios, gestos, interrupções, risos, choro ou a contenção do choro, tom de voz do informante, balbucio, gagueira, voz que baixa ou que se eleva notavelmente durante a entrevista, face que se contrai, que empalidece ou que fica ruborizada. Nesses momentos é bom se perguntar o que suscitou uma dessas respostas diferentes, sobre o que se falava. Em muitos momentos, porém, o que é verbalizado pode não estar em concordância com os gestos não verbais e um riso pode ser tristonho ou irônico (Miguel, 2010). São dados e devem ser rapidamente anotados – ao menos mentalmente – e referidos depois na transcrição.

Podem existir circunstâncias em que a entrevista se inscreve em um contexto em que o anonimato dos interlocutores precisa ser preservado a tal ponto que um dilema deve ser considerado: *ainda que consentida, adequada, ela deve ser realizada?* Se existem riscos da identificação do informante, eles devem ser discutidos antes no planejamento e podem ser ponderados com a pessoa. Por exemplo, perguntas sobre o tráfico ou sobre a milícia não podem ser feitas dentro da comunidade ou da favela que está dominada por eles. É preciso considerar que o pesquisador não tem como proteger o entrevistado depois. É preciso criar outra

estratégia de pesquisa, se aquele é um contexto onde a violência opera abertamente. Eis um ponto crucial a se considerar em um país de mais de sessenta mil homicídios por ano e onde mais de 75% das vítimas é negra e pobre (IPEA/FSP, 2019).

A entrevista pode acontecer com pessoas e em contextos difíceis. Posso dizer que não é nada fácil ouvir um torturador – que inclusive admite que o era. A tendência é que ele provoque, propositadamente ou não, raiva intensa ou temor no seu interlocutor. Esse é um tema trazido por alunos que sabem que entrevistei diversos agentes de violência ou desejam partilhar experiência semelhante e saber: o que fazer quando entrevistamos pessoas difíceis, ameaçadoras, que expõem relatos desagradáveis de várias formas?

Em primeiro lugar, *em nenhuma hipótese é possível admitir ofensas ou ameaças*. Nesse caso, devemos dizer calma e simplesmente: “Vamos encerrar por aqui”, levantar e sair. Não há o que discutir, pois respeito e segurança são mais importantes que qualquer tarefa. Em segundo, todavia, devemos lembrar que nós convidamos essas pessoas para falar; elas têm toda liberdade de fazer isso, de sua forma, desde que dentro de limites. Elas sabem das condições para a cooperação e, portanto, sabem sobre o que lhes convém ou não falar. Em terceiro lugar, sendo aquele um encontro planejado, previsto, a partir de um tema decidido pelo pesquisador, é de se esperar que ele saiba lidar razoavelmente com as possibilidades do que vai encontrar⁶.

Também não é nada simples escutar as narrativas cheias de dor de pessoas sobreviventes de guerras, perseguidas por governos injustos ou contando o sofrimento de ter sobrevivido a uma infância cheia de perdas⁷. Por outro lado, mesmo quando o que se conta não é tão impactante, é preciso lembrar que alguém oferece sua vivência única; há uma demanda implícita de atenção dedicada.

O pesquisador deve levar em conta que no momento da entrevista ele estará convivendo com sentimentos, afetos pessoais, fragilidades; por isso, deve ter todo o respeito à pessoa pesquisada. O pesquisador não pode esquecer que cada um dos pesquisados faz parte de uma singularidade, cada um deles tem uma história de vida diferente, tem uma existência singular (Bosi e Quaresma, 2005, p. 77).

Somos regidos por códigos de ética profissionais, mas, para além deles, existe a dignidade humana. Certa vez, entrevistando um menino de treze anos, ouvi uma história pesada de espancamentos com hospitalização, cometidos por seu pai e em que sua mãe era impotente e amedrontada demais para poder defendê-lo e a seu irmão mais novo. Então, interrompi o trabalho e orientei minuciosamente sobre a proteção que lhe era devida, onde e como obter ajuda, realizando um

encaminhamento inicial. Gostaria de enfatizar que proteger a vida, em especial dos mais vulneráveis, é possível e também é preciso como ação do pesquisador (a).

Entrevistar é mergulhar em profundidade

Com as entrevistas, é possível mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos (...). Se bem realizadas, o pesquisador vai fazer um mergulho em profundidade (Duarte, 2004, p. 215).

A nossa palavra-chave aqui é *profundidade*. Para fazer entrevistas é preciso desde antes ter conhecido o indivíduo, portanto, saber algo e querer saber mais, e é por isso que você vai eleger conversar com o indivíduo. A qualidade das histórias vai dar uma informação que não se teria como conseguir apenas na leitura do material teórico. Você quer testemunhas, quer ouvir o discurso sobre o assunto, a prática que esse discurso traz, o que esse discurso reflete, que valores são sustentados nesse discurso, como aquela pessoa vê o mundo. Você não quer informações superficiais, mas consistentes. Pergunta e pergunta mais.

Se a pesquisa é sobre instituições, organizações, movimentos, as entrevistas são uma ótima forma de se descobrir qual é a lógica, por exemplo, dessa determinada instituição. Aparentemente se têm todos os dados históricos, se sabe como opera, se conseguem visitar e ver todas as instalações. Porém, compreender a lógica, o que realmente organiza, o que preside as relações, mapear que relações se dão são fascinantes e estão para além disso. Por exemplo, é possível ver que, embora as pessoas respondam hierarquicamente a uma determinada pessoa, elas podem estabelecer relações de obediência ou mesmo de opressão com outra que, aparentemente, não tem poder.

Você, pesquisador, está descobrindo um jogo de relações e essas relações, como em toda parte, envolvem e tratam de poder. Entrevistando, você vai identificar que, atrás de respostas que parecem claras e prontas, existem elementos opacos, coisas que não são faladas e vai aprender a descobrir como será possível saber mais sobre elas e sobre o que diz esse não dito, por que não se pode dizê-lo.

Entrevistar é aprender a mergulhar em profundidade no mundo do outro. Como o mergulho de verdade, você verá que a habilidade não depende tanto de técnicas e estudos, quanto de tranquilidade e amor ao mar e a todos os seus seres.

- 1 Recomendo a seguinte publicação: Lacerda e Ramalho, 2020. *Guia de Pesquisa na quarentena: obstáculos e possibilidades para as ciências humanas e sociais em isolamento social*. Rio de Janeiro: Laboratório de Humanidades Digitais (DHLab) da PUC-Rio; Laboratório de Metodologia (LabMet) do Instituto de Relações Internacionais (IRI)/PUC-Rio (digital).
- 2 LabMet, *Guia de Ética em Pesquisa* (no prelo).
- 3 No caso da PUC-Rio, consultar a Câmara de Ética em Pesquisa, em: <http://vrac.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=807&sid=27>.
- 4 Em tempo, via de regra, os homens casados daquele país dividem as tarefas de casa, mesmo quando suas esposas não trabalhem fora.
- 5 Este senhor fazia alusão a uma travesti e não tinha certeza se eu sabia sobre o assunto ou talvez se era desrespeitoso falar disso.
- 6 O filme “Kinsey”, de Bill Condon, mostra um pouco do minucioso treinamento para entrevistas feito pelo biólogo para pesquisar sobre sexualidade. Destaco uma das primeiras cenas, bem didática sobre o assunto, e a desafiadora entrevista com um abusador de crianças, que enfurece o aluno pesquisador.
- 7 Repare, no ótimo documentário brasileiro “Menino 23”, de Belisário Franca, a objetividade e ao mesmo tempo a delicadeza do entrevistador ao tocar em temas dolorosos com homens idosos, que partilharam uma sofrida infância.

Referências bibliográficas

- BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Em Tese*, vol. 2, nº. 1 (3), janeiro-julho, 2005, p. 68-80.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRITTO JR., A.F.; FERES JR., N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Revista Evidência*, Araxá, v. 7, nº. 7, p. 237-250, 2011. Disponível em: https://met2entrevista.webnode.pt/_files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf.
- DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Revista Educar*, Curitiba, nº. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência 2019*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>.
- KABAT-ZINN, J. Mindfulness-based interventions in context: past, present, and future. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 10, p. 144-156, 2003.

- MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- Miguel, F.V.C. A Entrevista como Instrumento para Investigação em Pesquisas Qualitativas no Campo da Linguística Aplicada. *Revista Odisseia – UFRN*, n.º 5, 2010.
- MUYLAERT, C.; SARUBBI JR.; GALLO, V.; NETO, M.; REIS, A. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(spe2), p. 184-189, 2014.
- QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. *Anuário Mariateguiano*. Lima, Peru, v. 9, n.º. 9, 1997.
- RIBEIRO, E.A. *A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais*, Araxá/MG, n.º. 4, p. 129-148, maio de 2008.
- ROBLES, B. La entrevista en profundidad: una técnica útil dentro del campo antropofísico. *Cuicuilco, México*, v. 18, n.º. 52, p. 39-49, dic., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592011000300004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 16 out., 2020.
- SANTIAGO, R.; MAGALHÃES, V.B. *Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. Anos 90*, Porto Alegre, v. 27, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/view/102266/58383>. Acesso em 15 out., 2020.
- THIOLLENT, M. (org.). *Crítica metodológica, investigação e enquete operária*. São Paulo: Ed. Polis, 1987. Disponível em: https://www.academia.edu/27109731/Critica_Metodologica_Investigacao_Social_e_Enquete_Operaria_Michel_Thiollent. Capítulo III.

PARTE III

ENSAIOS

Capítulo 5

Pluralismo epistêmico nas Relações Internacionais: A emergência de novos saberes

Gabriel Fernandes Caetano

Sempre senti que é impossível se envolver direito com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa. A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos.
Chimamanda Ngozi Adichie, 2019.

As questões sobre as quais me debruço são inspiradas na rebeldia epistêmica de Paul Feyerabend. Seu entendimento sobre a ciência como um empreendimento “essencialmente anárquico” despertou-me a curiosidade sobre como se dá o nexos pluralismo-cientificismo. No provocante diálogo travado com Imre Lakatos, Feyerabend diz não haver melhor estimulante para o progresso da ciência que o anarquismo teórico. Leis e ordens de pretensão universal são, a um só tempo, “quiméricas e perniciosas” (Feyerabend, 1977, p. 1 e 449). Nenhum método, de Carnap a Lakatos, adquiriu força suficiente para explicar a relação entre ideia e ação no curso histórico da ciência. Os esforços de racionalização das mudanças científicas são todos limitados e restritivos “O que fica são os juízos estéticos, os juízos de gosto, os preconceitos metafísicos, as aspirações religiosas; em suma, *o que resta são nossos desejos subjetivos*” (Feyerabend, 1977, p. 412, itálico no original). Dado que a atividade científica consiste em uma ação que explora aquilo que ainda não conhecemos sobre o mundo, acredito que devemos “conservar-nos abertos para as opções, sem restringi-las de antemão” (Feyerabend, 1977, p. 22).

Com isso, penso que há mais perigo na restrição e menos na tolerância epistemológica. Conservar-se aberto a novos mundos possíveis é, em si mesmo, um exercício de resistência filosófica e política que nos permite alcançar outras formas de conhecimento, como passou a ocorrer a partir da década de 1960, com as múltiplas viradas nas ciências sociais. Dessa maneira, parece-me ser importante revisitá-las para entendermos como emergiram novos saberes; como foi possível descortinar uma gama de significados que estavam nas “margens, silêncios e níveis inferiores” (Enloe, 1996, p. 186-202) da disciplina de Relações Internacionais (RI). Por fim, como foi viável rebelar-se contra a “força disciplinadora do método” (Aradau e Huysmans, 2014, p. 598), especialmente contra o positivismo lógico que tinha sua imagem refletida nas variantes do realismo e do liberalismo.

As viradas linguística, cultural e interpretativa

Um dos principais movimentos a questionar o positivismo lógico foi a virada linguística que tem em Kuhn um ponto de partida, ainda que o relativismo de Richard Rorty seja mais emblemático nesse sentido. Embora antigo, o debate acerca do relativismo ressurgiu lateralmente com a publicação da *Estrutura das Revoluções Científicas* (1962). Ao defender a incomensurabilidade entre teorias científicas, Kuhn também argumentou que elas não eram universais, pois cada uma se expressava a partir de uma linguagem particular. Assim, somente os paradigmas seriam comparáveis entre si. Por isso, pode-se dizer que a hipótese do relativismo de Kuhn abriu as portas para a virada linguística, já que desafiava a epistemologia ocidental historicamente determinada por Descartes, Locke e Kant; ou seja, surgia uma hermenêutica capaz de desafiar a comensurabilidade entre discurso, valores e referências, ao passo que criticava a realidade objetiva das metanarrativas e seus significados universais e transcendentais. Segundo Zaki Laïdi (2003, p.45):

Esta hipótese é fundamental porque permite justificar a ideia de que linguagens, experiências, expectativas ou teorias são “aprimadas” em um espartilho que as torna incapazes de universalização. Dado o número de campos questionados pela análise de Kuhn, a linguística é particularmente notável, com a “virada linguística” se desenvolvendo em uma direção muito wittgensteiniana em direção à ideia de que não há unidade de linguagem, mas sim ilhas de linguagem, com cada uma governada por regras diferentes e intraduzíveis de umas para outras.

Com a obra seminal de Rorty (2009), a luta da hermenêutica contra a ideia de tornar todos os discursos comensuráveis ganhou força. Para o autor, a filosofia analítica imaginou por muito tempo que a linguagem pudesse servir como esquema universal para gerar conhecimento. Era como Platão e Kant esperavam observar a sociedade e a cultura em que haviam vivido: a partir de ponto de vista exterior, do ponto de vista de uma verdade imutável. Contudo, a virada linguística sugeriu a superação das “condições a-históricas de possibilidade de fenômenos temporais” (Rorty, 1996, p. 7). Mais: essa virada possibilitou o surgimento de uma “cultura pós-kantiana” em que “Wittgenstein, Heidegger e Dewey nos trouxeram para um período de filosofia ‘revolucionária’” (Rorty, 2009, p. 6).

Compreende-se, assim, que a transformação linguística pavimentou o caminho para uma reconfiguração cultural mais ampla. A virada cultural impactou decisivamente o modo como cientistas sociais pensavam sobre a cultura. Em meio a esse movimento, pode-se apontar Clifford Geertz como um dos mais destacados autores da reconfiguração teórica e metodológica dos estudos culturais. Em sua principal obra, Geertz (1973) oferece uma descrição densa sobre a cultura como uma “teia de significados” interpretada a partir do exercício semiótico:

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (Geertz, 1973, p. 7).

O culturalismo, portanto, passou a designar como “texto” todos os tipos de símbolos, eventos, rituais, artefatos históricos, sistemas de crença e arranjos sociais passíveis de observação pela estrutura semiótica. Como outros importantes pensadores, o culturalismo de Geertz influenciou os escritos de Barthes, Bourdieu, Derrida e Foucault, o que alterou definitivamente a paisagem das ciências sociais da época (Bonnell e Hunt, 1999, p. 3).

Nesse período, também se falou sobre uma virada interpretativa. Segundo Rabinow e Sullivan, a abordagem interpretativa ressurgiu a partir da atenção dada às “variedades concretas de significado cultural”. Significa dizer que tanto o objeto de investigação (linguagem, símbolos, instituições etc.) quanto o ferramental metodológico de investigação, compartilham inescapavelmente o mesmo contexto: o mundo humano. Ver o mundo como um círculo de significado dentro do qual nos

encontramos e que nunca conseguimos superar, refuta a oposição quase obrigatória entre objetividade e subjetividade. A abordagem interpretativa, portanto, nega que seja possível reduzir o complexo mundo da significação à autoconsciência, às relações diádicas ou a quaisquer elementos *a priori*. Isso porque a intencionalidade e a empatia, por meio das quais se constituem os sujeitos do discurso humano, são dependentes da existência prévia de um mundo em que significados são compartilhados (Rabinow e Sullivan, 1979, p. 3-6).

É importante alertar que não existe um consenso sobre a denominação dada a essas mudanças que ocorreram a partir da década de 1960. Em muitos sentidos, virada linguística, virada cultural e virada interpretativa compartilham caminhos comuns sob rótulos diferentes. É possível, contudo, dizer que esse caminho é uma busca por “liberdade de expressão e interpretação” e um rechaço “à tirania dos números, das explicações monocausais, da totalização e do fechamento” (Mandler, 2004, p. 95). Essa ebulição no campo das ciências sociais atravessou as RI a partir dos anos 1980.

À época, a disciplina estava tomada pelo “debate interparadigmático” travado entre variantes do realismo, do liberalismo e do marxismo (Waever, 1996). Contudo, tanto a ordem política e social quanto a matriz estanque de produção de conhecimento da guerra fria começavam a ruir. Novas temáticas ganhavam força: novas guerras, crises humanitárias, conflitos étnicos, violência estrutural e questões ambientais exigiam novas formas de produção de conhecimento. Por meio de outras disciplinas, as viradas passaram a informar o conhecimento produzido nas RI, com a filosofia, a sociologia, a antropologia, estudos da linguagem, semiótica e a análise de discurso proporcionando alternativas ao estruturalismo e ao positivismo (Rodrigues e Kalil Filho, 2018). Segundo apontam Nogueira e Messari (2005, p. 188):

Os debates dos anos 1980 e 1990 trouxeram para as Relações Internacionais um conjunto de autores e perspectivas até então estranhos à área. A introdução de temas, conceitos, e métodos da filosofia e da teoria social por meio da obra de pensadores como Giddens, Habermas, Foucault, Derrida, Rorty, entre outros, veio ao encontro da necessidade de superar as limitações que as teorias dominantes impunham à compreensão das transformações na política mundial e a sua visão ortodoxa sobre o que é conhecimento e como ele deve ser produzido.

Dentre os autores que contribuíram para novas formas de produção de conhecimento nas RI está Michel Foucault. Para o autor, as viradas iniciadas na década de 1960 ajudaram a romper os “conjuntos funcionais e sistemáticos” que no pós-Segunda Guerra manifestaram-se por meio das narrativas do socialismo de Estado e da liberal democracia. Esses movimentos possibilitaram uma insurreição de saberes sujeitados:

Por “saberes sujeitados” eu entendo igualmente uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos (Foucault, 2005, p. 12).

A genealogia é o método por meio do qual se fazem emergir os saberes sujeitados. Inspirado em Nietzsche, Foucault afirmava que os caminhos da história eram “fragmentados” e “múltiplos”, sem um ponto de origem claramente definido, e que o poder era a “força motriz” dessa história (Sherratt, 2006, p. 147). Nas palavras do autor, genealogia é um exercício “meticuloso” e “paciente”; é um documentário construído a partir de “pergaminhos entrelaçados”, documentos “confusos”, “riscados” e “recopiados” (Foucault, 1977, p. 139). Nessa perspectiva, “Os desenvolvimentos podem aparecer como um ponto culminante, mas são apenas episódios de uma série de sujeições” (Foucault, 1977, p. 148). Em meio à insurreição dos saberes sujeitados, surgiram abordagens que afetaram drasticamente a produção de conhecimento nas RI. É o caso das abordagens feministas e pós-coloniais e decoloniais, sobre as quais me debruço a seguir.

Abordagens feministas: revoltas contra o androcentrismo

O feminismo é antes de tudo uma luta compromissada com a exploração de possibilidades políticas que ainda não estejam eclipsadas pelas convenções científicas e sociais que durante muito tempo violentaram corpos e silenciaram vozes. Contudo, narrar sua história é uma tarefa delicada e aqui não há espaço para um aprofundamento. Logo, não revisitarei todas as ondas¹ do feminismo, apenas tomarei como ponto de partida o contexto antissistêmico da década de 1960. As viradas, sejam elas linguísticas, simbólicas ou interpretativas, foram parte de um conjunto de contestações sociais mais amplas, em que as mulheres assumiram papel importante ao questionar a composição de instituições (políticas, militares, jurídicas, econômicas, de saúde etc.), compostas majoritariamente por círculos

heteropatriarcais. A simbologia do maio francês de 1968, por exemplo, retrata constantemente o campo de luta feminista invocando a foto de Caroline de Bendern em comparação a Marianne de Delacroix (a representação alegórica dos *Les Trois Glorieuses* de 1830).

Simbologia da luta feminista

Em alguma medida, esses movimentos abriram caminho para a ascensão gradual das mulheres em círculos acadêmicos, especialmente nas Ciências Sociais. Desde então, as abordagens feministas mais críticas passaram a questionar a reificação de métodos, epistemologias e ontologias convencionais que colocavam em suspeição a capacidade das mulheres para produzir conhecimento. Esse preconceito insuflou a insurreição de epistemólogas feministas que passaram a desafiar as pretensões universalistas do androcentrismo. Paulatinamente, os cânones científicos que determinavam como a realidade deveria ser conhecida passaram a ser perturbados (Biglia, 2014). Harding resume bem esse esforço inicial: “O esforço inicial da teoria feminista foi o de estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos de modo a tornar as atividades e relações sociais das mulheres analiticamente visíveis no âmbito das diferentes tradições intelectuais” (Harding, 1986, p. 645).



Caroline de Bendern, por Jean-Pierre Rey (1968) / Marianne – A Liberdade guiando o povo, por Delacroix.

A *Feminist Studies* (1972) foi a primeira revista acadêmica que acolheu boa parte desse debate inicial. É preciso esclarecer que o desenvolvimento dessas abordagens nos campos da sociologia, filosofia, história, teoria política e antropologia é mais longo que sua inserção nas RI (Tickner, 2006, p. 20). Somente no final da

década de 1980, começaram a aparecer trabalhos feministas nas RI (Cohn, 1987; Elshtain, 1987; Enloe, 2014 [1989]). Inicialmente, a ortodoxia da disciplina via com indiferença a contribuição feminista sob a alegação de que suas perspectivas metodológicas, epistemológicas e ontológicas não serviam para informar o quadro convencional da disciplina (Tickner, 1997).

Essa irrelevância levou Sylvester (1994, p. 316) a declarar que a maioria das mulheres estava “desabrigada nos cânones do conhecimento das RI”. À procura de abrigo, as pesquisadoras feministas se moveram de maneira estratégica dentro do campo. Essa inserção explorou a interdisciplinaridade e buscou adaptar metodologias do *mainstream*. Contudo, a maioria das pesquisadoras foi cuidadosa ao ponto de não deixar que os desenhos metodológicos fossem apenas uma “derivação” do que de mais convencional as RI ofertavam (Ackerly, Stern e True, 2006, p. 4). Segundo Tickner (2006, p. 19), “Com algumas exceções, as feministas de RI têm empregado uma variedade de métodos, a maioria dos quais se encaixaria em estruturas metodológicas pós-positivistas”.

As feministas de RI tiveram que ser ecléticas e criativas em meio a uma disciplina não orientada a responder suas questões. Em desafio às epistemologias convencionais, abordagens feministas passaram a atuar ativamente nas discussões sobre a relação entre conhecimento e poder. A partir de um posicionamento ético e socialmente engajado, elas passaram a questionar as fronteiras constitutivas da disciplina e seus dilemas políticos (Ackerly; Stern; True, 2006). Entretanto, vale lembrar que, mesmo que a maioria das feministas faça parte do momento pós-positivista das RI, existem importantes diferenças conceituais com relação aos seus posicionamentos.

Tickner e Sjoberg (2013), por exemplo, separam essas abordagens em: Feminismo Crítico; Feminismo Construtivista; Feminismo Pós-estruturalista; e Feminismo Pós-Colonial. Tais perspectivas não são excludentes e em muitos sentidos compartilham críticas ao *mainstream*. Do ponto de vista ontológico, surgem sérios questionamentos sobre a política internacional como um mundo masculinizado (Tickner, 1992), fundamental para a reprodução do *malestream* e a perpetuação desproporcional do poder masculino no campo (Youngs, 2004). Essa generificação do poder é atacada por Enloe (2014, p. 3), que vê as relações internacionais constituídas por um binarismo que busca posicionar as mulheres em um segundo plano, onde não ocorre a política. A constituição de categorias como público e privado, internacional e doméstico, apresentam a masculinidade em um primeiro plano de ação. Lugares “privados”, “domésticos”, “locais” ou “triviais” são geralmente descartados por especialistas em relações internacionais.

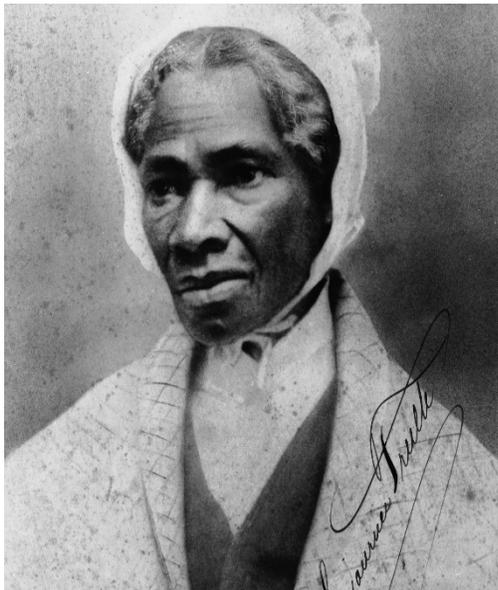
Com relação às questões epistemo-metodológicas, se destaca a contribuição do feminismo de ponto de vista. Em geral, a teoria do ponto de vista revela-se preocupada com as condições estruturais que moldam sistemas de diferenciação social que, a uma só vez, estruturam e são estruturados por questões materiais. Originalmente, essa abordagem baseia-se em dois pressupostos: “que todo o conhecimento é localizado e situado, e que um local, do ponto de vista das mulheres, é privilegiado porque fornece um ponto de vista que revela a verdade da realidade social” (Hekman, 1997, p. 349). Conforme Smith (1990), metodologias de ponto de vista buscam detalhar como as experiências da vida cotidiana de grupos marginalizados são atravessadas por práticas materiais e conceituais de poder.

Essa perspectiva abriu um amplo debate no campo dos estudos feministas, culminando em críticas e readaptações. Harding (1986) é uma das grandes fiadoras desse debate; a autora classificou a epistemologia do campo em três correntes: feminismo empirista, feminismo de ponto de vista e feminismo pós-moderno (Harding, 1986). Harding advoga que não há um único ponto de vista feminista, porém inclina-se claramente a favor do perspectivismo *standpoint*, apontando as contradições do objetivismo² empirista, bem como do relativismo³ de “identidades fraturadas” das pós-modernas (Harding, 1986, p. 28). Em geral, as feministas de ponto de vista consideram haver nos grupos marginalizados um saber epistêmico singular, capaz de revelar um tipo de conhecimento que as classes privilegiadas são inábeis para perceber:

Os grupos dominantes são especialmente mal equipados para identificar características opressivas de suas próprias crenças e práticas, como as metodologias de ponto de vista têm argumentado [...]. Suas atividades na vida cotidiana não lhes proporcionam os recursos intelectuais e políticos necessários para detectar tais valores e interesses em seu próprio trabalho (Harding e Norberg, 2005; 2010).

Como veremos a seguir, o feminismo de ponto de vista recebeu críticas bem fundamentadas vindas de teorias pós-coloniais. O feminismo negro americano e as feministas decoloniais passaram a questionar a ideia de universalização do gênero. Para as primeiras, surgiu a necessidade de criar uma epistemologia feminista negra, para mulheres negras (Collins, 2000). Para as decoloniais, a necessidade era de revelar experiências silenciadas a partir de uma matriz não eurocentrada (Lugones, 2008).

Feminismo negro e decolonial



Muito bem, crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Arei a terra, plantei, juntei a colheita nos celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! E não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Sojourner Truth (1851).

Essas foram as palavras de Sojourner Truth, na *Women's Rights Convention*, a primeira convenção sobre direitos das mulheres nos EUA, em 1851. A luta inicial de Truth e Maria Stewart, e mais tarde de Rosa Parks e Angela Davis, serve como importante antecedente do movimento que hoje se conhece por *black feminism*, uma proposta que inter-relaciona diferentes tipos de opressões – de raça, de classe e de gênero – no marco das sociedades pós-coloniais (Curiel, 2007). Uma das principais fiadoras contemporâneas desse movimento é Patricia Hill Collins (2000), para quem a epistemologia feminista negra compreende quatro aspectos

básicos: experiência vivida como critério de sentido; uso do diálogo no acesso a demandas de conhecimento; a ética do cuidado; e a ética da responsabilidade pessoal. Todo o pensamento de Hill Collins é embasado na história das mulheres afro-americanas que foram levadas para trabalhar em uma situação de opressão, ou seja, escravizadas:

Opressão descreve qualquer situação injusta onde, sistematicamente e durante um longo período de tempo, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade. Raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outros, constituem as principais formas de opressão nos Estados Unidos. No entanto, a convergência de raça, classe e opressão de gênero característica da escravidão nos EUA moldou todas as relações subsequentes que as mulheres de ascendência africana tinham dentro das famílias e comunidades negras americanas, com empregadores e entre si. Também criou o contexto político para o trabalho intelectual das mulheres negras (Collins, 2000, p. 4).

Esse panorama nos oferece uma ideia geral de como formas de opressão se cruzam por meio de “interseccionalidades” e como elas se organizam como uma “matriz de dominação” (Collins, 2000, p. 18). De acordo com Curiel (2014), da interseccionalidade e da matriz de dominação surgem duas proposições centrais do pensamento de Hill Collins: a primeira diz respeito à experiência localizada, ou seja, se a consciência feminina das mulheres negras surge da experiência vivida por cada uma delas nessas intersecções, logo são elas mesmas as mais aptas a investigar e a interpretar essas condições de opressão; por outro lado, se essa interpretação advém do entendimento de como a matriz de dominação atravessa suas vidas, significa dizer que a opressão sofrida dentro de cada marcador social – gênero, classe, raça etc – não são simplesmente categorias analíticas, mas sim realidades vividas: “Não se trata de descrever que são negras, são pobres e são mulheres; se trata de entender por que são negras, são pobres e são mulheres” (Curiel, 2014, p. 54).

Para o feminismo decolonial defendido por Curiel (2014), raça, classe e sexualidade não podem reduzir as mulheres terceiro-mundistas a simples categorias analíticas ou descritivas. Isso porque tanto raça quanto gênero têm formado parte da episteme colonial, ou seja, não são simples categorias diferentes, são diferenciações produzidas por sistemas de opressão. Esses sistemas constituem uma forma de conhecimento gerada a partir de uma posição hegemônica, mas que transmite saber a partir de uma posição de poder e dominação. Um exemplo

ocorre quando uma mulher branca do Norte estuda uma mulher racializada do Sul Global; tal prática geralmente constitui o que Mohanty (2008) chama de colonização discursiva ou o que Spivak (1999) chama de violência epistêmica. Curiel (2014) vai ainda mais longe ao provocar a necessidade de se fazer uma antropologia da dominação:

Fazer antropologia da dominação significa fazer etnografia do Norte e do Norte que existe no Sul, fazer etnografia de nossas práticas acadêmicas, metodológicas e pedagógicas que contêm a ideia de desenvolvimento, de uma solidariedade transnacional baseada em privilégios; Significa fazer uma etnografia das lógicas de cooperação internacional nas quais se está inserida, da lógica da intervenção social que fazemos, dos nossos próprios lugares de produção de conhecimento, das teorias que usamos e legitimamos e dos propósitos para as quais são feitas. Em outras palavras, devemos fazer etnografia de nossos lugares e posições de produção privilegiada (Curiel, 2014, p. 56).

O olhar que feministas pós-positivistas lançam sobre questões metodológicas, epistemológicas e ontológicas nos leva a repensar toda a cadeia de produção de conhecimento, ou seja, quem o produz, como se produz e onde esse conhecimento é gerado. Feministas decoloniais questionam o excepcionalismo e o triunfalismo da ciência ocidental. Em meio ao desafio imposto aos cânones tradicionais da produção de conhecimento, essas abordagens trazem para o centro do debate um ferramental importante para evitar dar vida a valores que oprimem. A interseccionalidade parece-me um caminho necessário para a produção de novos saberes ou mesmo para descortinar aqueles saberes sujeitados. Como argumenta Harding (2011, p. 9): “Os projetos feministas e pós-coloniais sempre terão que ser múltiplos e distintamente locais, se quiserem servir às histórias que escapam à supremacia masculina e à supremacia ocidental”.

Como justificar teórica e metodologicamente uma pluralidade que também dê limites? A pluralidade epistemológica se levanta contra as práticas científicas que reificam estruturas excludentes. A *raison d'être* desse pluralismo está em desvelar novos mundos possíveis, desde que sejam mundos inclusivos. A maneira por meio da qual algumas abordagens feministas fazem isso traz para o centro da prática científica uma série de pressupostos: adoção de relações mais horizontais, preocupações éticas, políticas responsáveis e maior engajamento com vistas à transformação social (Azkue et al., 2016). Acredito que questões como ética e

responsabilidade política são por si só categorias que ajudam na definição dos limites dessa pluralidade. Esses limites, contudo, não podem ficar à mercê da validação paternalista do positivismo que se pretende verdadeiramente científico.

Podemos aprofundar essa discussão e perguntar se há perigo na ampla tolerância epistemológica. Particularmente, penso que a ciência, quando utilizada a favor da geração de múltiplos saberes, nos ajuda a desmascarar o mundo de intolerância, historicamente construído a partir das noções de objetividade e neutralidade que informam o cientificismo ortodoxo. Essas práticas são contrárias à tolerância; funcionam a partir de hierarquias rígidas; separam, dividem, rejeitam, proíbem. Epistemologias inovadoras incomodam, sobretudo porque descortinam as práticas e crenças científicas que deram origem à expansão colonial. O que dizer, por exemplo, sobre o controle de corpos? Como não associar as opressões da atualidade à criação de representações de corpos femininos negros e brancos do período colonial? Como Viveros (2008, p. 172) argumenta: “o racismo e o sexismo compartilham uma mesma propensão a naturalizar a diferença e a desigualdade social”. Em outras palavras, foi por não tolerar outros saberes que a ciência do colonialismo ocidental associou – naturalmente – corpos femininos brancos à pureza e santidade e corpos femininos negros à maldade, à bruxaria e à selvageria sexual.

Concluo, portanto, posicionando-me a favor do pluralismo científico. Isso porque, como Feyerabend, prefiro conservar-me aberto ao desconhecido, sem restringir de antemão os saberes que estão por surgir. Isso não significa dizer que não prezo por critérios que possam servir para avaliar a prática científica. Pelo contrário, acredito que se a ética e a responsabilidade social pavimentarem o caminho da produção do conhecimento, tanto os critérios dessa prática quanto os limites dela surgirão como respostas a serem interpretadas. Cabe a nós, pesquisadoras e pesquisadores, atentarmos a esses sinais; cabe a nós controlarmos a ambição e o ego, interromper nossas práticas quando elas derem vida a novas opressões. Por fim, acredito que, na prática científica, nós, narradores, não devemos ser maiores que as próprias histórias que narramos.

-
- 1 Shira Tarrant (2006) critica a narrativa cartesiana muitas vezes adotada pela historiografia feminista. Para a autora, essas ondas baseiam-se em fatos ocorridos exclusivamente no Norte-Global, sem referências ao que ocorreu em outras partes do mundo.

- 2 Harding (1991: 142) defende uma “*strong objectivity*”, que reconhece a localização social de todo conhecimento, mas que esse exige “uma avaliação crítica para determinar quais situações sociais tendem a gerar as afirmações de conhecimento mais objetivas”.
- 3 Harding (1991: 142) afirma que “As epistemologias do ponto de vista exigem o reconhecimento de um relativismo histórico ou sociológico ou cultural – mas não de um relativismo crítico ou epistemológico.

Referências bibliográficas

- ACKERLY, B.A.; STERN, M.; TRUE, J. (Eds.). *Feminist methodologies for international relations*. Cambridge University Press, 2006.
- ARADAU, C.; HUYSMANS, J. Critical methods in International Relations: The politics of techniques, devices and acts. *European Journal of International Relations*, v. 20, nº. 3, 2014.
- AZKUE, I.M.; LUXÁN, M.; LEGARRETA, M.; GUZMÁN, G.; ZIRION, I.; CARBALLO, J. A. (Eds.). *Otras Formas de (Re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Bilbao: UPV/EHU, p. 47-60, 2014.
- BIGLIA, Bárbara. Avances, dilemas y retos de las epistemologías feministas en la investigación social. In: AZKUE, I.M.; LUXÁN, M.; LEGARRETA, M.; GUZMÁN, G.; ZIRION, I.; CARBALLO, J.A. (Eds.). *Otras Formas de (Re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Bilbao: UPV/EHU, p. 21-44, 2014.
- BONNELL, V.E; HUNT, L. *Beyond the cultural turn: New directions in the study of society and culture*. Univ. of California Press, 1999.
- CHIMAMANDA, A. *O perigo da história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- COHN, C. Sex and death in the rational world of defense intellectuals. *Signs: Journal of women in culture and society*, v. 12, nº. 4, p. 687-718, 1987.
- COLLINS, P.H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.
- CURIEL, O. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas (Col.)*, nº. 26, p. 92-101, 2007.
- CURIEL, O. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: AZKUE, I.M.; LUXÁN, M.; LEGARRETA, M.; GUZMÁN, G.; ZIRION, I.; CARBALLO, J.A. (Eds.). *Otras Formas de (Re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Bilbao: UPV/EHU, p. 47-60, 2014.
- ELSHTAIN, J.B. *Women and War*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- ENLOE, C. Margins, silences and bottom rungs: How to overcome the underestimation of power in the study of international relations. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. *International theory: Positivism and beyond*. Cambridge University Press, p. 186-202, 1996.

- ENLOE, C. *Bananas, beaches and bases*. Londres: Pandora Press, 2014.
- FEYERABEND, P.K. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FOUCAULT, M. *Language, counter-memory, practice: Selected essays and interviews*. Cornell University Press, 1977.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GEERTZ, C. *The interpretation of cultures*. Basic books, 1973.
- HARDING, S.G. *The science question in feminism*. Cornell University Press, 1986.
- HARDING, S. *Whose science? Whose knowledge?: Thinking from women's lives*. New York. Cornell University Press, 1991.
- HARDING, S.; NORBERG, K. New Feminist Approaches to Social Science Methodologies: An Introduction. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 30, nº. 4, 2005.
- HARDING, S. (Ed.). *The postcolonial science and technology studies reader*. Duke University Press, 2011.
- HEKMAN, S. Truth and method: Feminist standpoint theory revisited. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 22, nº. 2, p. 341-365, 1997.
- LAÏDI, Z. The delocalisation of meaning. In: MANDAVILLE, P.; WILLIAMS, A. *Meaning and international relations*. Routledge, p. 38-50, 2003.
- LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula rasa*, nº. 9, p. 73-101, 2008.
- MANDLER, P. The problem with cultural history. *Cultural and Social History*, v.1, nº. 1, p. 94-117, 2004.
- MOHANTY, C. Bajo los ojos de Occidente. Academia feminista y discursos coloniales. In: SUÁREZ, L.; HERNÁNDEZ, R.A. (Eds.). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra, p. 112-161, 2008.
- NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- RABINOW, P.; SULLIVAN, W.M. (Eds.). *Interpretive Social Science. A Reader*. Berkeley: University of California Press, 1979.
- RODRIGUES, T.; KALIL FILHO, M. Discursos, Verdade e Linguagem: indicações metodológicas para as RI. In: ROCHA DE SIQUEIRA, I.; MAGALHÃES, B.; CASTELO-BRANCO, T.; GRANDA, S. *Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2018.
- RORTY, R. Dúvidas para os pensadores do próximo milênio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, v. 3, p. 7, 1996.
- RORTY, R.; WILLIAMS, M. *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton University Press, 2009.

- SHERRATT, Y. *Continental Philosophy of Social Science. Hermeneutics, Genealogy and Critical Theory from Ancient Greece to the Twenty-First Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- SYLVESTER, C. Empathetic cooperation: a feminist method for IR. *Millennium*, v. 23, nº. 2, p. 315-334, 1994.
- SMITH, D.E. *The conceptual practices of power: A feminist sociology of knowledge*. University of Toronto Press, 1990.
- SPIVAK, G. *Can the subaltern speak?*. Harvard University Press, 1999.
- TARRANT, S. *When sex became gender*. Routledge, 2006.
- TICKNER, J.A. *Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security*. Columbia University Press, 1992.
- TICKNER, J.A. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. *International Studies Quarterly*, v. 41, nº. 4, p. 611-632, 1997.
- TICKNER, J.A. Feminism meets International Relations: some methodological issues. In: ACKERLY, B.A.; STERN, M.; TRUE, J. (Ed.). *Feminist methodologies for international relations*. Cambridge University Press, p. 19-41, 2006.
- TICKNER, J.A.; SJOBERG, L. (Ed.). *Feminism and International Relations: Conversations about the past, present and future*. Routledge, 2013.
- VIVEROS, M. La sexualización de la raza y la racialización del sexo en el contexto latinoamericano actual. In: CAREAGA, G. (Org.). *La sexualidad frente a la sociedad*. México, D.F., 2008.
- WAEVER, O. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, S. et al. (Ed.). *International theory: positivism and beyond*. Cambridge University Press, p. 149-185, 1996.
- YOUNGS, Gillian. Feminist International Relations: a contradiction in terms? Or: why women and gender are essential to understanding the world 'we' live in. *International affairs*, v. 80, nº. 1, p. 75-87, 2004.

Capítulo 6

Um ensaio impossível

Nycolas Candido da Silva Lau

Este é um ensaio acadêmico sobre a impossibilidade de se escreverem ensaios acadêmicos. Sobre a sensação de que a produção de conhecimento pode colaborar com e se valer de princípios plurais e democráticos ao mesmo tempo em que segue aprisionada por todos os lados pelo padrão de ciência-una. Para explorar maneiras com que essa sensação me atravessa, este texto rodeia algumas questões histórico-metodológicas atreladas a dilemas do fazer científico. Neste exercício, encontro de modo desencontrado a Ansiedade Cartesiana, um conceito do filósofo norte-americano Richard J. Bernstein, que acredito ser capaz de questionar e simbolizar, simultaneamente, as violências envolvidas na padronização do saber. Tal encontro motiva a igual necessidade de, por vezes, criar alternativas e, por vezes, apropriar-se dos traços marcantes da ciência moderna. Assim, na esteira de reflexões feministas e pós-coloniais, proponho que se engajar e/ou romper com os moldes ocidentais é um mecanismo interessante para pluralizar o conhecimento, assim como para possibilitar a escrita deste ensaio impossível.

Violência

A Universidade não foi feita para mim. Eu sou um homem negro, morador de periferia e habitante do Brasil, uma ex-colônia onde meus ancestrais foram escravizados. Minha avó, com quem eu convivi, foi escrava. Trabalhou durante toda a infância na casa de uma família que em troca a levaria para a escola, o que nunca ocorreu. Para nós, herdeiros das violências coloniais, a Universidade foi constituída como marca do extermínio de nossas experiências em nome da civilização ocidental, “o sinal de que uma colônia e seus habitantes haviam ‘crescido’”¹ (Smith, 1999, p. 65, tradução própria). A Academia representou, neste processo, o ponto mais alto da hierarquia pedagógica, o lugar em que elites coloniais eram formadas e do qual partia o conhecimento que devia ser difundido acriticamente nas escolas. Assim, crenças e clichês sobre o Oriente foram validadas pelos critérios positivistas como ciência, como uma benesse do Ocidente que devia ser recebida com gratidão pelos povos colonizados (Smith, 1999, p. 63-64).

Apesar dessa visão unilateral, muitas das disciplinas acadêmicas que hoje conhecemos dependeram de artefatos, saberes e técnicas produzidos nas colônias, em variadas relações de troca, negociação, roubo, apropriação e reapropriação (Smith, 1999, p. 65; Schiebinger, 2011). Contudo, a história das colônias é tradicionalmente contada do ponto de vista dos colonizadores, em que a participação ativa de povos colonizados é um enorme ponto cego. Tal invisibilização segue reproduzida na própria organização disciplinar do aprendizado, predominante nas Universidades, ao pressupor que o pensamento pode ser dividido em fronteiras dentro das quais cada área de ensino cresce independentemente das outras, mantendo sua “pureza”, sua “essência”. Além das violências envolvidas no uso ocidental do conceito de essência (Smith, 1999, p. 72-74), esse modelo isola as disciplinas em seus próprios métodos, orientações éticas e ontologias, possibilitando que as comunidades acadêmicas se desviem de críticas e epistemologias que estejam do lado de “fora” da fronteira disciplinar (Smith, 1999, p. 65-68). Nestes termos, qual é o espaço aberto para que outras histórias sejam contadas, além daquelas produzidas pelos perpetradores da dominação colonial? Por onde reconhecer a participação de povos colonizados na produção ocidental e não ocidental de conhecimento se o pensamento acadêmico segue organizado em ilhas herméticas? É importante ressaltar que, apesar de importantes avanços na discussão sobre interdisciplinaridade, o sistema escolar do Brasil continua majoritariamente baseado na mesma divisão estrita de disciplinas que predomina na Academia. Neste sentido, não só a Universidade, mas a educação brasileira é, em grande parte, vedada a narrativas não brancas e não ocidentais pelo modelo disciplinar.

Assim, a Universidade e os sistemas vigentes de educação integram um arquivo cultural ocidental baseado na imaginação de sua própria exclusividade e superioridade (Smith, 1999, p. 42). Conforme aponta Harding (2011, p. 3 e 9), existe um “subdesenvolvimento epistemológico” que, em trajetões coloniais e imperialistas, consolidou a ideia de que o pensamento produzido pelo Ocidente é intocado pelo curso da história e pela diversidade de relações sociais. A construção desta ciência-una é a que pretende ser confrontada em estudos feministas e pós-coloniais, atentando para a multiplicidade de conhecimentos e experiências que é recortada e marginalizada no processo. É compreender, em outras palavras, que não existe apenas “A Universidade”, detentora do saber legítimo, ou a disciplina detentora de um saber específico, mas sim uma ecologia de saberes que precisa ser reconhecida e valorizada (Souza e Oliveira, 2018, p. 62-63).

Ocorre que, ainda assim, eu e diversas pessoas não ocidentais somos parte d'A Universidade, desta com "A" maiúsculo. Vivemos, trocamos, pesquisamos, sonhamos, trabalhamos, sustentamos a nós e nossas famílias neste lugar que não nos deseja. Parte crucial da proposta pós-colonial é "reconhecer a diversidade inesgotável de produções de conhecimento heterogêneas, para além daquela que é legitimada pelo racionalismo científico" (Souza e Oliveira, 2018, p. 62). E, de fato, nós realizamos uma série de atividades produtoras de saber, como música, religião, manifestação, troca de ideia no bar da esquina, danças, lutas e pensamentos que independem dos padrões acadêmicos estabelecidos. Todavia, também disputamos espaço dentro destes padrões, incentivando sua democratização através de nossas múltiplas formas de ser. Isto é importante, pois, mesmo vivências que estão para além da Universidade, não deixam de ser alcançadas por ela. Há, por exemplo, o constante surgimento de trabalhos que avançam os portões da Academia com o olhar do "viajante ou explorador' [...], que sempre busca nos estudar para entender seu mundo ou descobrir um mundo exótico, produto do engano de sua própria imaginação"² (Intzín, 2007, p. 183, tradução própria). Portanto, ainda que distantes ou distanciados da tradição ocidental, corremos o risco de ser encapsulados pela sua ciência, em que tentam nos manipular como mero objeto de estudo. Por isso, a relevância de desafiar esta objetificação e "emitir nosso ponto de vista" (Intzín, 2007, p. 183). Logo, por mais que a Universidade não me queira, eu preciso escrever este ensaio. É necessário fazê-lo para que o conhecimento que eu e pessoas como eu produzimos seja considerado igualmente válido e, simultaneamente, para desestabilizar o Ocidente como possuidor único dos critérios de validação.

Porém, nesta necessidade de escrever, eu mesmo incorro em certas manipulações. Necessito recortar ideias e experiências diversas imbricadas em mim para encaixarem em um tamanho adequado de páginas; preciso forjar uma associação sequencial entre elas para criar nexos e coesão; devo formulá-las em uma linguagem reconhecível pelo universo acadêmico; tenho de categorizá-las em blocos de pensamento que tornem o texto divisível em partes; preciso, ainda, conectar minhas reflexões com ideias e experiências imbricadas em outras pessoas e que serão, por sua vez, igualmente recortadas, sequenciadas e categorizadas para formarem as referências do texto; e este último processo, por sua vez, inclui, na maioria dos casos, a tradução de termos para o português, o que, inevitavelmente, altera grande parte dos significados produzidos pelas autoras e autores referenciados. Em uma linguagem bourdieusiana, estes podem ser considerados alguns

dos capitais simbólicos que pago para me engajar no jogo acadêmico (Bourdieu, 1998, p. 85-90). Vimos, porém, que as exigências deste jogo, por vezes disfarçadas de simples procedimentos técnicos, implicam “concepções metodológicas, perspectivas ontológicas, responsabilidades éticas, e escolhas de método”³ (Ackerly, Stern e True, 2006, p. 6) que definiram e foram definidas pelo colonialismo. Nesta lógica, escrever um ensaio acadêmico é correr o risco permanente de enquadrar e ser enquadrado pelos muros levantados por e para violências coloniais.

Até aqui, já pressupus, por exemplo, que reflexões metodológicas feministas, como as de Ackerly, Stern, True e Harding, e indígenas, como as de Smith e Itzín, podem ser enquadradas no modelo de um ensaio acadêmico para traduzir a experiência que eu, homem, cuja descendência indígena existe, mas nunca foi sequer revisitada, tenho com a Universidade. Isto não quer dizer que não compartilho com estas mulheres traços cruciais de existência, principalmente no que corresponde às imbricações entre gênero e colonização articuladas no fazer científico (Harding, 2011, p. 12-13). Minha reflexão, todavia, é que se a escrita pela qual me aproximo delas está enquadrada nos moldes de uma ciência colonialista, como garantir que esta aproximação não é violenta? Afinal, “mesmo aqueles que pensam estar familiarizados podem reproduzir estereótipos”⁴ (Collins, 2000, p. 254).

Esta é a situação em que me encontro. A Universidade não foi feita para mim e, ainda assim, parece-me inescapável. Preciso escrever este ensaio, mas é impossível fazê-lo sem sofrer e/ou causar violência. A sensação é de estar entre dois mundos, dentro e fora do formato acadêmico, e nenhum deles ser um guia confortável para conduzir meu pensamento. Resta apenas o tormento da incerteza. Torna ainda mais aterrorizante imaginar que a filosofia de Descartes, pilar da ciência ocidental moderna, tenha tratado de uma situação semelhante.

Ansiedade

Ansiedade Cartesiana é o termo cunhado por Bernstein para descrever o tipo de dilema epistemológico que persegue a ciência moderna. O autor explica que este conceito não é inaugurado por Descartes nem aceito por todos/as os/as pensadores/as depois dele, mas um construto útil para entender como o exercício filosófico cartesiano predomina na produção de conhecimento. Em *Meditations*, descreve Bernstein, Descartes mergulha em uma “jornada da alma” que se inicia quando o ser humano não se sente mais assegurado pelas decisões de um ser superior. Sem a solidez da certeza absoluta, a sensação seria a de cair em águas profundas e não ser capaz nem de fixar os pés na areia, nem de nadar até a superfície

(Bernstein, 1983, p. 16). Assim, a ausência da decisão divina torna a intelectualidade e a existência experiências de angústia e caos:

With a chilling clarity Descartes leads us with an apparent and ineluctable necessity to a grand and seductive Either/Or. Either there is some support for our being, a fixed foundation for our knowledge, or we cannot escape the forces of darkness that envelop us with madness, with intellectual and moral chaos. (Bernstein, 1983, p. 17).

Bernstein parece ter razão sobre o caráter sedutor do “ou” cartesiano. A necessidade de se afirmar entre ou o caos ou a certeza aparece como traço contínuo da ciência moderna. Seja através da firmeza empírica dos fatos, como para os verificacionistas do Ciclo de Viena, seja em requisitos universais de racionalidade, como para Kant, a filosofia ocidental se concentrou fortemente na busca por um ponto fixo que nos resgatasse da Ansiedade Cartesiana e tornasse o conhecimento, finalmente, estável (Jackson, 2011, p. 48-50).

A saída do próprio Descartes é a certeza de sua existência como ser pensante. Ele entende que, ainda que pudesse ser iludido pelas sensações físicas do contato com o mundo, seria necessário haver algum processo mental acontecendo nele que tornasse possível tal ilusão. Vê-se, portanto, que a filosofia cartesiana reproduz uma ontologia que divide mente e mundo: há uma entidade pessoalizada que pensa e outra externa, e possivelmente enganadora, que é objeto deste pensamento (Jackson, 2011, p. 46-47). Logo, ao se mostrar seduzida pelo “ou” de Descartes, a filosofia moderna segue consolidando esta visão dualista como a única possibilidade da ciência. Temos, assim, parte fundamental do processo que legitima, na base da produção ocidental de conhecimento, a manipulação do “eu”, sujeito do saber, sob os “outros” cuja existência representa, inclusive, uma ameaça à racionalidade.

Como bem explora Franco (2019), uma das formas de manutenção desta lógica dualista está na ainda vigente imaginação moderna do pesquisador/a ideal: um/a profissional fechada em seu gabinete que corta laços, se isola da “balbúrdia externa” e dedica toda sua força vital e sua estabilidade financeira à ciência. Sustenta-se, assim, “uma concepção moderna de conhecimento científico que pressupõe o pesquisador como uma entidade incorpórea – um *cogito* – diante do mundo das coisas a serem explicadas” (Franco, 2019, p. 20). Na distribuição de práticas acadêmicas que precisam ser sempre pragmáticas e produtivas, o “eu” que pesquisa é idealmente separado do mundo pesquisado por um cotidiano social, política e economicamente asséptico. Em termos da constituição colonialista da Universidade, é como se o

isolamento disciplinar do conhecimento fosse corporificado no isolamento social do/a pesquisador/a. E o resultado deste processo, como Franco explora e busca reverter em seu artigo, é o sofrimento de quem habita a Universidade.

Não por acaso, o tormento da incerteza é o que me persegue na escrita deste ensaio. Em um registro moderno, fundamentado na dualidade cartesiana, produzir conhecimento é um privilégio da racionalidade resguardada pelo Ocidente, da qual eu sou o “outro” excluído e, de preferência, controlável. Além disso, sob esta perspectiva, ser acadêmico é me isolar no gabinete – ou com meu computador em alguma sala – e negar o mundo que me constitui: minha negritude, meu bairro, a história colonial do meu país e a história das pessoas escravizadas das quais sou descendente. Como escrever este ensaio se a condição para fazê-lo é negar e subordinar a minha própria existência? Desta forma, o convite de Bernstein (1983, p. 18) para que exorcizemos a Ansiedade Cartesiana é muito bem-vindo. Talvez seja a única forma de romper com as lógicas de exclusão e controle ocidentais que marcam as práticas pedagógicas nas escolas e universidades e, de quebra, tornar este ensaio possível. No entanto, causar tal ruptura não é uma tarefa fácil.

A perspectiva popperiana, por exemplo, propõe que, ao invés da busca por verdades inquestionáveis, o exercício intelectual seja validado por seus critérios de falseabilidade. Assim, o que não corre o risco de ser considerado falso também não pode ser visto como ciência (Popper, 1959). Neste sentido, Popper parece distanciar a produção de conhecimento da necessidade de absoluta certeza, que é traço da Ansiedade Cartesiana. Todavia, a falseabilidade aparece aqui como constatação de uma verdade segura, mesmo que temporariamente. Popper ainda mantém, como centro da teorização, a procura por aparatos de validação da ciência, capazes de conceder a robustez que a diferenciaria de outras formas de saber. No debate científico, o principal desafio à metodologia de Popper é o chamado “problema Duhem-Quine”, em linhas gerais, o argumento de que os critérios de falseabilidade podem eles mesmos serem criações mentais potencialmente incompatíveis com a realidade e, portanto, falseáveis (Ladyman, 2012, p. 84-85). O debate segue retornando, desta forma, a uma escolha inescapável entre a possibilidade de uma ciência sólida ou o risco do eterno questionamento; e continuam tendo como palco a dualidade mente-mundo/realidade.

Se pensarmos, de modo geral, no exercício crítico, ou seja, no esforço em traçar e desafiar os limites científicos consolidados, ainda assim encontraremos sintomas da ansiedade moderna. No campo das Relações Internacionais (RI), por exemplo, Hutchings (2001) aponta que este exercício foi tomado por um debate

entre teóricos/as críticos/as e pós-modernos/as: os/as primeiros/as, vendo a crítica como mecanismo para encontrar valores emancipatórios imanentes à história, os/as últimos/as, alegando que a condição da crítica é justamente a ausência de princípios éticos seguros, visto que a fixação destes corrobora práticas de exclusão baseadas em conceitos de certo ou errado. Para Hutchings, esta contenda retoma uma indagação kantiana: como a crítica é possível se as condições para realizá-la estão sempre à beira de uma autoridade de julgamento que precisa, ela mesma, ser questionada? (Hutchings, 2001, p. 86). Como sugere Jackson (2011, p. 49), o pensamento de Kant, por sua vez, se engaja com a Ansiedade Cartesiana, pois, em última instância, apela para a existência de precondições cognitivas na tentativa de aliviar a inviabilidade do conhecimento certo quando as condições para tal parecem torná-lo sempre questionável. Assim, a discussão sobre a possibilidade da crítica nas RI se concentra em uma batalha invencível entre fixar o conhecimento em parâmetros emancipatórios ou relegá-lo ao universo da incerteza. Novamente, voltamos ao “ou” sedutor de Descartes.

Em razão disto, Hutchings acredita que devemos deixar essa batalha de lado, assumir que a impossibilidade de resolvê-la é parte do exercício crítico, e seguir em frente. Para a autora, isto significa avançar de forma pragmática, delineando bem os alvos e consequências de cada análise: “uma crítica dos quadros teóricos e metodologias ortodoxas, de um lado, e de outro uma clara indicação dos benefícios e custos de ir além desses quadros em contextos específicos”⁵ (Hutchings, 2001, p. 87). Apesar de desenvolver a “capacidade de constante autorreflexão teórica” (idem), acredito que esta postura reduz de forma problemática o escopo do que pode ser questionado. Ela tenta estabilizar um certo conjunto de teorias e metodologias que definiriam a chamada “ortodoxia” – no caso de Hutchings, os paradigmas do realismo (Hutchings, 2001, p. 88-90) –, e posicionar nele o limite de até onde a crítica seria aceitável. Este movimento não parece, então, nos retirar do problema, apenas fixa uma nova fronteira onde é preciso optar ou pela crítica segura, ou pela que gera instabilidade.

Dentre estes entraves, talvez a melhor resposta seja se desapegar da necessidade de encontrar uma resposta. Em abordagens feministas e pós-coloniais, a iniciativa de desafiar o mito ocidental da ciência-una e de reconhecer formas plurais de saber, indica ser necessário abrir mão de considerar qualquer destas formas um porto-seguro cognitivo gerador de certezas. Nesta linha, Harding constrói o conceito de estudos situados (*standpoints approaches*), largamente usado em abordagens feministas e pós-coloniais, referindo-se a projetos que pensam instituições,

práticas e estruturas de dominação de modo localizado nas experiências dos grupos por elas afetados. Através dessa concepção, há espaço para “reconhecer o positivo valor político e científico do conhecimento local, sem cair em alegações de sua validade universal, absoluta e de sua aplicabilidade e legitimidade apenas por padrões locais”⁶ (Harding, 2011, p. 19- 21). Como sugerem Ackerly, Stern e True (2006, p. 2), sobre a descrição de metodologias feministas em RI, podemos apenas apreciar a ironia de tentar conhecer formas de teorizar que recusam ser definidas, sem procurar capturá-las em nossas próprias teorizações.

Um elemento metodológico central neste aspecto é a reflexividade. Impulsionada sobretudo nas metodologias feministas, a reflexividade indica o esforço da pesquisadora/or em reinterrogar constantemente seu próprio arcabouço intelectual. Tal processo tem colaborado não apenas com a autorreflexão das pesquisas, mas com apropriações criativas de metodologias tradicionais, ressignificando seus fundamentos e conceituações (Ackerly, Stern e True, 2006, p. 4). Destarte, a reflexividade encoraja que a ciência se reinvente, motivando a contínua reabertura de espaços comumente herméticos, o que provoca pensamentos mais permeáveis a diferentes formas de ser e conhecer. Por este processo, a ciência pode se tornar mais vulnerável às evocações feitas por grupos marginalizados sobre a legitimidade de seu conhecimento (Harding, 2011, p. 20).

Nada disso significa, porém, que uma pesquisa reflexiva esteja livre de problemas. Algumas teorias feministas e pós-humanistas têm argumentado que, na maior parte dos estudos científicos, a escrita reflexiva acrescenta fatores como gênero, raça e etnicidade, mas como elementos pré-moldados, sem dar conta dos processos pelos quais estas categorias são também formadas e transformadas durante o fazer científico. Além disso, a reflexividade tem sido criticada pelo seu representacionismo, isto é, pela crença de que a pesquisadora/or pode representar certa realidade social ou natural em sua escrita, sem ter nenhum efeito sobre o “objeto” representado. Para responder a estes problemas, algumas autoras têm sugerido uma metodologia difrativa, isto é, uma prática crítica baseada no compromisso de entender a pesquisa como participação em diferentes configurações de mundo, em vez de simplesmente refletir na pesquisa uma realidade pré-configurada (Barad, 2007, p. 87-91).

Este tipo de debate sinaliza, ao meu ver, que, mesmo embarcando em perspectivas feministas e pós-coloniais, dificilmente encontraremos uma saída definitiva para a Ansiedade Cartesiana. As querelas continuam e os conceitos seguem desafiados, mesmo por pessoas orientadas por um esforço similar de pluralização

da ciência. Não há como nos colocarmos em algum tipo de fronteira da crítica à ciência moderna que, finalmente, não precisa ou não pode mais ser questionada. Neste sentido, é necessário destacar que pós-colonialismo e feminismo desafiam a indubitabilidade como condição do conhecimento na medida em que questionam a ontologia cartesiana de uma “mente” que triunfa sobre um “mundo”. Todavia, considerar estas perspectivas como o fôlego intelectual que nos livrará do afogamento de Descartes pressupõe que a pluralidade, o conhecimento situado e a reflexividade, ou mesmo a difração, sejam estabilizados como nossos novos salvavidas científicos. Isto é arriscado, pois, ao conceber que existem formas múltiplas de conhecimento, é necessário observar que nem todas elas estarão em sintonia com os holofotes que usarmos para lançar-lhes luz. Assim, na intenção de reconhecê-las, corremos o risco de ofuscá-las.

Harding (2011, p. 20-21) alerta, por exemplo, para o fato de que desenvolver um estudo situado que privilegie o lugar das mulheres pode ser um problema em sociedades com concepções não hierárquicas de sexo e gênero. A autora também ressalta que devemos resistir à tentação de enquadrar as ciências pós-coloniais no mesmo jogo ocidental entre a certeza absoluta ou a total relatividade. Não pretendo retornar a este duelo e ser seduzido, mais uma vez, pelo “ou” cartesiano. Mas sugiro que é impossível romper de vez com as lógicas que o fomentam, assim como é impossível romper de vez com a Universidade. Mais que isso, tal rompimento não é nem mesmo desejável. As metodologias pós-coloniais, como também demonstra Harding (2011, p. 10), confrontam, e não apenas se desamarram da ideia de modernidade. É neste sentido que acredito haver uma aflição predominante na ciência moderna que segue perpassando, mesmo que de modos distintos, o falsificacionismo de Popper e as teorias críticas e pós-modernas, e que não cessa na pluralização do conhecimento perpetrada por abordagens feministas pós-coloniais. Neste ímpeto de democratizar a ciência, mantém-se o risco de valorizar os princípios da iniciativa sobre as especificidades de alguma(s) das variadas formas de ser, sentir, pensar (Itzín, 2007, p. 183-184). Sendo assim, o reconhecimento de uma ecologia de saberes é desestabilizado por suas próprias condições de possibilidade.

Mais uma vez, a crítica é ameaçada pelas mesmas condições que tornam possível realizá-la. Mesmo encontrando as reflexões pós-coloniais e feministas, sinto-me entre dois mundos, dentro e fora da ciência-uma ocidental, e nenhum deles parece completamente confortável. Não há terra fixa, nem superfície segura. Apenas a sensação de que a “Ansiedade Cartesiana continua a nos assombrar”⁷ (Bernstein, 1983, p. 17-19).

Fresta

Como contei anteriormente, minha avó, Sebastiana Candido, mais conhecida como dona Tânia, foi impedida de ir à escola por pessoas que a escravizaram. Mas ela, ainda assim, estudou. Segundo minha mãe, ela se escondia perto do quarto da filha da patroa enquanto as duas passavam a lição. Então, minha avó se escorava próxima a uma frestinha na porta, e as escutava realizar a tarefa. Quando terminavam, a pequena Tânia entrava de mansinho no quarto, pegava um papel de pão e um lápis, e copiava tudo o que conseguia do caderno da menina. Foi assim que ela se alfabetizou. Este movimento arriscado da minha avó a ajudou a se familiarizar com o sentido do aprendizado, o que fez questão de passar para suas filhas, dentre elas, minha mãe. Esta, por sua vez, sempre se preocupou em investir na minha educação e na da minha irmã, incentivo ao qual devo muito das condições de hoje poder cursar o Mestrado em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), espaço de onde escrevo sobre não conseguir escrever este ensaio.

Não pretendo com este relato justificar nas minhas conquistas acadêmicas as agressões raciais sofridas pela minha avó. As duas coisas não são consequência direta uma da outra, e seria muito melhor, obviamente, que dona Tânia não tivesse vivido nenhuma dessas dores. Quero apenas demonstrar que neste ensaio estão imbricadas trajetórias, como a dela, de uma dolorosa busca por frestas na porta. Enxergo-me atrelado a pessoas pretas, e especialmente mulheres pretas, que produzem lugares delicados de (re-)existência, onde a educação nos liberta, ao mesmo tempo em que participa do nosso aprisionamento. Como explica Hill Collins:

African-American women acting as agents of knowledge faced a complex situation. In order to refute the history of Black women's unsuitability for science, they had to invoke the tools of sociology by using positivistic frameworks to demonstrate their capability as scientists. However, they simultaneously needed to challenge the same structure that granted them legitimacy. Their responses to this dilemma reflect the strategic use of the tools of positivism when needed, coupled with overt challenges to positivism when that seemed feasible (Collins, 2000, p. 256).

Nota-se que a invocação do positivismo destacada por Collins não significa um meio-termo entre a ciência tradicional e as metodologias do feminismo negro. Não há aqui uma delimitação dos parâmetros mínimos que tornam esta uma

relação confortável para ambos os lados. De modo semelhante, ainda que não igual, não houve uma mediação serena entre minha avó e a família que sequestrara sua infância, assim como não enxergo um caminho seguro entre o modelo ocidental e formas plurais de ciência. A provocação pós-colonial e feminista nestes casos está em sustentar esta “situação complexa” em que padrão e resistência não se respeitam nem se destituem completamente. Onde encontramos uma pequena fresta, sempre insegura, sempre imperfeita, mas produtora de possibilidade (Harding, 2011, p. 9).

Localizando-me neste lugar inseguro, ao contrário do chamado de Bernstein, sugiro mantermos – também – a Ansiedade Cartesiana e o que ela simboliza da ciência moderna. Afinal, vimos que no debate metodológico, este conceito-sentimento é capaz de continuamente colocar as ortodoxias de pensamento contra seus próprios parâmetros, construindo caminhos importantes, tanto de reflexividade, quanto de difração. Também indicamos que a autorreflexão pode ser um mecanismo central no desafio ao mito ocidental da ciência-una e às violências que sua ontologia dualista sustenta. Considerando que este dualismo é base da Ansiedade Cartesiana, no mesmo processo de mantê-la, desponta a importância de desafiá-la. Tanto romper quanto se engajar a Descartes e aos vícios da ciência moderna se fazem igualmente necessários. Se o “ou” tem nos atraído historicamente a escolher apenas uma destas opções, talvez uni-lo a um “e” seja um caminho interessante, isto é, sustentar a angustiante posição de aceitar e/ou desafiar o modelo de saber ocidental.

Este tipo de entendimento não é novo, ao contrário, já tem sido explorado de diversas e iluminadoras formas por perspectivas *queer* de conhecimento. Neste sentido, minha compreensão conversa com o que Weber (2016) chama de uma “lógica *queer*”. Orientada pela pluralidade do “e/ou” (*and/or*), a lógica *queer* desafia o “ou/ou” (*either/or*) binário pelo qual tradicionalmente se constituem respostas para as ansiedades da modernidade. É importante, porém, não confundir teoria *queer* com todo e qualquer esforço intelectual que se pretende plural ou não-binário. Como bem explica Weber (2016, p. 16): “*I cannot claim to be doing queer work if I have no genuine interest in those who refuse/fail to signify monolithically in terms of sexes, genders, and sexualities*”. Ao longo deste ensaio, não apresentei nenhum interesse específico em significações não monolíticas de sexo, gênero ou sexualidade – diria, inclusive, que tive uma compreensão bastante binária destas questões. Isto não significa que as reflexões aqui sugeridas não possam contribuir com debates em estudos *queer*, assim como os estudos *queer* contribuem

significativamente com as ideias deste ensaio. Procuo apenas elucidar que, apesar de mobilizar a noção de “e/ou”, a reflexão a seguir não deve ser considerada teoria *queer*, ao menos nos termos de Weber, com os quais eu concordo; mas uma proposição feita em intenso diálogo e com grande inspiração nesta perspectiva.

Eis a fresta que encontrei até aqui: de um lado, nós do não ocidente entramos nas salas de aprendizado que nos são vedadas, apropriamo-nos das metodologias e contaminamos o padrão de conhecimento vigente. De outro, vivemos de maneiras particulares, potencialmente agredidas quando tentam ser capturadas pelos arquétipos ocidentais. Juntamente a isto, realizamos ambos os processos de modo simultâneo: desestabilizamos *e* nos agregamos aos modelos de pensar consolidados, pois, na medida em que nossas vivências marginalizadas se expressam, ingressamos em universos dominados pelo Ocidente ao mesmo tempo em que desarticulamos seu mito de exclusividade. Em suma, acredito que no esforço de democratização do conhecimento é necessário reconhecer vivências que *ou* corroboram *ou* desafiam, ao passo que também corroboram *e* desafiam os padrões científicos que as violentam. Deste modo, brincar um pouco com a Ansiedade Cartesiana, ou seja, assumi-la como parte integral do processo, desapegar dela, fazer ambas as coisas, sem que nada disso seja considerado menos legítimo; pode sinalizar uma forma criativa de manter a ciência vulnerável a múltiplos saberes que persistem a partir *e/ou* apesar do domínio do Ocidente.

Violência

Mas continua sendo angustiante. As hostilidades da colonização não estão superadas pela ideia de que um “e/ou” perpassa vidas que a elas resistem. Isto segue sendo sobre a escravização da minha avó, a exclusão de mulheres negras dos espaços de conhecimento, o roubo e o silenciamento de comunidades indígenas, o sofrimento do cotidiano acadêmico, a sensação de que sou incapaz de escrever este ou qualquer ensaio, entre outras formas de supressão, subalternização e apagamento. A tentativa desta digressão, em sua inspiração pós-colonial e feminista, foi desestabilizar o privilégio da ciência, e resistir a acreditar que ela é capaz de nos dar uma maneira ou outra de tornar estas hostilidades mais palatáveis. Essa resistência cansa, dói. Significa estar sempre tentando viver e no desconforto de um espaço apertado. Por isso, foi impossível escrever este ensaio sem sofrer *e/ou* causar violência.

- 1 “a sign that a colony and its settlers had ‘grown up’”.
- 2 “‘viajero o explorador’ [...] que siempre busca estudiarnos para entender su mundo o descubrir un mundo exótico producto del engaño de su propia imaginación”.
- 3 “epistemological assumptions, ontological perspective, ethical responsibilities, and method choices”.
- 4 “Even those who think they are familiar can reproduce stereotypes”.
- 5 “a critique of orthodox theoretical frameworks and methodologies on the one hand and on the other to a clear indication of the explanatory benefits and costs of moving beyond those frameworks and methodologies in specific contexts.”
- 6 “recognize the positive scientific and political value of local knowledge without falling into claims either of its absolute, universal validity and applicability or of its legitimacy by only local standards.”
- 7 “Cartesian Anxiety still haunts us”.

Referências bibliográficas

- ACKERLY, B.A.; STERN, M.; TRUE, J. *Feminist methodologies for international relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BARAD, K. *Meeting the Universe Halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham: Duke University Press, 2007
- BERNSTEIN, R.J. *Beyond objectivism and relativism: science, hermeneutics, and praxis*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1983.
- BOURDIEU, P. *Practical reason: on the theory of action*. Stanford: Polity Press, 1998.
- COLLINS, P.H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2000.
- FRANCO, G.N. Complexidade e cotidiano acadêmico: práticas de leitura, escrita e presença. In: DE SIQUEIRA, I.R. et al. (Orgs.). *Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos*, vol. 2, cap. 1, p. 15-16. (e-book). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2019.
- HARDING, S.G. Beyond postcolonial theory: two undertheorized perspectives on science and technology. In: HARDING, S.G. (Ed.). *The Postcolonial science and technology studies reader*, p. 1-31. Durham e Londres: Duke University Press, 2011.
- HUTCHINGS, K. The nature of critique in critical international relations theory. In: *Critical Theory and World Politics*, p. 79-90, 2015.

- INTZÍN, J.L. Ichèl-ta-muk': la trama en la construcción del Lekil-kuxlejal. Hacia una hermenéusis intercultural o visibilización de saberes desde la matricialidad del sentipensarsentsaber tzeltal. In: SOLANO, X.L.; PASCAL, C.; KÖHLER, A.; REZA, H.O.; CONTRERAS, M.R.V. (Orgs.). *Prácticas otras de conocimiento(s). Entre crisis, entre guerras, Tomo I*, cap. 4, p. 181–198. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México: Cooperativa Editorial Retos, 2007, 2018.
- JACKSON, P.T. *The conduct of inquiry in international relations: philosophy of science and its implications for the study of world politics*. Nova Iorque: Routledge, 2011.
- LADYMAN, J. *Understanding philosophy of science*. Nova Iorque: Routledge, 2002.
- SCHIEBINGER, L. Prospecting for Drugs: European Naturalists in the West Indies. In: HARDING, S.G. (Ed.). *The Postcolonial Science and Technology Studies Reader*, cap. 5, p. 111-116. Durham e Londres: Duke University Press, 2011.
- SMITH, L.T. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. Londres e Nova Iorque: Zed Books, 1999.
- SOUSA, L.S. de.; OLIVEIRA, T. Cartografias da pesquisa-ação: em busca de deslocamentos da epistemologia do Sul. *Comunicação e Sociedade*, v. 33, p. 57–81, 2018.
- WEBER, C. *Queer international relations: sovereignty, sexuality and the will to knowledge*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016.

Sobre os autores e organizadores

Ana Carolina Costa Lacerda cursa atualmente o doutorado em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio. É mestre em Relações Internacionais pelo mesmo instituto (2020). É especialista em Políticas Públicas para a América Latina pelo CLACSO (2018) e bacharel em Relações Internacionais pela UFRJ (2018). É assistente do Laboratório de Metodologia do IRI/PUC-Rio desde 2018. Seus temas de interesse são: Justiça Reprodutiva, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde Global, Comércio Internacional Ilícito de Medicamentos e Sociedade Civil Global.

Isabel Rocha de Siqueira é professora adjunta no Instituto de Relações Internacionais (IRI/PUC-Rio) e pesquisadora do BRICS Policy Center. É PhD em Relações Internacionais pelo Department of War Studies, Kings College London, com bolsa de doutorado pleno por mérito da Capes. É mestre (MSc) em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio e bacharel em jornalismo pela PUC-Rio. Foi agraciada com o título de Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE), da Faperj, em 2019. É coordenadora do Laboratório de Metodologia (LabMet) do IRI/PUC-Rio, coordenadora de iniciação científica do IRI (PET/TEPP e PIBIC), fundadora e coordenadora da rede Abordagens Críticas ao Desenvolvimento (ACD-rede), co-coordenadora da linha de pesquisa Segurança e Desenvolvimento no Sul Global (SEED), no BRICs Policy Center, e membro do conselho executivo do Laboratório de Humanidades Digitais (#dhLab) da PUC-Rio. Atua como *reviews editor* do *Journal of Intervention and Statebuilding* (Taylor & Francis) e integra o corpo editorial da revista *PARISS* e da revista *International Politics Reviews*. Publicações recentes incluem relatórios comisionados para o G7+ e o UNOSSC, um livro autoral pela Routledge, livros editados pela Editora PUC-Rio e artigos nos periódicos *Global Governance*, *International Political Sociology* e *Third World Quarterly*.

Douglas Roberto Knupp Sanque é doutor pelo Programa Interdisciplinar em Linguística Aplicada, vinculado à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche CAPES no King's College, em Londres, entre agosto de 2018 e abril de 2019. É professor substituto

na UFRJ, lecionando Língua Inglesa em cursos de graduação. Bacharel em Letras (Português-Inglês) pela UFRJ e mestre em Linguística Aplicada pelo já referido programa.

Gabriel Fernandes Caetano cursa o doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-RIO). É mestre em Relações Internacionais – área de concentração Política Internacional – pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI – UEPB – bolsista CAPES). Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI-SC – bolsista PROUNI). É filiado à Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e à Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). É membro do Grupo de Estudos de Paz e Segurança Mundial (GE-PASM) e da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS), ambos vinculados ao CNPq. Seu interesse de pesquisa está concentrado nas áreas de Segurança Internacional (Estudos de Segurança Visual), Estudos para a Paz e Política Internacional.

Marcelle Decothé cursa o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Direitos Humanos da UFF, é mestra em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH/UFRJ), analista em Defesa e Gestão Estratégica Internacional formada pela UFRJ. Pesquisadora associada ao ISER (Instituto de Estudos da Religião), assessora parlamentar do mandato da deputada estadual Mônica Francisco. É fomentadora do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, militante de favelas e periferias do estado do Rio de Janeiro. Cartógrafa periférica, pesquisadora ligada aos temas de raça, segurança pública e direitos humanos.

Maria Helena Zamora é professora no Departamento de Psicologia da PUC-Rio. É membro da Secretaria Executiva do Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (Lei 5778, de 2010) desde 2015. É membro do Conselho Consultivo do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos, fundado em 2017, em Minas Gerais, e docente nas Pós-Graduações em Psicologia Hospitalar e da Saúde (disciplina Questões Socioantropológicas da Saúde) e Psicologia Junguiana, Arte e Imaginário. Foi professora convidada da especialização em Teorias e Práticas Transdisciplinares e Violência: Direito, Educação e Saúde, da FUNEMAC (Fundação Educacional de Macaé – 2007 a 2009), do curso de especialização em Segurança Pública, Cultura e Cidadania da UFRJ e Ministério da Justiça

(2007 a 2011). Tem especialização em Psicologia da Saúde pela PUC-Rio (2007 a 2011). Participou do Projeto Justiça Juvenil da ABMP (Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude), de 2008 a 2009. Foi consultora do Projeto “Oficinas de Capacitação em Gestão de Risco” da organização Médicos Sem Fronteiras, de 2008 a 2009. Em 2017, passa a ser pesquisadora convidada da linha de pesquisa “Acolhimento e inclusão de jovens em risco do IPCDHS/FCT, Univ. de Coimbra e consultora do Laboratório de Intervenção na Comunidade (LInC). É vice-coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social (LIPIS, da PUC-Rio) desde 2006. Foi colaboradora do Núcleo Interdisciplinar de Memória, Subjetividade e Cultura (NIMESC) da PUC-Rio e pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente (NIREMA) da PUC-Rio, em 2015, e do Núcleo Transdisciplinar Subjetividades, Violências e Processos de Criminalização (TRANSCRIM) da UFF, em 2016.

Nycolas Candido da Silva Lau cursa o mestrado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). É bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Atua como monitor voluntário no Preparatório Comunitário Paulo Freire, localizado na cidade de Belford Roxo – RJ. Tem interesse nas áreas de Segurança Internacional, Conflitos, Economia Política Internacional e Educação.

Phoebe Kisubi Mbasalaki é professora e pesquisadora no programa de estudos de gênero no *Africa Gender Institute (AGI)* – Universidade da Cidade do Cabo. É pesquisadora-bolsista de pós-doutorado no *GlobalGRACE Project*, baseado no AGI e no *Centre for Theatre, Dance and Performance Studies (CTDPS)*, da Universidade da Cidade do Cabo, e na ONG *Sex Workers Advocacy and Educational Task Force (SWEAT)*. Tem doutorado em Gênero, Mídia e Cultura pelo *Graduate Gender Studies Programme*, na *Utrecht University*, na Holanda. Já lecionou no *Graduate Gender Studies Programme* sobre teoria feminista e métodos de pesquisa feminista. Seus interesses de pesquisa são em crítica racial, gênero, classe, sexualidade, saúde pública e pensamento e práxis decolonial. Phoebe também trabalhou em diversas áreas incluindo gênero, HIV e saúde pública com agências como PNUD, UNAIDS e OMS.

Rodrigo Borba é professor e atual coordenador do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde orienta pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado. Sua pesquisa de doutoramento (realizada na interface entre Linguística Aplicada, Antropologia do Corpo, Filosofia e Sociologia) ganhou o Prêmio CAPES de Teses em 2015 e foi publicada em forma de livro pela Editora Fiocruz em 2016. Foi pesquisador visitante (*Visiting Scholar*) no Center for Discourse, Language and Communication da King's College London sob supervisão de Ben Rampton (2013-2014), no Department of English Language and Applied Linguistics da Universidade de Birmingham, no Reino Unido, onde trabalhou com Rosamund Moon (2015), e na Faculty of Linguistics, Philology and Phonetics, da Universidade de Oxford, sob orientação de Deborah Cameron (2017-2018). Tem dezenas de artigos e capítulos de livros em publicações de alto impacto a nível nacional e internacional. Já participou de comissões organizadoras e comitês científicos de diversos congressos nacionais e internacionais. Atua como parecerista de periódicos nacionais e internacionais assim como de agências de fomento como, por exemplo, a *National Research Foundation* da África do Sul. Atualmente, é supervisor do programa de mentoria de professores assistentes da *Hong Kong Baptist University*. É coeditor do periódico *Gender and Language* (<https://journals.equinoxpub.com/index.php/GL>).

Sara Matchett é diretora do *Centre for Theatre, Dance & Performance Studies (CTDPS)* na Universidade da Cidade do Cabo, professora adjunta no *Fitzmaurice Voicework®* e coordenadora regional do *Fitzmaurice Institute for Africa*. Leciona em cursos práticos e acadêmicos que incluem voz, atuação, performance aplicada ao teatro e análise de performance. Possui especial interesse em modos de criação transdisciplinares. Sua pesquisa explora o corpo como um lugar de geração de imagens com o propósito da performance e se concentra em investigar a relação entre respiração e emoção, respiração e imagem, na tentativa de realizar uma performance que seja inspirada pela biografia do corpo. Seus interesses particulares são nas práticas corporais que focam na presença, na sensação e no trabalho colaborativos como um modo de transformar “*egossistemas*” em ecossistemas. Como cofundadora e diretora artística do *The Mothertongue Project Women's Arts Collective*, tem experiência nacional e internacional no campo do teatro e da performance como produtora, diretora, facilitadora e artista.